



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 114

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 10 de Setembro de 2008

Presidente: Deputado Fernando Menezes (*substituído no decorrer da sessão pelo Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira*)

Secretário: Deputados António Loura e Cláudio Lopes

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 30 minutos.

No **Período de Informação Parlamentar**, foi apresentada a correspondência pelos Secretários da Mesa.

Iniciado o **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, proferiu uma declaração política o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*).

Sobre a mesma usou da palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho (*PS*).

Em seguida, e no período de intervenções de interesse político relevante, usaram da palavra os Srs. Deputados Catarina Furtado (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Aires Reis (*PSD*), Rogério Veiros (*PSD*), Fernanda Mendes (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), José Gabriel Eduardo (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*).

A **Agenda da Reunião** iniciou-se com o debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Primeira alteração ao DLR n.º 29/2004/A, de 29 de Agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Protecção e Valorização do Património Cultural Móvel e Imóvel e terceira alteração ao DLR n.º**

14/2000/A, de 23 de Maio, alterado pelo DLR n.º 11/2002/A, de 11 de Abril, republicado pelo DLR n.º 39/2002/A, de 3 de Dezembro, DLR n.º 24/2003/A, de 12 de Maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial”.

Apresentada a proposta pelo Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*), seguiu-se o debate com a participação dos Srs. Deputados António Pedro Costa (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*) e Pedro Gomes (*PSD*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Gusmão (*Indep.*) e Hernâni Jorge (*PS*).

Em seguida, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Resolução – Conta de Gerência da ALRAA, referente ao ano de 2007.**

Posteriormente, e pelo Sr. Deputado Rogério Veiros, relator da CAPAT, foi apresentado o relatório da respectiva comissão relativo à **Petição – “Reabilitação do lugar da Ponta da Fajã Grande na Ilha das Flores, apresentada pelo senhor Nelson Deodato Valadão Furtado”.**

Sobre a mesma, proferiram intervenções os Srs. Deputados António Maria Gonçalves (*PSD*), Herberto Rosa (*PS*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

Por fim, e pelo Sr. Deputado Alberto Costa, foi apresentado o **Relatório final da Comissão Eventual – Impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América.**

(Os trabalhos terminaram às 20 horas)

Presidente: Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Boa tarde. Bem-vindos ao plenário.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados. Tem a palavra o Sr. Secretário.

Eram 15 horas e 30 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António Gonçalves Toste Parreira

António José Tavares de Loura

Catarina Paula Moniz Furtado

Fernando Manuel Machado Menezes

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Hélder Guerreiro Marques Silva

Henrique Correia Ventura

Hernâni Hélio Jorge

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Gabriel Freitas Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Maria Fernanda da Silva Mendes

Maria Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Mariana Rego Costa de Matos

Nélia Maria Pacheco Amaral

Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral

Nuno André da Costa Soares Tomé

Osório Meneses da Silva

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Maria da Silva **Gonçalves**

António Pedro Rebelo **Costa**

Cláudio José Gomes **Lopes**

José Manuel Avelar **Nunes**

José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**

Luís Henrique da Silva

Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Presidente: Estão presentes 42 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Passamos à leitura da correspondência.

Secretário (*António Loura*): Da Comissão Permanente de Política Geral, parecer sobre a Proposta de Lei – Alteração ao Decreto-Lei nº 241/2007, de 21 de Junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Comissão Permanente de Política Geral parecer sobre o Projecto de Proposta de Lei que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais e

a Directiva nº 2006/100/CE, do Conselho, de 20 de Novembro de 2006, que adapta determinadas directivas no domínio da livre circulação de pessoas em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia.

Secretário (*António Loura*): Da Comissão Permanente de Política Geral, parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que aprova o Código dos Contratos Públicos que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Comissão Permanente de Política Geral parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras.

Secretário (*António Loura*): Da Comissão Permanente de Política Geral, parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório no âmbito da apreciação da Petição relativa à reabilitação do lugar da Ponta da Fajã Grande na Ilha das Flores, apresentado pelo Sr. Nelson Deodato Valadão Furtado.

Secretário (*António Loura*): Da Comissão Eventual do Impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo Laboral, relatório final – Impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo entre Portugal e os Estados Unidos.

Presidente: Apresentada a correspondência, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para fazer uma Declaração Política.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Passaram quatro anos e estamos no final de mais uma legislatura é por isso altura de fazer um balanço do nosso trabalho nesta casa. Fomos uma oposição credível ao serviço da causa da democracia e dos açorianos.

Fomos uma oposição séria, crítica, assertiva, mas também construtiva. Fomos capazes de nos distinguirmos na fiscalização ao governo e de ser a melhor alternativa no seio das oposições.

Não tivemos por regra a política da bota abaixo, da crítica fácil e das propostas recheadas de demagogia. Não deixamos comissões de inquérito pelo caminho...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... nem nos encolhemos perante o Governo durante as sessões de perguntas.

Não andamos a denegrir a imagem desta casa em congressos, anunciando reformas do Parlamento, para depois deixar o projecto na gaveta.

Não temos cabeças de lista que descaradamente, ao vivo e a cores e perante os açorianos se negam a assumir o seu lugar e deixam a porta aberta para a desacreditação da política.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O que diria a Sra. Professora sobre este assunto. Ficamos à espera para quando a senhora vier aos Açores e coerente como é, dizer aquilo que ensinou aos jovens na universidade de verão e passo a citar: "... no entanto fazer política é uma coisa muito séria..." e ainda "... o crédito dos políticos é um factor indispensável para gerar a confiança necessária para enfrentar o futuro..."

E por falar em crédito dos políticos é nossa obrigação realçar as declarações de um líder que quer ser presidente do Governo e cito: "as outras forças políticas representadas no espectro partidário açoriano são politicamente pouco relevantes e algumas delas estão feitas com os socialistas."

Esta atitude significa um profundo desprezo pela pluralidade partidária e pela democracia. Não é uma atitude de um líder. É uma atitude de fraqueza, de quem sendo incapaz de atacar os grandes se limita a denegrir os mais pequenos, revelando a sua incapacidade de se assumir como alternativa de governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Se é assim na oposição imagine-se como presidente do Governo!

Mas os açorianos já perceberam quem vai ganhar as eleições e por isso vão fazer a escolha da oposição e com certeza irão escolher aqueles que lhe merecem mais confiança, não só pelo trabalho desenvolvido, mas sobretudo os que vão assumir os lugares aos quais se candidatam.

Nós no CDS-PP não andamos a vender ilusões aos açorianos!

Apresentamos trabalho e conseguimos fazer aprovar medidas que em muito vieram beneficiar os Açorianos:

Conseguimos o Compamid, uma grande ajuda aos idosos para aquisição de medicamentos;

Conseguimos um aumento significativo das diárias dos doentes deslocados;

Conseguimos um aumento do complemento de pensão em 2007;

Conseguimos uma verba de 100 mil euros para o Centro de Oncologia dos Açores;

Conseguimos aumentar os apoios para o combate às térmitas, sobretudo para a classe média e famílias numerosas;

Conseguimos viagens mais baratas nas ligações inter-ilhas e nas ligações aéreas entre os Açores e o Continente.

Conseguimos melhorar as condições para a fixação de médicos nos Açores, nomeadamente na especialidade de medicina geral e familiar, combatendo dessa forma a falta de médicos de família, dando um contributo decisivo para que no futuro isso não venha a acontecer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Fiscalizamos a actividade do Governo, como é nosso dever, através de sessões de perguntas e requerimentos.

Por nossa iniciativa foram aprovadas resoluções que encarregaram as comissões especializadas desta Assembleia:

- de averiguar as medidas implementadas e das que se visam prosseguir tendo em vista um maior aproveitamento dos recursos eólicos para a produção de energia;

- de averiguar as condições em que foi realizado o concurso e procedimento de negociação da adjudicação do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores;
- de verificar condições em que a TAP presta o serviço público de transporte aéreo;
- de verificar as condições em que estão a ser exercidas as obrigações de serviço público de rádio e televisão nos Açores;

Recomendamos ao Governo por resolução aprovada nesta casa, que promova e implemente medidas concretas para melhorar os cuidados de saúde, promovendo e incentivando novas saídas profissionais para jovens enfermeiros.

Denunciamos logo no início da legislatura o flagelo das listas de espera, e por nossa insistência, o Governo incluiu o Hospital de Angra e da Horta no programa de combate às listas de espera.

Denunciamos o atraso na implementação da telemedicina e lamentamos que ainda hoje não seja uma realidade nos Açores.

Votamos contra o diploma que criou a APIA;

Votamos contra o diploma da pesca lúdica;

Votamos contra o Estatuto da Carreira Docente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Criticamos há muito tempo a forma desmesurada como é atribuído o rendimento social de inserção, transformado pelos socialistas em *Rendimento Sem Incómodo*.

- Sem o incómodo de levantar cedo;
- Sem o incómodo do esforço;
- Sem o incómodo da responsabilidade;
- Sem o incómodo do trabalho.

Consideramos imperiosa uma fiscalização rigorosa da sua atribuição de modo a garantir que apenas beneficie quem tem mais dificuldades e não pode trabalhar. Outra questão que consideramos inaceitável, inadmissível e intolerável são as desculpas do Governo para ainda não ter sido construída a Central Geotérmica

da Ilha Terceira. Mas como estamos em véspera de eleições não nos espantaria o anúncio de uma broca, quiçá virtual, vinda das profundezas da Islândia.

O que exigimos desde há muito tempo e aqui voltamos a fazê-lo é que a broca seja real e venha depressa e em força para a Terceira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como oposição o CDS-PP conseguiu um conjunto de medidas que contribuíram para a melhoria das condições de vida dos Açorianos.

Queremos conseguir mais e por isso vamos apresentar, aos Açorianos, um conjunto de propostas realistas para a próxima legislatura:

- Queremos desenvolver nos Açores a implementação dos cuidados de saúde de proximidade e para isso é fundamental criar o enfermeiro de família;
- Queremos introduzir no curriculum regional do ensino básico uma disciplina de educação para a saúde;
- Queremos implementar medidas práticas para uma maior humanização do serviço regional de saúde;
- Queremos aumentar ainda mais a diária dos doentes deslocados, equiparando-as às dos atletas.
- Queremos facilitar o acesso dos cidadãos portadores de deficiência a um conjunto de ajudas técnicas de modo a melhorar a sua qualidade de vida;
- Queremos implementar um plano integrado de gestão da água para cada ilha;
- Queremos implementar um plano geotérmico para os Açores;
- Queremos transformar os Açores em produtores e exportadores de hidrogénio, com o excedente de produção de energia eléctrica a partir das energias renováveis;
- Queremos preparar a Região para enfrentar o impacto das alterações climáticas, através de um plano que estabeleça medidas de mitigação e de combate às referidas alterações;
- Queremos promover a economia das ilhas através da melhoria do escoamento dos produtos da pesca e da agricultura, por isso propomos a aquisição de um avião cargueiro, do tipo “*Cessna Caravan Cargomaster*”;
- Queremos modernizar a agricultura e as pescas, pilares da nossa económica promovendo a sua diversificação;

- Queremos mais e melhor turismo de natureza.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Na oposição fomos construtivos e inovadores, fomos críticos, duros e frontais quando necessário, e também fomos e continuamos sendo plagiados.

Sentimos que os Açorianos já não têm dúvidas sobre quem vai ganhar as eleições, e por isso ambicionam mais e melhor oposição.

Garantimos que todos os nossos candidatos assumirão o seu mandato e também por isso nos apresentamos como uma oposição credível, válida, coerente e com ética na política.

Não fazemos promessas, não vendemos ilusões!

Apenas nos comprometemos a trabalhar Sempre a Favor dos Açorianos.

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

* **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Ouvi com atenção a sua declaração política, de balanço e de perspectiva de compromissos partidários futuros.

Relativamente a três aspectos gostava de tecer alguns comentários.

Em primeiro lugar, gostava de manifestar a minha sincera manifestação pelo uso da expressão, por parte de V. Exa., que acho institucional, altruísta e nesse sentido absolutamente correcta: “conseguimos”.

V. Exa. referiu-se a um conjunto de realizações e de conquistas, quer na sequência de deliberações ou de iniciativas legislativas, necessariamente executadas pelo nosso Governo, que significam, no seu entender e no nosso, avanços, aspectos positivos e aumento de justiça social.

Dou-lhe os parabéns porque eu, esta maioria e este Governo também compartilhamos desta expressão: “conseguimos”.

Conseguimos todos!

O que conseguimos, conseguimos todos e conseguimos para o maior número possível e, sobretudo, para aqueles que mais precisam.

Aquilo que conseguimos (é bom que se diga, Sr. Deputado), que sendo partilhado e sendo intenção e desejo do maior número possível, só nos alegra.

Se é intenção, desejo e também de algum modo responsabilidade do CDS/PP, se é bom, se é positivo, só nos alegra.

É bom lembrar, só por uma questão de justiça, que aquilo que conseguimos, conseguimos necessariamente pelas leis da democracia, da maioria, do parlamentarismo. Conseguimos também, porque esta maioria e este Governo quiseram, fizeram activamente para que conseguíssemos, quer no sentido da aprovação de propostas de outros, de forma democrática e isenta, quer no sentido da sua execução material por actos deste Governo Regional.

Não nos importamos de maneira nenhuma com direitos autorais. Também não nos importamos que o PP se sinta, a montante ou a jusante, de algum modo cúmplice, no melhor sentido, destas ideias, destas realizações, destas concretizações.

É bom que fique claro, como é óbvio, pelas regras elementares da democracia, que o que conseguimos (e isto também mandam as regras da responsabilidade política e democrática) conseguimos-lo porque esta maioria e este Governo assim o quiseram, assim o consentiram e, sobretudo, desenvolveram positivamente os actos normativos e materiais para que tal fosse possível.

Conseguimos algumas coisas!

Conseguimos muitas coisas!

Ainda bem, Sr. Deputado Artur Lima, para bem dos açorianos.

Também conseguimos, Sr. Deputado, uma melhoria significativa, maior justiça e maior dignidade, para muitas e muitas famílias açorianas, com a aplicação do Rendimento Social de Inserção. Aí, permita-me uma discordância política, ideológica consigo. Não sei se é tão profunda como isso, porque é bom lembrar que o CDS/Partido Popular, quando esteve no Governo, há não muitos anos, ao nível da República, mudou o nome, mas não acabou com a medida.

Nesta medida, embora possa ser mais difícil, é preciso resistir à demagogia fácil, é preciso dizer que a aplicação do Rendimento Social de Inserção ou do Rendimento Mínimo, não é dar dinheiro a malandros, de forma expressa ou mais implícita.

É preciso dizer que esta medida significa um contrato de civilização e de humanidade, aliás, recebido, aceite e consagrado pela maior parte, como sabe, dos países da União Europeia.

Essa medida é fiscalizada, e não se trata, pela sua natureza contratual e exactamente por isso, de uma mera prestação sem contrapartida.

A sua fiscalização implica uma contra-prestação e obrigações, pelo menos de meios, da outra parte.

Os Açores têm tido ao longo dos anos o melhor regime, qualitativo e quantitativo, de fiscalização dessa medida.

A prova disso é que o número de beneficiários nos Açores tem vindo a diminuir de forma absolutamente sensível.

O número de pessoas beneficiárias que efectivamente trabalham tem, nos Açores, uma expressão absolutamente considerável.

Portanto, esta medida é bem aplicada, é justa, exige contrapartidas aos seus beneficiários, tem sido fiscalizada nos Açores, tem possibilitado e permitido o arranjo de outras soluções para muitas pessoas e muitas famílias e ela é, nessa medida, útil e só pode merecer da nossa parte um balanço positivo.

Era bom que, da nossa parte, isto ficasse claro. Esta medida sendo, uma medida solidária, não deixa de ser uma medida exigente e uma medida de cujo balanço e aplicação nos Açores os Governos do Partido Socialista se orgulham justamente.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Relativamente às energias renováveis, Sr. Deputado Artur Lima, também temos a mesma preocupação.

Temos que constatar e concordar do enorme esforço que os Governos do Partido Socialista têm feito nessa matéria e na percentagem relativa que nos orgulhamos, de longe a mais alta do país, ao nível já, e actualmente, dos recursos a essas energias para o cômputo global das fontes de energia, designadamente a energia eléctrica, que temos nos Açores.

É certo, por razões perfeitamente explicadas, designadamente ao nível da SOGEO Terceira, que a implementação do Programa de Energia Geotérmica na Terceira, tem sofrido alguns atrasos.

Conforme tem explicado e já explicou o Presidente da empresa, isto prende-se, designadamente com a dificuldade de encontrar no mercado internacional empresas prospectoras.

V. Exa., Sr. Deputado Artur Lima, com certeza concordará comigo que as brocas para essas prospecções não são, própria e exactamente, as brocas dos médicos dentistas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ainda bem que não! Imagine que fosse!

O Orador: Se assim fosse já tínhamos conseguido encontrar, mesmo sem anestesia.

Fica da nossa parte o compromisso de que o Programa da Energia Geotérmica na Terceira e nas ilhas onde ele for viável, com toda a aposta nas energias renováveis, é uma aposta estratégica desta maioria, deste Governo e ela com certeza vai prosseguir.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado José Manuel Boleiro (PSD): O programa geotérmico já vem no outro plano!

Deputado Francisco Coelho (PS): Vem, vem! Na Terceira é que ainda não chegou!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Começo aqui por este aparte:

Realmente o Projecto Geotérmico já vem de longe, de muito longe, desde 79 e desde 81, promessa de Mota Amaral para a Central Geotérmica da Ilha Terceira.

É bom lembrar um bocadinho de história. Basta consultar a imprensa da altura e ver a promessa da Central Geotérmica da Ilha Terceira, quando Mota Amaral era Presidente do Governo e Costa Neves distinto secretário do mesmo Governo.

Sr. Deputado Francisco Coelho, devo dizer-lhe que o que conseguimos é a prova de como deve funcionar um regime democrático, com respeito institucional entre a oposição e o Governo e o Governo e a oposição.

Não acusamos o Governo de arrogância e de proponente e quando o Governo nos desafia a apresentar propostas não nos armamos em prepotentes e arrogantes a dizer que não vamos de chapéu na mão e de mão estendida.

Fomos humildes, Sr. Deputado Francisco Coelho e respondemos ao desafio do Governo.

Apresentámos as nossas propostas e o Governo, também com a mesma humildade, aprovou-as. Com certeza que quem beneficia de tudo isto são os açorianos que estão lá fora.

Sr. Deputado Francisco Coelho, na oposição é possível, democraticamente, trabalhar a favor dos açorianos e propondo medidas úteis para eles.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que temos orgulho em ser oposição, porque conseguimos também coisas úteis para o nosso povo, numa sadia convivência democrática que os ciumentos e os invejosos apelidam de coligação.

É bom que os invejosos e os ciumentos fiquem a saber que a nossa coligação é com o povo dos Açores e com os açorianos. Sempre que for necessário para conseguir coisas para eles, iremos de mão estendida e de chapéu na mão, com aquilo que os senhores entenderem que seja necessário, para conseguirmos o melhor para a nossa Região.

Não somos prepotentes, nem arrogantes.

Respeitamos todos: Governo, oposição e o partido que suporta o Governo.

Sr. Deputado Francisco Coelho, relativamente ao Rendimento Social de Inserção temos uma discordância, é verdade.

O Rendimento Social de Inserção deve ser exactamente de inserção.

Devo-lhe dizer também que não foi agora que o CDS/PP se lembrou dele, mas também tenho a noção, porque lembra-se bem o Sr. Presidente do Governo, em 2005, quando fui à audiência para o Plano e Orçamento, que os números de 2005 não são substancialmente diferentes dos números de 2008.

Temos consciência de que não aumentou o número de beneficiários, segundo os números que o Sr. Presidente do Governo me referiu na altura e aqueles que são referidos agora.

Agora também temos consciência de que não terá aumentado o número de pessoas que se inseriu no mercado de trabalho ou que foi inserida no trabalho.

O que é preciso e é o que pedimos, é que haja uma maior fiscalização, porque todos nós conhecemos, Sr. Deputado Francisco Coelho, abusos nessa matéria.

Todos nós sabemos que há quem use o dinheiro não para dar de comer aos filhos, mas para comprar carros às prestações, telemóveis topo de gama e por aí fora. Todos nós sabemos isso.

O que é preciso é aumentar a fiscalização sobre a atribuição desse rendimento.

Presidente: Sr. Deputado, agradece que concluisse.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

Apenas para referir uma proposta inovadora que o CDS/PP apresenta aqui hoje, que é a aquisição de um avião, de carga, que leva mais ou menos uma tonelada de carga, que serve para trazer carga das ilhas mais pequenas (peixe, produtos da agricultura, produtos perecíveis) para as ilhas com *gateways* para, desta maneira, os nossos pescadores poderem ir todos os dias ao mar, todos os dias podermos exportar os produtos da agricultura.

É um investimento barato e é realmente um investimento de modo a fixar e a desenvolver as ilhas mais pequenas que, desta maneira, têm oportunidade de exportar todos os dias para uma das *gateways* os seus produtos, para a Madeira ou para o Continente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Furtado (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Podia começar esta intervenção lembrando que os Açorianos há 4 anos confiaram no Partido Socialista, dando-lhe o seu voto, credibilizando e

viabilizando os compromissos eleitorais propostos para cada uma das nossas nove ilhas.

Na verdade, ao terminar mais uma legislatura, a bancada do Partido Socialista que suporta o Governo tem um natural orgulho em poder enumerar os compromissos assumidos e afirmar: compromisso cumprido!

Sem pretender ser exaustiva, refiro alguns: *Concluir as instalações desportivas da Escola EB1,2,3/JI das Furnas*, compromisso cumprido; *Ampliar, requalificar e adaptar ao Ensino Secundário a Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo*, compromisso cumprido; *Concluir a remodelação/ampliação da Escola Básica 2,3 Roberto Ivens*, compromisso cumprido; *Construir as novas instalações para o 1º Ciclo e requalificar a Escola Básica Integrada Ruy Galvão de Carvalho, na Vila de Rabo de Peixe*, compromisso cumprido; *Construir a Escola Básica Integrada de Ponta Garça*, compromisso cumprido; *Construir a Escola Básica Integrada e Ensino Artístico Tomás de Borba em São Carlos*, compromisso cumprido; *Construir um novo bloco de salas de aulas da Escola Básica Integrada Francisco Ornelas da Câmara*, compromisso cumprido; *Nova Escola Secundária da Horta*, compromisso cumprido; *Ampliação da Escola EB 2,3 Cardeal Costa Nunes*, compromisso cumprido; *Beneficiar e requalificar a parte antiga da Escola Básica Integrada da Graciosa*, compromisso cumprido!

Mas, hoje, prefiro, nesta tribuna, sublinhar o regozijo da abertura atempada do ano lectivo e, simultânea em todas as escolas da região; a excelência da maioria do nosso parque escolar; o orgulho de iniciar um novo ano lectivo que pela primeira vez não tem nenhuma escola a funcionar com desdobramentos (um anseio de há muitos anos); ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

...as taxas atingidas ao nível do prosseguimento dos estudos (ensino regular e profissional ultrapassam já os 80%); o facto de termos praticamente eliminado o abandono escolar precoce (0,3%); o significativo aumento das taxas de sucesso escolar; a estabilidade do corpo docente, o concurso de professores, a

renovação e requalificação do parque escolar, tudo objectivos atingidos pela governação socialista nos Açores.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

A Oradora: Só que o Partido Socialista dos Açores não se deslumbra com o que está feito e continua a ousar nas propostas para a Educação na Região, não se queda com o alcançado e sobe a fasquia para o que se segue.

O PS/Açores tem um Projecto Educativo. Assim, se compreende a ambição de atingir a universalização da conclusão do ensino secundário pelos nossos jovens; a determinação em melhorar as condições oferecidas às crianças e jovens açorianos com necessidades educativas especiais; o arrojo do pacote de medidas relativo aos manuais escolares, do qual se distingue a progressiva gratuitidade dos mesmos; o desafio que constitui a regionalização curricular; entre outras.

Esta visão integrada e estratégica permitirá que os Açores continuem a constituir a Região do país onde a Educação é um exemplo a seguir em todas as suas vertentes, onde a comunidade educativa é pensada de forma transversal, em que as medidas tomadas extravasam as paredes das escolas e chegam às famílias, conferindo-lhes mais estabilidade, mais garantias, mais segurança no que à qualificação das nossas crianças e jovens diz respeito.

É, por isto, importante destacar alguns resultados relevantes que resultam da aplicação das políticas implementadas pelo Governo Socialista dos Açores.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Comecemos pelo número de alunos que prosseguiu estudos no ensino secundário, em 2007/2008 eram 5.359 os inscritos, este ano são 6.040, mais 651; no ensino profissional duplicámos o nº de alunos no espaço de uma legislatura, em 2004/2005 eram 2.169 os inscritos, em 2008/2009 são cerca de 4.500; no Profij passámos de 1.205 alunos em 2004/2005 para 2.720 em 2008/2009; no programa Oportunidade o número de alunos passou de mil no fim da legislatura passada para 348 neste início de ano lectivo, bem demonstrativo da eficácia das políticas socialistas.

A estes números podemos somar os 900 alunos que ingressaram no ensino superior no ano lectivo de 2007/2008 e, apesar de ainda não serem conhecidos os resultados das colocações deste ano, todas as perspectivas indicam que o número aumentará. Com esta demonstração de resultados é muito claro que a qualificação das nossas crianças e jovens é uma realidade muito concreta e que não está associada, de todo, ao facilitismo que a oposição apregoa.

Quando o PSD, afirma que e, passo a citar, “as medidas socialistas tendem a excluir, sistematicamente, a classe média, que trabalha para pagar estas medidas, mas depois é a última a ser beneficiada” está apenas a demonstrar a sua miopia social. Vejamos a nossa acção social escolar que com os seus 5 escalões permite que se aplique uma real justiça social, em que quem pode pagar, paga e, quem não pode não paga, se um filho de uma família cujo rendimento mensal é em média de 2.000€/mês paga 2€ por uma senha de almoço nas nossas cantinas, também é importante dizer que uma família do 1º escalão paga pela mesma refeição apenas 0,25€.

Quando o PSD, fala de fecho de escolas por razões “meramente economicistas”, decerto esquece-se que é o mesmo governo que constrói, apetrecha com o que de mais inovador existe as escolas para onde vão os alunos que estavam em escolas sem condições de aprendizagens condizentes com o modelo de sociedade actual, em que é essencial possibilitar um ambiente de sociabilização que permita contacto com as novas tecnologias, aprendizagem de línguas estrangeiras, possibilitar o ensino das artes e da música, que permita uma visão mais abrangente de uma sociedade actual, facultando instrumentos de triagem para uma integração social em qualquer meio, urbano ou rural.

Quando o PSD, afirma: “é preciso trazer novamente ao processo educativo os professores”, é o PSD quem está a agredir os professores, insinuando que os docentes estão arredados do processo educativo, demonstrando falta de respeito por uma classe que tem mostrado empenho e zelo no seu trabalho, caso contrário, resultados como os atrás referidos não seriam possíveis.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PS/Açores e o seu Governo trabalham para a qualificação dos açorianos. No Projecto Educativo do PS/Açores as prioridades são as crianças, as famílias e todos os agentes educativos.

Em Outubro próximo os açorianos saberão analisar o rigor, a responsabilidade e os compromissos assumidos e cumpridos pelo Partido Socialista.

Os açorianos sabem que o PS/A tem uma nova ambição para os Açores. Só o Partido Socialista acredita nos Açorianos e em Outubro os Açorianos vão continuar a acreditar no Partido Socialista.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão inscritos para o debate o Sr. Deputado Costa Pereira e o Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A vida tem destas coisas que são curiosas.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): É verdade!

O Orador: Durante mais de uma legislatura, o PSD, nesta casa, pela voz de um colega meu deputado, repetidamente denunciou e apresentou exemplos concretos dos incumprimentos sucessivos do Governo Regional, relativamente às obras previstas e estabelecidas na Carta Escolar.

Face a essas denúncias, às críticas que iam sendo colocadas, a resposta do Grupo Parlamentar do PS e do Governo foi que, mais importante do que as obras, são os alunos, o sucesso e aquilo que se passa dentro dos edifícios e não propriamente os edifícios.

A Sra. Deputada deixou-me agradavelmente satisfeito com a sua intervenção, na medida em que, repentinamente, tudo o que disseram acerca das obras, passou a ser o principal na educação dos Açores.

Afinal, tínhamos razão!

É que avaliar a política educativa de um Governo passa também pela avaliação daquilo que esse Governo faz no domínio das construções escolares, obviamente.

Por isso, ao fim de todo este tempo, ficamos satisfeitos por serem os Deputados do Partido Socialista a virem levantar o problema das construções escolares, que parecia ser proibido, e quase pecado, levantar nesta casa.

Sra. Deputada, gostei muito de ouvir a sua lista, mas não ouvi a senhora dizer nada sobre a Escola Francisco Ferreira Drumond, ...

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Está a ser feita!

O Orador: ... não ouvi dizer nada sobre a Escola do Ramo Grande, nem sobre a Escola das Lajes do Pico.

Essas serão para um futuro incerto e nebuloso, apesar de há muito prometidas!

Deputado José San-Bento (*PS*): Ainda não ouvimos dizer nada sobre a Escola da Horta!

O Orador: Outra questão: a do sucesso e do facilitismo na avaliação que se verifica nas escolas dos Açores. Tema muito sério e muito importante que precisa ser repetidamente lembrado e que os encarregados de educação e os pais dos alunos das escolas dos Açores já se estão a aperceber da sua real dimensão.

Aquilo que aqui repetidamente tenho afirmado, é que nas escolas dos Açores, até 2004, tínhamos um alto insucesso escolar, generalizado e de natureza estrutural.

Repentinamente, a partir do ano lectivo 2004/2005, essas taxas de insucesso baixaram de forma tão radical que, em dois anos lectivos, passámos a ser quase os campeões do sucesso em Portugal.

É que ninguém, minimamente conhecedor dos comportamentos estatísticos, dos efeitos das medidas na área da educação e dos resultados em educação acredita, acha normal e possível verificar-se que, de um ano lectivo para o outro, os resultados escolares possam melhorar desta forma abrupta a não ser pelo efeito da introdução de elementos artificiais.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): É verdade!

O Orador: Ora, nós sabemos que, por efeito de um conjunto de medidas que foram sendo tomadas, grande parte deste sucesso que se verifica, é um sucesso de carácter administrativo, artificial e não corresponde a um aumento das competências e dos conhecimentos dos nossos alunos.

Finalmente, a questão dos professores.

Hoje é fácil vir aqui encher o peito e dizer o que a Sra. Deputada disse sobre eles.

Mas, só para a contrariar e provar que nem tudo se vê com óculos dessa cor, vou ler um excerto do editorial do Jornal Diário Insular, de hoje:

“Arrancou ontem mais um ano lectivo sem grande entusiasmo.

A grande festa que deveria ser o regresso às aulas, com professores rejubilando por ensinar...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é porque o editorialista não tem filhos na escola!

O Orador: ... e alunos ávidos de aprender, não aconteceu”.

Não vou ler mais. Apenas concluo, citando o editorialista, cheio de razão, que considera que isso não aconteceu porque “a desmotivação grassa na grande maioria dos professores e sendo eles o motor de todo o processo educativo, sem a sua entrega, não há festa digna desse nome”.

Por que será que os professores estão desmotivados, descontentes e se sentem desprestigiados? Por que será, Sr. Deputada?

Metam a mão na vossa consciência!

Deputada Maria José Duarte (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

* **Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

O senhor começou por fazer uma reedição da tão requentada análise da Carta Escolar que um colega seu, durante anos, fez desse lado.

Deputado Costa Pereira (PSD): A Sra. Deputada é que fez!

O Orador: O nosso discurso hoje é igualzinho ao nosso discurso nessa altura.

Deputado Costa Pereira (PSD): Está equivocado!

O Orador: Neste momento estamos muito orgulhosos da nossa obra feita em matéria de edifícios escolares, mas somos nós que continuamos a dizer, vez após vez, que não são apenas os edifícios que fazem as escolas.

As escolas são essencialmente um fenómeno humano e, mais importante do que os edifícios, é aquilo que se passa dentro do edifício, é o ensino, é a aprendizagem e a pedagogia.

Sr. Deputado, podemos muito justamente orgulharmo-nos daquilo que são os edifícios escolares, do que é o cumprimento dos nossos compromissos em termos de investimentos no parque escolar, mas também nos orgulhamos daquilo que é feito dentro das escolas.

Não nos esquecemos daquilo que dissemos há anos atrás, porque hoje continuamos a dizer a mesma coisa.

Agora, que finalmente estamos a atingir um patamar de qualidade que não tem comparação com o resto do país em termos de edifícios escolares, não nos esquecemos que o grande desafio não é apenas construir edifícios. É termos um processo de aprendizagem/ensino que seja eficaz.

O Sr. Deputado mais uma vez traz para aqui a análise da evolução das taxas de sucesso e de insucesso, como se isso fosse a única medida de evolução do nosso sistema educativo.

O Sr. Deputado esquece dois aspectos extremamente importantes:

Primeiro, a evolução que tem sido extremamente positiva, ano após ano, dos resultados das Provas de Avaliação Somativa Externa e dos exames nacionais. Esquece esse factor! Um factor fundamental na avaliação do desempenho do nosso sistema educativo.

Segundo, não estamos a fazer transições administrativas, não estamos a fazer nenhuma luta para a estatística. Estamos a usar um sistema de encaminhamento de alunos que é igual àquele que se usa nos bons sistemas educativos da Europa, que é igual àquele que finalmente começa a ser usado no Continente e que coloca o nosso sistema educativo numa posição semelhante à dos outros.

Não querer ver isto é querer persistir naquilo que nos levou à absoluta mediocridade a pensar que é por nós chumbarmos alunos, ano após ano, que

temos qualidade na educação. Se fosse assim, Sr. Deputado, nós tínhamos o melhor sistema educativo do mundo.

Passámos um século a chumbar alunos. Onde é que nós chegámos? Às mais altas taxas de analfabetismo da OCDE, à mais baixa escolaridade da OCDE, uma situação que era insustentável no Séc. XXI. Sr. Deputado, é essa a realidade.

Fico abismado quando vejo o líder do seu partido e quando agora ouço aqui o Sr. Deputado a defender essa situação, uma situação que a história já condenou, uma situação que a história já provou que era caminho errado, que apenas nos conduzia onde nos conduziu, porque não estamos a falar de uma política que esteve em vigor uma década, mas esteve em vigor muitas e muitas gerações e fez com que muitas e muitas gerações de portugueses ficassem condenados à exclusão, ficassem condenados à ignorância e que o nosso país ficasse condenado ao não desenvolvimento, à falta de sustentabilidade de nossa economia, à falta de progresso no saber. Enfim, àquilo que nos levou à situação de que hoje, finalmente, começámos a sair.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Muito bem!

O Orador: Essa é que é a realidade, Sr. Deputado.

Persistir nisso, continuar a pensar que deve haver uma escola com 9 alunos, que tem que haver uma escola em cada esquina, mesmo que isso seja condenar esses alunos à exclusão, e dizer que isso é uma grande coisa, Sr. Deputado, é mesmo de quem não vê, é de quem não quer ver e esses são os piores cegos.

Todos os países desenvolvidos já demonstraram que esse é o caminho errado.

O Sr. Deputado persiste aqui nessa análise.

Também quero dizer-lhe outra coisa, Sr. Deputado:

Nós não andámos a fazer corridas para as estatísticas, até que para vencer as estatísticas que havia antes não era preciso grande corrida, porque elas eram o que eram.

Andámos a tentar criar nos Açores um sistema educativo que seja um sistema de qualidade, que permita a oportunidade dos nossos jovens e que permita o real progresso dos Açores.

É isso que estamos a conseguir.

Repare num dos dados que foi aqui apontado pela Sra. Deputada Catarina Furtado. Ela disse que o Programa Oportunidade começou com mais de 1000 alunos. Hoje temos pouco mais de 300. Porquê? Porque esses programas começaram a produzir o seu fruto, porque finalmente começámos a ter um sistema educativo em que os alunos estão organizados de acordo com a sua faixa etária e não através de um critério que fazia sentar um adolescente de 14 anos ao lado de uma criança de 7 anos, julgando que chumbando esse aluno tantos anos e mantendo-o no 1º Ciclo íamos chegar a algum lugar.

É claro que não chegávamos. Apenas criávamos a revolta, a frustração e abandono nos maiores e prejudicávamos o ensino dos mais novos. Era essa a realidade que existia no tempo que o PSD era Governo e é aquela que infelizmente o seu partido continua a defender.

É um anacronismo! Um absoluto anacronismo!

É algo que ninguém, nem nenhum país civilizado defende.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Levou 12 anos, mas já é socialista!

O Orador: É uma situação que não tem explicação, não tem racionalidade.

Sr. Deputado, encare os factos:

As nossas escolas, graças à qualidade dos nossos professores, ao seu esforço, à qualidade de todo o nosso sistema educativo, ao empenho das famílias e dos alunos, começam a mostrar sinais de progresso.

Nós começámos a ter indicadores que nos dizem que estamos a aproximarmos, finalmente, dos objectivos traçados. Essa é que é a realidade.

Eu sei que é difícil para quem está desse lado, mas foi isso que aconteceu.

Encare a realidade, deixe de defender as coisas do passado.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

* **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

Não percebi a dúvida das construções, mas acho que o Sr. Secretário já foi bastante claro no que respeita às construções e às taxas de sucesso.

Deputado Costa Pereira (PSD): O Sr. Secretário percebeu. A senhora não estava aqui!

A Oradora: Pois, não estava aqui. Só posso responder pelo tempo que aqui passei.

Faz-me um pouco de confusão, cada vez que o seu ex-colega, e agora talvez futuro colega, apregoa de que as maiores competências das nossas crianças e jovens não são através do facilitismo.

Os senhores continuam a achar que as nossas crianças e os nossos jovens, em pleno Séc. XXI, tinham que ter as competências do saber ler, escrever e contar que tinham em 1960, na época da ditadura, lá atrás, numa imagem bucólica de escola, em que iam todos muito contentes, de totós e de flores nas malas, aqueles que tinham acesso à escola, e os outros que andavam descalços e meio despidos não tinham a possibilidade de lá chegar e, como tal, não era um dia de festa o regresso às aulas.

É um pouco essa imagem bucólica: alguns tinham acesso e como tal festejavam; agora já não há entusiasmo porque todos têm acesso.

O regresso às aulas, o início do ano lectivo é uma coisa normal na nossa sociedade, em que todos têm acesso ao mesmo, todos têm a possibilidade de lá estar.

As competências são diferentes. Mesmo que os alunos que estão nos programas alternativos não saiam das escolas a saber falar inglês ou a usar a língua mãe tão bem como os outros alunos com outras possibilidades, melhor será que saiam com vivências, com aprendizagens, com socialização desse espaço, do que estarem em casas ou na rua sem terem actividades ou ocupação, sem fazer nenhuma articulação com a escola. É esconder as crianças.

Talvez a falta de entusiasmo a que se refere o dito editorial do Diário Insular se deva à estabilidade que se gerou na Região, de haver aqui alguma tensão que já não é nem por falta de escolas, nem porque uma abre 3 semanas depois, nem porque não há professores, nem porque falta aquilo ou aqueloutro, mas porque há uma normalização e há cada vez mais o investir no desenvolvimento e na

consolidação de um sistema, como o Sr. Secretário disse, que se quer cada vez mais próximo dos países mais desenvolvidos.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação:

É bem verdade que o pior cego é aquele que não quer ver!

E para lhe mostrar quem é nesta história o cego, vou dar-lhe apenas dois exemplos:

Sobre as PASE, em que o senhor é o único que conhece os resultados (nós não sabemos, não são conhecidos)...

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Estão na internet, Sr. Deputado.

O Orador: Não estão. Eu estive lá e os resultados não estavam na internet.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Se quiser um CD, ofereço-lhe esta tarde!

O Orador: A verdade é que não estão. O senhor não diga que estão, porque não estão!

Sobre a excelência das PASE, que o senhor repetidamente elogia e que eu nem vou discutir, faço-lhe um desafio (aliás, já o fiz aqui várias vezes e o senhor nunca me respondeu): e o desafio é - para aferirmos a sua fé de que os resultados das PASE – Prova de Avaliação Sumativa Externa, estão a melhorar nos Açores, dê-lhes o mesmo efeito na avaliação final dos alunos que os exames do 9º ano têm a nível nacional. E então, nessa altura, poderemos comparar porque os seus efeitos na avaliação dos alunos serão os mesmos.

O senhor não queira nem pode comparar uma PASE feita nas escolas dos Açores em que o seu efeito na avaliação dos alunos é, na maioria das nossas escolas, igual ao de mais um teste, com os exames nacionais de 9.º ano que representam na avaliação final do aluno 30% da sua nota.

Quando responder a este desafio, conversamos sobre as PASE.

Mas vamos à questão de fundo: o sucesso e o insucesso no nosso sistema.

Se há um deputado nesta casa que aqui levantou o problema do insucesso nas escolas dos Açores, fui eu. E fui também eu o primeiro a reconhecer que, a partir do ano lectivo 2004/2005, se verificava uma inflexão nessa tendência!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: E levantei o problema do insucesso nas escolas dos Açores como um drama estrutural que urgia vencer.

Por isso, o senhor não venha agora aqui, a pretexto dos resultados actuais, querer misturar e baralhar a história.

Quem levantou o grave problema do insucesso nas escolas dos Açores foi o Grupo Parlamentar do PSD. Esse mérito não nos tira.

Como também não nos tirará o mérito de termos logo colocado muitas dúvidas sobre a natureza das repentinas melhorias que se verificaram e que nos levaram a desconfiar e a associar as alterações feitas a essa artificial melhoria.

E quando fazemos isto, não quer dizer que defendamos o que estava antes.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Bem bom! Já houve um grande progresso!

O Orador: O que quero dizer é que, por antes haver altas taxas de insucesso, penalizadoras para os nossos alunos e que eram uma vergonha no nosso sistema de ensino, não significa que agora, porque de repente passou a haver altas taxas de sucesso, que está tudo bem a este nível na Região e que há grandes melhorias, como o Senhor tende a afirmar repetidamente.

A verdade, Sr. Secretário, é que as taxas de sucesso melhoraram, mas os alunos não sabem mais por causa disso.

E deixo-lhe mais um desafio: faça o levantamento ao número dos alunos que no ano lectivo passado, nas escolas dos Açores, ...

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Concluo já Sr. Presidente.

... foram certificados com o 9º ano, não por conhecimento ou por competência, mas apenas porque tiveram bom comportamento ou assiduidade. Faça esse levantamento e essa conta e depois fale comigo.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Essa conta existe. Está publicada!

O Orador: Sr. Secretário: é por tudo isto é que desconfiamos que as alterações que houve nas taxas de sucesso sejam sinónimo da melhoria dos conhecimentos e da competência dos alunos.

É por isso também que defendemos que a primeira regra nas escolas não pode ser nunca o facilitismo, nem a procura da melhoria das estatísticas pela via administrativa.

A regra nas escolas tem que ser exigência, trabalho, preparação honesta e consequente dos nossos alunos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

* **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

Começo pela parte final:

Estou perfeitamente de acordo consigo!

De facto, a educação exige esforço, exige rigor e exige muito trabalho de todos os envolvidos. É isso que procuramos nas nossas escolas. Nessa parte estamos absolutamente de acordo e é isso que se tem procurado e se procura fazer nas escolas.

Folgo em ver que já houve uma evolução na sua forma de pensar. Já admite que afinal tínhamos que fazer qualquer coisa.

Deputado Costa Pereira (PSD): Não admito nada! O senhor está a querer virar, mas comigo está enganado!

O Orador: Então não admite? Pior para si.

Deputado Costa Pereira (PSD): Vou tirar uma fotocópia das minhas intervenções e vou entregar-lhe!

O Orador: Estava fazendo o favor de o julgar mais flexível e com mais vontade de conhecer a verdade. Mas afinal, se o Sr. Deputado diz que não, é não! Pior para si!

Voltando à questão essencial, em relação aos dados referentes às Provas de Avaliação Somativa Externa, eles são distribuídos anualmente pelas escolas, são disponibilizados. Terei muito gosto, ainda hoje, de lhe oferecer os dados de toda a Região e poderá conhecê-los com toda a profundidade, sala a sala.

Deputado Costa Pereira (PSD): Já os pedi em requerimento!

O Orador: Pode conhecê-los hoje, sala a sala. Não há dificuldade nenhuma. Pelo contrário, folgo muito em que os conheça. Até poderá, a partir deles, tirar algumas ilações interessantes que vão, com certeza, aconselhar o seu líder a mudar de opinião em algumas das coisas que referiu ontem em relação às escolas. Até é bom que lhe dê conhecimento dos resultados.

Sr. Deputado, em relação ao desafio que faz, o senhor está a misturar duas coisas que não podem ser misturadas. Está a misturar o conceito de avaliação somativa (sabemos qual o grau de desempenho dos alunos, qual a situação em termos de conhecimento dos alunos) com questões que têm a ver com a progressão ou não de ano. Essas duas coisas não podem, nem devem ser misturadas num sistema educativo moderno. É esse o principal erro no seu pensar. Julga que se colocarmos as mesmas regras no 9º ano, isso vai ter algum efeito sobre o desempenho.

Deputado Costa Pereira (PSD): Não, não! Foi para comparar!

O Orador: A medição do desempenho é feita de forma independente. As suas consequências é que são outras e ainda bem que são outras. Até já nem são outras, porque a partir do ano passado, no Continente, as regras também evoluíram a caminho das nossas.

Deputado Costa Pereira (PSD): E os resultados?

O Orador: Os resultados deste ano são os melhores de sempre, felizmente, Sr. Deputado.

Deputado Costa Pereira (PSD): Estão a aprender consigo. Estão a seguir o seu exemplo!

O Orador: Somos pioneiros e há quem nos dê razão.

No fim, o Sr. Deputado e mais alguns poucos serão os últimos resistentes nessa luta a favor do passado, aqueles que viram o fiasco de 100 anos de educação no país e não foram capazes de tirar daí as suas ilações.

Continuam a pensar que é por nós chumbarmos muita gente que vamos ter um grande sucesso na educação nos Açores ou no país. Não vamos com certeza. Não tivemos no passado e não teremos no futuro.

Volto a repetir, Sr. Deputado, se fosse através do chumbo que a educação se fizesse, Portugal era o país da OCDE com melhores resultados, porque é aquele que tem 100 anos de história que os outros não tiveram de chumbo.

Afinal onde é que estão os resultados?

O resultado foi a mediocridade que o nosso país atingiu nessa matéria.

O Sr. Deputado não foi capaz de ver isso. Não foi capaz de ver o que se passa no resto da Europa.

Quando o ouço e ouço o seu partido a falar nesta matéria, lembro-me sempre daquela história do soldado que marchava com o passo desencontrado.

Quase todos já viram que o “passo” não é esse, só que ainda há alguns que julgam que é.

Estão sozinhos!

É o único soldado que está fora do caminho, mas teremos que viver com isso.

Haverá tempo, com certeza, que os senhores descobrirão a verdade.

Nessa altura isso se calhar já será irrelevante, porque a história não pára e os senhores vão ficando para trás.

Voltando ainda à questão que colocava dos resultados da PASE, efeitos da PASE, exames nacionais do 9º ano, transição e não transição, Sr. Deputado, não há qualquer vantagem em fazermos retenções repetidas de alunos do 9º ano, até que eles abandonem a escola, quando sabemos perfeitamente que esses alunos podem encontrar um melhor percurso para a sua vida académica e para a sua vida pessoal, através da formação profissional.

Foi isso que os outros países fizeram. É isso que estamos a fazer.

Sr. Deputado, já não vivemos com um sistema educativo que só tem um caminho, que é o caminho que conduz à universidade directamente.

Hoje, temos um sistema educativo que tem múltiplos caminhos, em que os alunos podem seleccionar a opção que pretendem e a opção que mais se adequa às suas apetências.

Na maior parte dos bons sistemas educativos menos de metade dos alunos seguem caminhos que conduzem apenas à universidade.

É um erro histórico continuar a pensar que se pode forçar todos os alunos a ir por esse caminho.

Não podemos querer que 100% dos nossos alunos vá até ao ensino superior.
Não podemos e se calhar a nossa sociedade não o quer.

É preciso criar outras alternativas. Essas alternativas fazem-se através do ensino profissional e é isso que estamos a fazer.

Eu não percebo qual era a vantagem de estarmos a reter mais alunos no 9º ano.
A única coisa que ganharíamos era o abandono.

Foi isso que aconteceu no passado. A história já o demonstrou.

Sr. Deputado, deixe a história ser história. Olhe para o futuro e faça uma análise dos resultados da PASE, das estatísticas e perceba qual é o caminho.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para terminar, da minha parte, este breve debate.

O Sr. Secretário, com a característica que lhe é habitual, mistura as coisas e depois atribui-as a quem quer, mas por esse caminho eu não vou.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Não consegue ir!

O Orador: Nomeadamente sobre essa questão do afunilamento do sistema no ensino superior, eu não falei em nada disso, porque sou contra isso. Isso nem sequer esteve aqui em discussão e não tem nada a ver com o que estamos aqui a falar.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Mas tem a ver com o chumbo no 9º ano. Está implícito!

O Orador: Os chumbos no 9º ano não têm a ver com isso, nem ninguém está aqui a defender o chumbo.

O senhor é que, para defender a sua dama, mistura tudo e quer subverter tudo.
Duas referências muito claras sobre as PASE e sobre os ensinamentos que o senhor disse que eu devia ler para saber.

O senhor também deve tirar alguns ensinamentos nomeadamente do parecer da Associação de Professores de Matemática, sobre a prova de matemática deste ano. Naturalmente deve ter alguma coisa a retirar desses pareceres.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Sim, sim!
Tem muito!

O Orador: Quanto à questão de que não é por chumbar que o sistema é bom, é evidente que não. Nunca ninguém defendeu isso e ninguém está a defender chumbos. Contudo, o senhor não pode dizer que agora, porque passam todos, o sistema já é bom, porque não é isso que estou a dizer.

O que se passa Sr. Secretário, é que não é por passar os alunos sem eles conhecerem, sem eles terem as suas competências, que o sistema passa a ser bom.

Pior! Não é só o sistema não ser bom assim. É que não ajuda os jovens na sua formação.

Se continuarmos a dar aos jovens, nas escolas, o sinal de que basta eles lá estarem para passar e que é tudo fácil, isso é o pior sinal que lhes podemos dar, porque a vida que eles vão ter na sociedade não vai ser uma vida fácil; pelo contrário, vai ser uma vida difícil, de esforço e de trabalho.

As medidas de carácter administrativo que foram sendo implementadas nas nossas escolas, estão a dar aos nossos alunos esse sinal de facilitismo.

O exemplo foi exactamente esse que aqui lhe disse. O Sr. Secretário faça a contabilidade aos alunos que têm certificado do 9º ano, só porque tiveram bom comportamento e foram assíduos. Não têm competências nenhuma do 9º ano.

Se o senhor fica contente só por dizer que não é por chumbar os alunos que o sistema é bom e que agora nele está tudo bem, nós não achamos isso, porque o que queremos é que os nossos alunos saibam cada vez mais, tenham mais competências e sejam capazes de sair da escola mais bem preparados para a vida, naquilo que ela tem de bom, mas também naquilo que ela tem de difícil. Não é isso que se verifica. O senhor fale com os pais.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

* **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

O senhor continua a recuar exactamente para o ponto de onde partiu e não consegue concluir o seu raciocínio.

Deixe que lhe dê uma ajuda.

Deputado Costa Pereira (PSD): O senhor quer que conclua que tudo está bem!

O Orador: Não. Eu também não concluo que está tudo bem.

Deputado Costa Pereira (PSD): Então já está a seguir o meu raciocínio!

O Orador: Eu nunca lhe disse que estava tudo bem. O que lhe disse foi que estava melhor do que aquilo que era, muito, muito melhor.

Nós não estamos aqui numa situação de estarmos a dizer que está tudo bem. Um dos pontos essenciais da intervenção da Sra. Deputada Catarina Furtado era exactamente isso, era de que logo que atingimos um objectivo vemos logo outros e queremos atingi-los.

Não estamos aqui a olhar para uma obra feita. Estamos a olhar para uma caminhada que tem que prosseguir, porque partimos, em matéria de educação, muito atrás e temos muito que avançar, temos muitas etapas para conquistar.

Ninguém está a dizer que está tudo bem. O que lhe estou a dizer é que fizemos uma imensa caminhada, uma caminhada que permitiu a redução do abandono, a redução das retenções e permitiu o aumento das competências.

Quanto à dificuldade, ao trabalho, ao esforço, com certeza que as nossas escolas continuam a exigí-lo e continuam a exigí-lo com muita energia, porque continuamos a ter um sistema educativo que se preza pelo seu rigor e que se preza pela vontade de inculcar nos jovens aqueles saberes que lhes vão permitir ser cidadãos activos no futuro. É esse o objectivo das nossas escolas.

As nossas escolas não são máquinas de fazer exclusão, não são lugares onde os alunos são retidos até que se cansem, até que desapareçam da escola. Isso as nossas escolas deixaram de ser e é isso que marca a diferença entre as escolas deste tempo e as escolas do outro tempo. É essa a grande diferença.

Deixe-me que lhe diga outra questão, para não ficar a questão do recado.

As provas de matemática e as provas de português que temos feito na região são feitas por uma equipa de gente muito competente e que sabe muito bem o que está a fazer, que faz com grande qualidade.

Deputado Costa Pereira (PSD): A nível nacional também o são!

O Orador: A verdade é que a crítica que o Sr. Deputado citou, profundamente injusta e que não foi assumida por ninguém, foi assumida apenas por um membro de uma direcção da Associação de Professores de Matemática. É uma crítica que eu considero injusta em relação às provas (não sou autor delas) e não tem cabimento. São provas que são feitas com o modelo PISA da OCDE, provas que são feitas com muita qualidade e visando objectivos muito claros, objectivos que têm a ver com o atingirmos uma utilização da matemática que passe para além do x e do y, que passe por uma matemática aplicada à vida e que passe por uma matemática de utilização no dia-a-dia.

É esse o objectivo do ensino básico e são esses os objectivos das provas que nós estamos a fazer.

Por isso, Sr. Deputado, deixe-me que lhe diga que as provas de matemática estavam muito bem feitas, são excelentes provas e que os resultados que nós obtivemos, apesar de não serem aqueles que desejaríamos, são bastante melhores do que aqueles que tínhamos há anos atrás.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O senhor diz que estamos muito melhor do que estávamos nas escolas dos Açores.

Vou-lhe dar um exemplo de uma professora de português que reside nos Estados Unidos. Falei com ela este Verão e ela disse-me mais ou menos o seguinte:

Os alunos dos Açores quando chegavam aos Estados Unidos e eram integrados nas nossas escolas, eram alunos conhecidos pelo que sabiam. Eram alunos que ficavam imediatamente integrados nos níveis mais avançados das turmas pelos conhecimentos de que eram portadores, o que rapidamente os levava a ser integrados, às vezes, em anos superiores àqueles que a sua idade indicava. Hoje, queixava-se ela, os alunos que nos chegam são iguais ou piores do que os alunos americanos que temos aqui.

Se isso o contenta, Sr. Secretário, e se é por causa disso que estamos muito bem ao pé da Europa e dos Estados Unidos, fique bem contente, mas nós não ficamos.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): O senhor gostava muito desse tempo em que os alunos tinham que emigrar para estudar. Essa nem merece resposta. O senhor não conhece o que aconteceu na América!

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Conheço mais do que o senhor pensa!

Presidente: Creio que estamos esclarecidos, neste final de legislatura, relativamente a esta matéria.

Antes de dar a palavra ao orador seguinte, queria informar a câmara de que recebi uma comunicação da Sra. Deputada Fernanda Trindade justificando a sua falta ao plenário, por motivos familiares e de saúde e enviando uma espécie de intervenção que vou mandar distribuir aos Srs. Deputados.

Informo também os Srs. Deputados que tenho na minha frente as propostas de alteração ao nosso Estatuto. Já mandei fotocopiar para serem distribuídas aos Srs. Deputados. É uma carta que vem da primeira Comissão da Assembleia da República.

Posto isto, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Pedia ao Sr. Vice-Presidente para ocupar o meu lugar na mesa.

(Neste momento, o Sr. Presidente foi substituído na Mesa pelo Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira)

Deputado Aires Reis (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de começar a minha intervenção gostaria de pedir aos Srs. Membros do Governo que fizessem a amabilidade de retirar das vossas pastas um documento, que foi ontem orgulhosamente distribuído pelo Sr. Deputado Rogério Veiros (penso que foi só pelos membros do Governo). De qualquer forma, acho que será importante para perceberem esta intervenção.

O Partido Socialista publicou, recentemente, um Boletim intitulado “Calheta Socialista” e dirigiu-o a todos domicílios do Concelho da Calheta, procurando criar a ilusão de que os Governos de César fizeram muitas obras em São Jorge. O Boletim dá-nos uma imagem falsa das coisas e por isso não podemos nem devemos deixar de desmascarar, página por página, o que ali está referido. Até porque fazer um “Balanço” da acção do Governo, com fotografias de obras não concluídas e de obras não iniciadas, quase só com imagens de maquetas, não nos parece correcto e induz as pessoas em erro.

Seria importante, que ao terem conhecimento desta minha intervenção, tivessem o referido boletim ao lado, para poderem analisar com toda a correcção o que nele é dito.

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor devia ter feito uma distribuição!

O Orador: O senhor é que o pagou. Portanto, é que a devia fazer.

Comecemos então pela *primeira página*, onde enganadoramente se diz que o Boletim vai fazer um *Balanço da acção do Governo liderado por Carlos César*.

No meu tempo de escola, aprendi que quando se faz o Balanço é daquilo que foi feito e não de um rol de promessas para o futuro. Mas, incrivelmente, até isso o Partido Socialista quer mudar.

A verdade é que muitas das fotografias que ali estão como Balanço encontram-se apenas em papel. Trata-se de maquetas e desenhos elaborados para que o Governo pudesse apresentar serviço feito, aquando da sua última visita a São Jorge.

Página 2: “Novo Lar de Idosos já está licenciado”.

Eu trouxe fotografias para termos uma ideia das coisas.

Deputado Nuno Amaral (PS): Mostre-as lá!

O Orador: Por acaso até as deixei com o meu colega. Não sei se é possível mostrar.

Deputado António Marinho (PSD): É esta fotografia?

O Orador: É essa fotografia.

Deputado António Marinho (PSD): Não tem aqui o lar de idosos, mas um serrado de milho!

O Orador: Exactamente. Como devem estar a reparar é uma fotografia de um serrado de milho. Curiosamente, no boletim aparece esta imagem que está aqui.

(O Deputado Aires Reis mostra a fotografia constante no Boletim)

Obviamente que isto é a fotografia de uma maquete. Não é de admirar.

Ao dizerem que o lar de idosos já está licenciado, é falso. O projecto ainda não está licenciado. Trata-se de um investimento da iniciativa da Santa Casa da Misericórdia da Calheta, financiado por fundos comunitários, através da Região, como é sua obrigação.

É um projecto interessante, mas duvidamos da sua localização, tendo em conta que ficará situado na Fajã Grande, distante do movimento e dos serviços que estão concentrados no Centro da Vila.

A pergunta que se impõe é a seguinte: Será que cada um de nós, se tiver de passar o resto da sua vida naquele Lar, ficará satisfeito com a sua localização? Ou preferia que o Lar ficasse situado no Centro da Vila, mais próximo do Cais, dos transportes públicos, da farmácia, das instituições e dos serviços que ali estão concentrados?

No nosso entender, uma obra importante como esta deve ter em conta principalmente o bem-estar dos seus utentes e nunca se deveria definir a sua localização simplesmente pela facilidade de aquisição de um terreno ou por outros motivos semelhantes.

Página 3: “Pousada de Juventude em fase final de licenciamento”.

Outra imagem enganadora.

Deputado António Marinho (PSD): Tenho aqui a fotografia. É um edifício só com as paredes no ar!

O Orador: Exactamente, é essa fotografia, um edifício só com as paredes no ar.

A fotografia que foi publicada no boletim (e chamava a atenção de todos) é esta. Mostra uma pessoa, viaturas. É esta fotografia que, enganosamente, foi publicada no boletim.

Tentei tirei uma fotografia do mesmo perfil, mas não consegui entrar, porque a erva era tão alta (mais alta do que eu), que eu não consegui chegar lá, por isso tirei do outro lado, como podem ver.

Outra imagem enganadora!

Até já possuí a respectiva foto como se já estivesse inaugurada. A verdade é que, para quem não reparou bem, é mais uma montagem fotográfica que pretende apenas confundir algumas pessoas.

Esta obra, que inicialmente se destinava a ser um Centro Pastoral de Ilha, estava com grandes dificuldades financeiras para ser concluída pela Diocese.

Então, o Governo inventou uma manobra financeira para concluir esta infraestrutura e ao mesmo tempo resolver a sua promessa eleitoral de construir uma Pousada de Juventude.

Aproveitando-se desta dificuldade da Diocese, o Governo acordou com a Paróquia que assegurava o financiamento para a conclusão da obra e, em troca, a Paróquia cedia-lhe aquele edifício, por um espaço de trinta anos, para funcionar como Pousada que, segundo se consta, será explorada pela Administração das Pousadas de Juventude dos Açores.

Ou seja, daqui a três décadas a Diocese retoma o imóvel e teremos então o Centro Pastoral da Ilha de São Jorge a funcionar num edifício já com 30 anos de idade. E para onde vai a Pousada?

Deputado António Marinho (PSD): Grandes negócios!

O Orador: Na mesma página temos “*Nova Escola da Calheta*”.

Trata-se de um edifício de raiz que vai ser construído depois de serem deitadas ao chão as actuais instalações e que tem como objectivo concentrar todos os alunos de todas as freguesias, encerrando assim todas as Escolas do 1º Ciclo que ainda se encontram em funcionamento, juntando crianças e jovens de todas as idades, desde os 3 aos 20 anos.

Depois, o projecto prevê uma escavação enorme e onerosa, pois a Escola está projectada para ser construída ao nível do caminho principal da Fajã Grande.

O Pavilhão Desportivo, cujo piso, o sistema eléctrico e cobertura foram remodelados recentemente, será completamente destruído para se construir outro semelhante, num plano inferior.

Segundo os responsáveis, no decorrer desta obra, alunos, professores e funcionários poderão ter de se deslocar durante dois ou três anos lectivos para a EBI do Topo e para a EBI/S de Velas, a trinta Kms da Vila da Calheta, pois a Escola admite ter grandes dificuldades em encontrar espaços suficientes na Vila para o seu funcionamento.

Será que tudo isto foi bem pensado ou existiam soluções diferentes que possibilitassem a construção de um novo edifício e provocassem menos transtornos a todos?

Página 4: “Sede do Clube Náutico da Calheta”. Não resisto a vos mostrar a página 4. Duas fotografias, uma só dúvida que nos fica...

A primeira fotografia, de um contentor oferecido pelo Governo para instalação provisória do Clube Náutico, como se se tratasse de instalações condignas para uma instituição que normalmente concentra a sua actividade nos meses de Verão. Imagine-se o quanto será insuportável trabalhar ali dentro, nesta época, devido ao calor. A segunda fotografia, com um pontão provisório para embarcações que, admitimos, deu algum jeito neste verão.

Sobre estes dois pontos, rezeamos que aquelas estruturas venham a ficar “provisoriamente definitivas”.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Vamos fazer o levantamento batimétrico!

O Orador: No entanto, se estes assuntos entram no rol dos referidos grandes investimentos, estamos conversados!

Também temos na mesma página o “**Porto de Recreio da Calheta**”. À semelhança do que aconteceu nas Velas, o desenho que existe, mas que não aparece no Boletim, parece ter os mesmos defeitos.

Ou seja, o Porto de Recreio da Calheta não será feito com uma visão de futuro, pois não acreditamos que o espaço disponível da baía do porto tenha condições para uma obra com a dimensão desejada, ...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Inventa-se uma nova baía!

O Orador: ... nem sequer que em termos de espaço disponível possa ser idêntica à de Velas, como foi anunciado, pelo Sr. Presidente do Governo, e que ainda reste espaço para a entrada dos navios no porto.

No nosso entender, deveria, pelo menos, ser estudada a possibilidade de o Porto de Recreio da Calheta ser construído na baía da Ponta de São Lourenço.

Deputado Rogério Veiros (PS): Jesus!!!

O Orador: *Página 5: “O Navio da Atlântico Line entrará na Calheta”.*

Não acreditamos! O navio só entrará na Calheta a partir do momento em que se eliminarem as baixas e se fizerem outras obras consideráveis na baía e no porto, pois como já referimos várias vezes, o Porto da Calheta também não foi preparado para o futuro.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): No vosso tempo é que não foi!

O Orador: De resto, o acidente de um navio dos TMG's, recentemente ocorrido na baía, prova isso mesmo.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Quantas vezes já foi lá?

O Orador: “Protocolo com Cooperativa dos Lourais”. É preciso ter descaramento para escrever aquele texto.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Já está assinado!

O Orador: Não foi o Sr. Secretário. Deve ter sido alguém daquele lado.

Em primeiro lugar, porque o Governo tudo fez para encerrar esta Cooperativa e outras, e concentrar todas elas na Beira. Depois, porque dificultaram insistentemente a vida à instituição para tentar demover a sua Direcção de avançar com aquela obra.

Mais recentemente, têm vindo a dificultar os respectivos financiamentos, apesar de todos os compromissos assumidos entre os responsáveis pelo Governo e a Cooperativa.

Deputado Rogério Veiros (PS): Isso é mentira!

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Eles têm dinheiro a receber que não requereram. É uma boa gestão!

O Orador: Agora, fazem jogos de interesses e de bastidores, para levarem “a água ao seu moinho” e para tentarem cativar os seus associados.

Perante tantas trapalhadas, reveladoras de falta de respeito pelas instituições, só faltava agora dizerem que estão e sempre estiveram, ao lado dos agricultores da Ribeira Seca.

Como se explica ter havido dois pesos e duas medidas para lavradores da mesma ilha ou até do mesmo concelho?

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): Não quiseram aderir ao saneamento de 2000!

O Orador: Os agricultores da Ribeira Seca foram muito penalizados, apenas por birras e estratégias dos socialistas, desrespeitando sistematicamente a vontade dos seus associados. Ponto final! Não há mais a falar sobre isso!

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Muito bem!

O Orador: *Página 6 e 7:* Praticamente trata de apoios e de contratos de financiamento, mas parecem-nos, apesar de algumas imprecisões, as notícias mais sérias daquele Boletim.

Página 8: Dois assuntos, duas fotografias. Nós, Partido Social Democrata, teríamos vergonha de colocar estas fotografias num boletim da nossa responsabilidade.

Primeiro, porque a base e a estrutura de betão do *“tanque de abastecimento de água à lavoura do Norte Pequeno”* estão a ser construídas pela Junta, com os seus próprios meios, embora o Governo é que tenha essa responsabilidade.

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*): Quem é que deu o dinheiro à Junta?!

O Orador: Ou seja, foi a Freguesia do Norte Pequeno a dar um subsídio ao Governo e não o contrário.

Relativamente à segunda notícia e respectiva fotografia, é vergonhoso ver aquelas duas **máquinas** tantos meses ali paradas, quando existem tantas necessidades de intervenção deste tipo de maquinaria em caminhos agrícolas e em pastagens, para arranjar e beneficiar.

Há meses que esta e outra máquina estão lá paradas. Esta fotografia foi tirada a semana passada e ainda hoje a máquina continua lá. Sobre este assunto só tenho uma coisa a dizer:

Paciência, senhores membros do Governo...

Sobre a *Construção dos Currais de Vacinação*, que é uma competência do Governo, a notícia revela um desconhecimento ou uma incorrecção enormes relativamente ao papel das Juntas de Freguesia do Topo e de Santo Antão.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Todas financiadas pelo Governo!

O Orador: A verdade é que estas autarquias dispuseram-se de imediato a colaborar, tendo mesmo mandado fazer os projectos, orçamentos e arranjado os locais para as obras.

No entanto, sem nunca se perceber bem porquê, a Secretaria não aceitou co-financiar as referidas Juntas para que estas obras pudessem ser feitas. Saliente-se que os financiamentos propostos por estas duas autarquias eram semelhantes aos valores recebidos por outras Juntas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): É falso!

O Orador: Ou seja, o Governo apenas queria financiar as Juntas da zona do Topo com 5.000€ ou 8.000€ por cada Curral, enquanto tinha financiado outras com 10.000€, 12.000€ e 13.000€.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): É falso!

O Orador: Mesmo assim, as Juntas do Topo e de Santo Antão tiveram o bom senso de oferecer ao Governo os seus projectos, orçamentos e a indicação da escolha dos locais para a construção destas estruturas, o que demonstrou uma atitude séria e colaborante, merecendo todo o nosso apreço.

Deputados Clélio Meneses e António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais uma vez se pode dizer que foram as nossas Freguesias a ajudar o Governo e não o contrário, que seria mais natural.

Afinal, que critérios são estes? Só podem ser considerados reveladores de uma grande falta de respeito pelas autarquias e pelas pessoas.

Apesar disso, só temos a lamentar que o Governo, que já vai com 12 anos de idade, só agora, em vésperas de eleições, tenha iniciado estas obras.

Ninguém percebe por que razão passam tantos anos sem se lembrarem da zona do Topo e, a dois ou três meses das eleições, iniciam obras que já deviam estar a ser utilizadas pelas pessoas, há anos.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): Temos lá obras para inaugurar!

O Orador: *Página 9: “Pavimentação do Caminho da Ribeira das Lexívias em Santo Antão”.*

Reparem bem! Doze anos sem pavimentar um metro de caminhos agrícolas na zona do Topo e em vésperas de eleições vão pavimentar apenas um pequeno troço de 3 Km e 800 metros de um caminho que faz a ligação com o Topo e que mede cerca de oito quilómetros e meio, situado numa das principais bacias leiteira da ilha.

Repito: a escassos dias das eleições!!!

Com governos destes os agricultores de Santo Antão e do Topo terão motivos de satisfação?

Esta zona, que depende essencialmente do sector agrícola, merecia ter tido ao longo destes anos outro tratamento por parte do Governo Regional.

“Pavimentação da Vila do Topo”.

A nossa opinião já é conhecida nesta freguesia.

Por acaso também trouxe fotografias desta pavimentação.

Deputado António Marinho (*PSD*): É esta que está aqui por fazer?

O Orador: Não. Não. Eu tenho que esclarecer o meu colega António Marinho. Essa estrada não está por fazer. Essa estrada já está feita, embora pareça que está por fazer.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Isso mais parece uma tragédia grega!

Deputado António Marinho (*PSD*): E o senhor está a gostar de assistir ao teatro?

O Orador: Foi pavimentada recentemente. Foram as chuvas que fizeram isso. No entanto, para quem não a conhece, referimos o essencial: o troço que atravessa o centro da Vila ficou sem espaços decentes para estacionamento; existem curvas que deveriam ter sido corrigidas; um “passeio” junto à Escola, onde supostamente deveriam transitar alunos (atenção, Sr. Secretário da Educação, a este ponto), possui cerca de 20 cm de largura; o sistema de escoamento de águas vai dar graves problemas aos moradores do “meio da

Vila”; os condutores dos autocarros alertaram em devido tempo para o facto de, com as actuais condições criadas nesta estrada, poderiam não conseguir fazer o percurso habitual até à Escola.

Se esta obra tivesse sido bem pensada e devidamente projectada, a maior parte destes problemas podia ter sido evitada. Mas o facto de não ligarem às várias recomendações e sugestões que foram sendo feitas no decorrer da obra, através da Junta de Freguesia, levou a esta triste situação.

Foi, portanto e apenas, mais uma obra feita à pressa para tentar disfarçar a imagem do Governo, antes das eleições.

Além disso, procuraram culpar outras entidades por uma interrupção que fizeram na obra, mas a verdade é que se tivessem dado conhecimento às autarquias do início dos trabalhos, estas teriam a possibilidade de programar de forma atempada a remodelação da rede de águas.

O que não fazia sentido era deixar estender o pavimento asfáltico e depois ter de o romper para se efectuarem estes trabalhos.

Apesar de ter ficado combinado com o Presidente do Governo que sempre que o Governo fizesse uma obra numa determinada freguesia as respectivas autarquias seriam informadas, a verdade é que isso, infelizmente, continua a não acontecer.

Deputado Rogério Veiros (PS): A obra já tinha começado quando os senhores resolveram começar a furar o chão!

O Orador: *Página 10:* Uma notícia sobre a “*obra de protecção da orla marítima da Fajã de São João e porto*” que merece o nosso respeito, sendo certo que se não tivesse havido uma forte e permanente pressão, durante anos e anos (até aqui nesta Assembleia!) de muitas instituições e habitantes, nunca teríamos tido este problema resolvido.

Desde logo, porque as Fajãs, na opinião destes governos socialistas, eram para encerrar.

Como prova disto, temos a primeira versão do POOC que o Governo foi apresentar e defender a São Jorge e que, todos nos devemos lembrar, acabou também por ser alterado devido à pressão constante e muito forte de todos.

Página 11: “Porto do Topo”.

Chamava a atenção para esta página.

Notícia absolutamente ridícula, pois o Balanço da obra resume-se ao facto do Sr. Sub-Secretário Regional das Pescas ter ficado sensibilizado....

A verdade é que este senhor que se diz sensibilizado investiu em portos, um pouco por todas as ilhas da região, ignorando sempre o Porto do Topo.

“Pavimentação da Rua de Baixo”.

Reivindicada por nós desde 2001 (há 7 anos), vai ficar uma obra interessante, com uma boa caixa de estrada, devidamente preparada para o movimento existente.

Lamentável é o tempo que passou e os incómodos que as pessoas, entretanto, sentiram com o mau estado do piso que se foi progressivamente degradando, como também aconteceu nos Biscoitos.

Página 12: “Biscoitos vão ser pavimentados de imediato”.

Também trouxe fotografias.

Deputado António Marinho (PSD): Está aqui. É uma obra bem feita, tem valetas, é pavimentada e tem caixas de estrada!

O Orador: Não, não! Essa fotografia que o Deputado António Marinho está a mostrar, é uma fotografia de uma boa estrada. Tem caixa de estrada, tem valetas, tem tudo o mais, mas não é essa. É outra que tenho aqui.

Deputado António Marinho (PSD): É esta? Parece uma derrocada!

O Orador: Exactamente. A pavimentação dos Biscoitos é uma derrocada. Como se pode ver nem valetas tem e é uma das estradas mais movimentadas de São Jorge.

Recordo o título da página 12: “Biscoitos vão ser pavimentados de imediato”.

Já estão a ser pavimentados e muito mal. Não se percebe bem por que motivo a pavimentação está a ser feita apenas com recarga, se compararmos o seu movimento com o de outras estradas desta ilha.

Todos sabemos que é uma obra que merecia o mesmo tratamento da Rua de Baixo e do caminho agrícola da Ribeira das Lexívias, em Santo Antão, ou seja, com caixa de estrada adequada, correcções, valetas e um piso bem melhor.

Mas nada disso aconteceu.

Parece impossível que a estrada dos Biscoitos, sendo uma das estradas mais movimentadas da ilha e um dos “cartões de visita” do Concelho da Calheta, tenha merecido tão fraco tratamento. Eu sei que isso “é uma pedra no sapato” do Sr. Secretário, mas acontece.

É uma vergonha o que está a ser feito. Noutros lugares, não vemos obras destas e não podemos aceitar que nos enganem assim tão descaradamente.

“Gare Marítima de Passageiros”.

Também tenho uma fotografia.

Deputado António Marinho (PSD): Tem um desenho virtual e outro que é a realidade!

O Orador: Exactamente. Aquele de lá, como devem calcular, é o desenho virtual, aquele que é apresentado às pessoas, para as enganar. O de cá é o que existe, mas é fácil de perceber, julgo eu.

Presidente: Sr. Deputado, não se entusiasme muito com as fotografias, porque só tem 2 minutos.

O Orador: Obrigado.

“Gare Marítima de Passageiros”. Gostaríamos que todos tivessem visto o seu desenho. Mais um projecto tacanho, quando (até porque o espaço o permite) podia vir a ser uma obra muito interessante. Paciência, mas a verdade é que isto já não nos espanta...

“Ecocentro”. Trata-se de uma parceria entre o Governo Regional e as Câmaras Municipais (dado ocultado desnecessariamente no Boletim socialista), cujas formas de financiamento ainda são desconhecidas das próprias Câmaras Municipais, pois ainda não lhes foi comunicado oficialmente este dado.

Em suma, aqueles que tiverem paciência de ler os dois documentos (o Boletim do PS e esta intervenção) ficarão, com certeza, mais esclarecidos.

Aqueles que se ficarem pelas fotografias e pela imagem dada pelos títulos do Boletim socialista, sem querer, estão a colaborar numa campanha enganadora dos socialistas, que nós, Partido Social Democrata, não gostaríamos que acontecesse na nossa ilha, por um questão de respeito pelas pessoas e pelos nossas instituições.

Para não falar dos subsídios que agora estão a ser empurrados pelas portas das instituições dentro, quando anteriormente era penoso conseguir um apoio para uma instituição, nem na grande novidade (segundo se consta) que vai ser criada: uma nova série do Jornal Oficial destinada a publicar as carradas de cimento e de areia que estão a ser distribuídas...

Chamar a isto um Balanço, só mesmo por um motivo: porque os socialistas não têm obra bem feita em São Jorge e, muito particularmente, no Concelho da Calheta.

Esta ilha merecia um melhor tratamento.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Independente)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Informo que o PSD esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

* **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois desta tragicomédia mal encenada e mal ensaiada, e depois desta intervenção estruturada num boletim do Partido Socialista (o PSD já não consegue fazer intervenções, tem que se estruturar naquilo que o Partido Socialista produz) gostaria de tecer alguns comentários:

Primeiro:

A obra que nós temos é aquela que apresentamos. No dia 19 de Outubro seremos, humildemente, avaliados pela população de São Jorge.

Deputado Aires Reis (PSD): Não tenho dúvidas disso!

O Orador: Ao que me parece, o senhor está um bocadinho nervoso, porque leu atentamente o nosso boletim e, além disso, escreveu sobre ele e com base nele. É sinal que quem marca o assunto político em São Jorge somos nós; quem está à frente somos nós e os senhores vêm a reboque.

Quanto aos projectos aqui apresentados, é com muito orgulho e empenho que os apresentamos. Só espero que a sua intervenção seja distribuída à população de São Jorge,...

Deputado Aires Reis (PSD): Obviamente! É uma excelente ideia da sua parte!

O Orador: ... nomeadamente para saberem a sua opinião sobre essa matéria e da sua visão derrotista, da sua visão negativa do futuro do concelho da Calheta e do futuro da Ilha de São Jorge.

Relativamente aos projectos que aqui apresentamos, temos muito orgulho neles.

No que se refere ao facto de acreditarmos que vamos ter mais passageiros no nosso porto, de acreditarmos que o nosso porto permite que entrem navios, ao contrário daquilo que o PSD fez enquanto foi Governo, de acreditarmos que vamos ter também mais um porto de recreio, equilibrando assim São Jorge, pois Sr. Deputado, realmente com o seu discurso os senhores não vão lá e os jorgenses não vão a lugar nenhum.

O senhor diz que devíamos ter vergonha de apresentar uma obra que é feita por uma Junta de Freguesia. Essa obra foi feita em parceria com uma Junta de Freguesia do PSD em que nós demos o material, o Sr. Presidente da Junta está satisfeito, está a servir a população, mas parece que o senhor está contra isso.

Se nós não trabalhamos com as Juntas do PSD é porque as discriminamos; se trabalhamos com as Juntas do PSD e apresentamos esse trabalho, está mal. Afinal, o que é que os senhores querem? Ainda não percebi.

Relativamente às obras da Vila do Topo, gostaria de lhe dizer que aquela zona vai ficar muito bonita, tem uma intervenção extremamente cuidada, os passeios estão praticamente ao nível do alcatrão para resolver todos esses problemas que o senhor apresentou aí de estacionamento. Como ainda não está feita a calçada dos passeios, as chuvas arrastam o material que está dentro dos passeios.

Tenha calma, porque vai ficar bom e as pessoas vão avaliar no dia em que a obra estiver pronta.

Fala do caminho da Ribeira das Lixívias que não foi pavimentado.

Sr. Deputado, gostaria de lhe dizer que só agora é que foi pavimentado.

O senhor diz que demorámos 12 anos para pavimentar um caminho agrícola na zona de Santo Antão e Topo. Gostaria de lhe dizer que as pessoas de Santo Antão e do Topo estão há 32 anos, desde o princípio da Autonomia, à espera que pavimentem um quilómetro de caminho, porque os senhores em 20 anos não pavimentaram um metro. Nós pavimentámos 3 quilómetros e pouco, mas vamos à frente. Em 12 anos já fizemos mais do que os senhores em vinte.

Deputado Aires Reis (PSD): Grande obra!!!

O Orador: Relativamente a todas as outras obras é com grande orgulho que as apresentamos, é com grande orgulho que as estamos a fazer e vamos esperar para o dia 19 de Outubro para as pessoas as julgarem, Sr. Deputado. Não é o senhor que as vai julgar.

Os senhores foram julgados em 1996 por aquilo que não fizeram. Nós havemos de ser julgados no dia 19 de Outubro por aquilo que estamos a fazer.

Muito obrigado.

Deputado Aires Reis (PSD): Não tenho dúvidas disso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No fim de legislatura, e, por semelhança, no fim de um ciclo na vida de uma pessoa, neste complexo, próximo e ao mesmo tempo distante, conjunto de significados, fazer uma intervenção de tribuna reza a tradição que a dirijamos num certo sentido.

E como refere Mauro Ceruti, no livro “O Vínculo e a Possibilidade”, passo a citar “[...] Não se adere a uma tradição, produz-se essa tradição. [...]”, irei, por isso, discorrer, enquanto agente do combate político ao longo de 12 anos, sobre o valor por mim reconhecido em relação às reflexões e à acção política em geral, e à Saúde, em particular, enquanto factor de desenvolvimento das pessoas e por consequência de um país e/ ou uma dada Região.

A realidade, embora muitas vezes não expressa, é que a política não tem cabimento nos tempos da eternidade. A sua acção concretiza-se no tempo das coisas terrenas, e cíclicos são os seus aspectos mais expressivos e o seu efeito na vida de todos nós, cidadãos e cidadãs a ela sujeitos.

Não podemos ignorar este estado das coisas pois não diz respeito às mutações por ordem de interesses diversos. O tempo, não controla o homem, e, menos ainda, o tempo político.

Cabe, no entanto, ao homem político distinguir a não perenidade, do que ab initio é passagem, a sua, e a do próprio agir. Distinguir o limite e a abrangência do seu papel e, na acção, compreender o fenómeno das necessidades, prementes e não prementes, ou seja, aquelas que se podem dilatar no tempo dos homens por secundárias às suas necessidades primárias é um dever ético e um compromisso sem reservas quando se deseja ser consequente no agir.

E neste sentido as políticas constroem-se, planeiam-se e executam-se, num tempo de chegada e partida dos políticos, enquanto que as necessidades das pessoas, nomeadamente as primordiais, mantêm-se perenes sem passagem a secundárias. Deste facto não se pode inferir como sendo menos importantes, mas, tão-somente, como sendo de naturezas diferentes. É neste contexto que homens e mulheres, na sua natureza e na sua circunstância, reclamam por políticas a empreender por aqueles que foram mandatados para o efeito, e que têm o dever de compreender e de atender a esta demanda por eles clamada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foi sob este manto de construção e de interpretação do devir político que a 22 de Novembro de 1996 subi pela primeira vez a esta tribuna e expressei, passo a citar “[...] a honra que me é dada sentir por fazer parte desta Assembleia, Instituição primeira do Sistema Autónómico Açoriano, cujo papel procurarei desempenhar de uma forma idónea e responsável, de acordo com o que é suposto ser-se quando somos mandatados, para o efeito, através do voto popular”, fim de citação; palavras seguidas de conceitos, princípios e valores que suportariam, do ponto de vista ideológico, a minha acção, nomeadamente a

relacionada com o sector da Saúde, aquele que tinha traçado o meu caminho na direcção do exercício político, enquanto deputada.

Acreditei na voz que levantaria, não por ser a minha, mas sim por através dela veicular um agir político em prol do desenvolvimento de um bem individual e colectivo, cuja organização passa por um serviço público universal, geral, e tendencialmente gratuito, de acordo com o corpo legislativo em vigor, no país e nos Açores, desde 1976.

Acreditei na possibilidade de ser e estar em consonância com as vontades de servir, em olhar sempre mais longe do que a distância que nos separa da pedra que nos faz tropeçar e pensar duas vezes sobre o caminho escolhido e a escolher; acreditei na possibilidade de lutar por um serviço público de saúde que para além de acudir o sujeito quando esse se encontra mais fragilizado, é um factor de desenvolvimento da própria sociedade.

Acreditei e trabalhei de acordo com as minhas crenças que no sector para o qual eu estava vocacionada, a Saúde, eram os mesmos valores e princípios do Partido Socialista – à época era uma deputada não filiada –, do governo então formado e dos que vieram a seguir.

Acreditei, trabalhei e felizmente nunca me senti perdida, sem rumo ou deveras desapontada. Insatisfeita, inquieta, sim, quantas vezes! Quem não deseja mais e melhor! Em política ser-se pequenino é ser-se inoperante, tal como ser-se demagógico ou senhor de pura retórica é um estorvo vestido de pavão. O bom senso que deve nortear a maioria das decisões da nossa vida pessoal também deve fazer parte da política. Entre rasgos de audácia e inovação o império do bom senso sustenta qualquer actividade.

Acreditei na política porque acreditei na voz do povo como o guia que nos mostra o caminho a percorrer; trabalhei, estudei e fui fiel aos meus princípios e aos dos que em mim acreditavam. Isto, dito assim, pode soar a alguma soberba, mas, Senhoras e Senhores Deputados, o pretérito, e, neste caso o pretérito perfeito, permite ao mesmo tempo uma leitura factual e uma leitura da dimensão introspectiva do acontecido. E, é esta, a dimensão subjectiva, que me permite afirmar que em momento algum me senti descorçoada em relação aos princípios fundamentais que para mim deviam nortear a acção política. Dizê-lo

é importante porque contradiz certo ruído que se movimenta em diversos e diferentes meios da nossa sociedade.

Quando subi a esta tribuna pela primeira vez, fi-lo também na crença da possibilidade do aprimoramento da acção, das ideias, do debate e do contraditório. E se algumas vezes isso não sucedeu não foi devido à impureza ou menor nobreza das matérias trazidas a debate, mas pelo não envolvimento dos que ouviam e discerniam sobre o significado do dito ou não dito, sob a alçada da comunicação da coisa política.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Retiro-me por *motu proprio*, já que foi por mim decidido e anunciado antes dos contextos das esferas de escolhas, por entender que o tempo pessoal e a experiência pessoal, que só podem e devem ser avaliados pelo próprio, além de nos apontar os caminhos percorridos e, com certeza o muito que ainda poderia haver a percorrer, também nos mostra a importância do conceito de passagem, de se dar lugar a outros; a importância de não nos esgotarmos na capacidade de nos reinventar, de inovar e bem servir no cumprimento da nossa missão, sem deixar de ter em conta o significado e o âmbito do exercício de um serviço público e a consequente generosidade que o exercício político contempla, tanto no partir, como no ficar, quando é o caso disso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Servir o povo Açoriano no desempenho de funções e cargos políticos mais do que uma honra foi uma oportunidade de passar a compreender melhor as pessoas e o mundo que nos rodeia, que nos molda. Compreender mais aprofundadamente e transversalmente as suas necessidades é fundamental para melhor propor medidas políticas, mas também para nos compreendermos no seio da nossa comunidade e nos transformarmos em melhores cidadãos.

Esta realidade é válida para todos os sectores, e deve conjugar-se com o conhecimento e as políticas preconizadas por instâncias internacionais que se debruçam de uma forma mais global sobre diferentes matérias, entre as quais a Saúde.

Hoje todos os países se preocupam e investem em Saúde, desde os que ainda necessitam de umas simples vacinas para poupar a vida a milhões de crianças; aos que ignorando leis injustas do ponto de vista ético, ultrapassam questões de direitos de fabrico de medicamentos para os produzir a menores custos e assim poder acudir a milhares de doentes, como no caso da Sida; aos que fazendo parte de uma Europa Social, mais desenvolvida, com serviços públicos de saúde, procuram de uma forma permanente e consistente novos meios de alcance da melhor eficiência e eficácia na gestão e controlo das suas organizações e sistemas de saúde; aos que tendo um serviço de saúde baseado nos seguros privados, com uma enorme faixa de cidadãos excluídos do sistema e o conseqüente factor de manutenção ou agravamento de situações de pobreza. Enfim, poderia dar muitos mais exemplos da importância dos Serviços Públicos de Saúde, nomeadamente dos Sistemas de Saúde referida em diversos relatórios de organizações internacionais, mas para não ser fastidiosa, lembrarei somente a mais recente reunião, realizada a 27 de Junho passado, em Tallinn, na Estónia, promovida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), onde foi assinada a Carta Europeia dos Sistemas de Saúde, designada por “Carta de Tallinn: Sistemas de Saúde para a Saúde e Prosperidade”

Estiveram presentes 53 Estados-membros da OMS-Europa, ministros da Saúde, peritos, observadores, organizações internacionais e civis e comunicação social.

A Carta salienta o impacto fundamental dos Sistemas de Saúde no nível de saúde das populações e no desenvolvimento económico, na coesão social, na competitividade e na produtividade das nações.

O número um dos 15 pontos que a constitui anuncia que o objectivo é comprometer os Estados-membros da Região Europeia da OMS a melhorar a saúde das pessoas através do fortalecimento dos sistemas de saúde, reconhecendo a diversidade social, cultural e económico da referida Região. Reafirma e adopta os valores contidos em cartas, convenções e declarações anteriores.

O nosso país esteve presente e subscreveu-a.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Servir os Açores e os açorianos, foi um dever e uma honra, já o referi.

Neste âmbito aproveito nesta última reunião plenária para saudar todas e todos, Sras. e Srs. Deputados, em especial os que vão partir o prazer que tive em trabalhar com todos, não só no âmbito das questões do legislativo, não só no âmbito de todas as outras questões políticas, mas também no convívio e na relação interpessoal amistosa, e, muitas, vezes, muito amiga.

Como dizia, servir os Açores e os açorianos, foi um dever e uma honra.

De certeza continuarei a fazê-lo em esferas de influência de cidadã interessada nas coisas da polis.

E deste modo, termino esta intervenção, a de encerramento deste ciclo da minha vida de pessoa nascida em Portugal continental, emigrada e criada no Brasil, filha intelectual e profissional de Coimbra, marcada politicamente pela Crise Académica de 1969 e do 25 de Abril de 1974, crescida e amadurecida profissionalmente nos Açores, designadamente no Hospital de Ponta Delgada, e mulher política, pela mão do Partido Socialista, na Região Autónoma dos Açores, terra de adopção, por livre escolha. Termino com as mesmas palavras com que finalizei a minha primeira intervenção efectuada nesta mesma tribuna, em 1996: “Para mim médica nada e criada à volta do 25 de Abril de 1974, participante activa do estado nascente da descentralização e generalização dos cuidados de saúde a todos os cidadãos do nosso país, e que se vieram posteriormente a organizar em Serviço Nacional de Saúde e Serviço Regional de Saúde, pertenço, ainda aqueles que acreditam e persistem na tarefa de procurar novos caminhos para a Saúde, mesmo quando o cepticismo das dificuldades económicas/financeiras nos torna anémicos e cisma em nos tornar falhos de inspiração e forças.

Nesta tarefa, de certeza não estou só, e continuo a citar, quanto mais não seja porque a partilha da angústia de nos vermos, ou de nos virmos a sentir doentes, a todos, mais dia, menos dia, chega por igual.”

Disse!

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Considerando a natureza desta intervenção, e por acordo dos líderes dos Grupos Parlamentares, dou a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

* **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente pela compreensão e pela exceção que aqui se cumpre, justificadamente, na minha opinião.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma palavra pessoal dirigida à amiga e colega, Deputada Fernanda Mendes.

Gostei da sua intervenção. Gostei de, durante três legislaturas, trabalhar consigo.

Trouxe, começando pela pronúncia, uma novidade ao Parlamento dos Açores, mas trouxe, sobretudo pela postura, pelo denodado interesse em matérias muito especiais ligadas à área da saúde e dos assuntos sociais, interesse pessoal, político, científico, vontade política de perspectivar da melhor forma as soluções para os problemas que chegavam aos políticos no Parlamento.

Quero testemunhar aos colegas deputados nesta legislatura, que tive o gosto e o prazer, desde a primeira sessão em que participei com a Deputada Fernanda Mendes e até em trabalhos de Comissão (designadamente numa muito intensa subcomissão, na qual estudámos os problemas da toxicodependência) de ver na Deputada Fernanda Mendes a mulher e a cidadã interessada em encontrar soluções para os problemas.

Nunca tive, na diferença da opinião, aliás salutar, nada a apontar sob o ponto de vista ético. Aliás, muito há a destacar: a nobreza da afirmação da opinião própria e a nobreza do respeito pela diferença da opinião.

A elevação do debate e a lisura marcavam sempre a sua postura debatente, é uma referência para a atitude política e cívica da cidadã que afirma posição própria e respeita a posição diferente.

Sra. Deputada, cara amiga:

Quero sinalizar aqui o bom convívio que permitiu no Parlamento, durante três legislaturas, aprendemos sempre com V. Exa., em termos de relações sociais.

Com a sua pronúncia diferente, os Açores e o seu Parlamento ganharam diferença, mas sobretudo ganharam também conteúdo na reflexão política.

Nesta sua intervenção de despedida estou convicto, como afirmou e bem, que é só uma despedida deste palco e não da participação cívica no mundo social e político dos Açores.

Portanto, se é uma despedida deste palco é também uma saudação à nova participação cívica, nas grandes questões que a apaixonaram, fazendo com que pudesse ter sempre projectos próprios e noção crítica das propostas alternativas que eu próprio, nalgumas circunstâncias, apresentei, ou os outros grupos parlamentares.

Como cidadão e político, sempre vi nas suas convicções democráticas a trave mestra da sua conduta parlamentar, respeitadora da pluralidade da opinião. Tive muita honra e gosto em debater com V. Exa., respeitando os seus bons fundamentos políticos, com arreigada convicção ora doutrinária, ora técnica. Também senti do seu lado o mesmo respeito e a mesma postura quanto à minha diferença e às minhas convicções.

Por isso creio que V. Ex.^a fica como referência neste Parlamento, pois foi uma debatente com sentido ético e atitude respeitadora da liturgia parlamentar e da pluralidade de opinião. Mulher com causas e activa nas questões sociais dos Açores. Arguente com substância e consequente.

Sei que a sua paixão pelas questões sociais e da saúde a continuarão a mobilizar para nova e activa intervenção cívica.

Foi bom partilhar consigo a causa do serviço público e democrático que se realiza como eleito e no parlamento.

Estou certo de que nos encontraremos ainda noutros palcos da cidadania.

Deputados Pedro Gomes e Mark Marques (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

* **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Fernanda Mendes:

Querida amiga, camarada e cúmplice!

Ontem tive oportunidade, quando subi àquela tribuna (aliás, na sequência daquilo que disse o Sr. Deputado Clélio Meneses) de, lembrando naturalmente esta ser, com elevado grau de probabilidade, a última reunião plenária desta legislatura, facto de que quase não nos lembramos, porque temos muito trabalho e trabalho importante para estes dias, designadamente ao nível do Estatuto Político-Administrativo e da sua revisão, lembrar sobretudo que o contrato sempre temporário que fez e faz todos nós, cidadãos, aqui estarmos, tem exactamente termo e é exactamente um serviço nobre que honradamente prestamos, mas que não deixa, por mais longo ou mais curto, de ser um parêntese naquilo a que poderíamos designar, à falta de melhor expressão, a nossa vida normal ou a nossa vida profissional.

Nessa medida não posso deixar de referir, a nível pessoal, a nível partidário e na sequência, aliás, do que em reunião no nosso Grupo Parlamentar o Sr. Presidente do partido também disse de forma geral à amiga e camarada Fernanda Mendes, o nosso orgulho, a nossa estima pela valiosíssima contribuição que nos deu, em diversos palcos e que com certeza continuará a dar noutros palcos com a mesma generosidade e a mesma qualidade cívica, agora que de livre vontade resolve abandonar esta actividade no sentido mais profissional, executante e globalizante do termo.

Bem-haja amiga e camarada pelo seu contributo, pela sua qualidade, pela sua generosidade, também pelo seu companheirismo, pelo seu sentido de humor, reflexo natural e automático de viva inteligência.

Aproveitando também esta oportunidade e reiterando aquilo que já disse ontem, gostaria naturalmente de estender este cumprimento cívico a todos aqueles outros camaradas que também estão aqui nesta reunião plenária pela última vez e também, de forma muito sincera, a todos aqueles que desse lado também estão aqui pela última vez, porque todos eles, estou certo, dentro das suas convicções pessoais e democráticas, defenderam e deram honesta e denodadamente o melhor de si para um objectivo cujos meios serão diferentes, eventualmente contraditórios nas convicções, mas nos objectivos comuns: o

desenvolvimento da nossa terra, o desenvolvimento dos Açores e da nossa Autonomia.

A todos, à camarada e amiga Fernanda Mendes em especial, o meu muito obrigado como cidadão e até sempre no palco da vida.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos dias 7,8 e 9 de Julho o Grupo Parlamentar do Partido Socialista/Açores realizou as suas XIX Jornadas Parlamentares desta Legislatura, nas Ilhas das Flores e Corvo.

No âmbito destas jornadas, o GPPS-Açores teve oportunidade de contactar com um conjunto significativo de organismos designadamente, com as Associações de Agricultores e de Pescadores e visitar, em ambas as ilhas, diversos empreendimentos nas áreas económica e social, fazendo assim um balanço do que foram estes quatro anos de governação socialista.

Destas visitas e contactos constatou-se o elevado grau de cumprimento do contrato eleitoral que o PS/Açores assumiu com os florentinos.

É com orgulho e a satisfação do dever cumprido que fazemos o balanço desta legislatura. Porque não só concluímos como estamos executando praticamente todos os nossos compromissos indo mesmo mais longe, dando resposta a necessidades entretanto surgidas e que, por isso mesmo, não constavam do Manifesto Eleitoral.

Nas Flores, o sector dos transportes sofreu profunda evolução: concluíram-se os trabalhos de protecção e ampliação do molhe do porto comercial das Lajes e a ampliação e remodelação da aerogare do aeroporto das Flores; aumentou-se a frequência das escalas dos navios de passageiros nos meses de Verão, bem como se procedeu ao alargamento progressivo e sustentado dos horários do transporte aéreo, já que, conforme foi anunciado, a partir de agora a ilha das Flores passará a dispor de voos todos os dias durante todo o ano.

Verificaram-se igualmente grandes mudanças nas acessibilidades internas, tendo nos últimos dez anos os governos do PS investido quase trinta milhões de euros com a conclusão das obras de correcção e repavimentação betuminosa da estrada das Lajes à Ribeira da Cruz e a execução de idêntica intervenção entre a Ribeira da Cruz e Santa Cruz. Tal como a intervenção, não contemplada nos compromissos eleitorais, no Ramal da Fajã Grande e na Rua da Esperança, em Santa Cruz.

Também já se encontra em execução a empreitada de beneficiação do Caminho dos Ferros Velhos e do troço da estrada regional entre Santa Cruz e os Ferros Velhos, com uma extensão total de vinte e um quilómetros e quatrocentos metros, tratando-se de um investimento superior a quatro milhões de euros, integrando também a reabilitação da calçada do interior da freguesia da Fajã Grande e a reparação do Ramal do Lajedo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na agricultura e pecuária, vários foram os investimentos concretizados no seguimento das mudanças que o PS/Açores opera por todas as ilhas, designadamente com os apoios à Associação Agrícola para a construção de um armazém em Santa Cruz e a construção de um parque de retém e exposição de gado bovino nas Lajes, sem esquecer o investimento feito na rede viária florestal e de acesso às pastagens, onde se destacam as intervenções feitas no caminho dos Ferros Velhos e no caminho florestal Morro Alto – Lombas.

Também nas pescas, além do apoio à renovação de toda a frota artesanal, foram efectuados melhoramentos e construídas casas de aprestos, instaladas gruas nos portos das Lajes e de Santa Cruz, sem esquecer a construção do porto de Ponta Delgada, cujo custo orçou em cerca de dois milhões e cem mil euros e vai permitir melhorar as condições não só para a actividade da pesca, bem como para as actividades marítimo-turísticas em geral.

De referir que se trata de uma infra-estrutura há muito reivindicada e muitas vezes prometida no passado, mas que, porque enquanto os outros prometem nós cumprimos, coube ao governo socialista de Carlos César transformar em realidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

São igualmente visíveis as mudanças ocorridas nos sectores da saúde e da acção social, onde se procedeu à remodelação e ampliação do Centro de Saúde para instalação da Unidade de Medicina Física e Reabilitação, já em funcionamento, ao reforço dos meios humanos e dos equipamentos destinados à prestação dos cuidados e à aquisição de uma viatura que funciona como gabinete de enfermagem e consultório móvel, uma experiência pioneira no Serviço Regional de Saúde que serve as diversas localidades da ilha, consoante as necessidades, poupando, sobretudo à população mais idosa, deslocações maiores para além da sua área de residência. Ainda este ano vai ser instalado no Centro de Saúde um novo equipamento de Raio X com digitalização de imagem e, entretanto, teve já início a segunda fase da ampliação do Centro de Saúde, investimento que contempla a implementação da hidroterapia, incluindo para o efeito a construção de uma piscina com a dimensão adequada ao tratamento simultâneo de vários utentes e a instalação de uma câmara hiperbárica. Esta empreitada contempla também a construção de uma sala de autópsias e a instalação do respectivo equipamento, num investimento total de cerca de seiscentos mil euros.

A mudança para melhor reflecte-se igualmente nas novas instalações do Instituto de Acção Social, em Santa Cruz das Flores e na construção da nova residência para idosos nas Lajes das Flores e aquisição do respectivo equipamento, obra esta totalmente financiada pelo Governo Regional e cuja primeira pedra foi lançada durante a última visita estatutária, representando um investimento da ordem de dois milhões e cem mil euros. Terá oito quartos duplos e seis individuais, com capacidade para vinte e dois utentes.

É de realçar também que, dentro em breve, vão ser lançadas a concurso as obras do Centro Escolar das Lajes, do ginásio anexo à Escola Padre Maurício de Freitas, orçado em cerca de dois milhões de euros, e do posto da RIAC de Santa Cruz, estando em fase de concurso público a empreitada de construção do Núcleo de Recreio Náutico e do Edifício de Serviços no Porto das Lajes, pelo valor estimado de nove milhões e meio de euros.

Aproveito a oportunidade para me congratular pela recente inauguração da nova Biblioteca Pública, que inclui ludoteca, secções infantil e juvenil e uma área de leitura descontraída, todas apoiadas por novas tecnologias, obra que representa um investimento de setecentos mil euros que irá certamente proporcionar um novo clima cultural na ilha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estes trabalhos parlamentares inseriram-se no objectivo deste grupo de conhecer “*in loco*” a realidade de todas as parcelas da Região e, no caso vertente, tiveram como preocupação principal as **políticas de ambiente e do mar** dos Governos do Partido Socialista, com particular incidências nestas ilhas, pelo que destacamos a execução a bom ritmo das obras do Centro de Interpretação Ambiental e do novo hotel do Boqueirão, estando para breve o início da intervenção na Fábrica da Baleia.

No âmbito da implementação do sistema integrado de Gestão de Resíduos, encontra-se em fase de adjudicação a obra do Centro de Processamento e do Centro de Valorização Orgânica por Compostagem, que inclui uma estação de transferência, bem como as infra-estruturas de apoio complementares, e que vai finalmente possibilitar a selagem das duas lixeiras a céu aberto existentes nas Flores, algo que muitos prometeram mas que são os socialistas que vão concretizar.

Apraz-me ainda referir que no passado mês de Julho decorreu na Ilha das Flores a reunião internacional da Rede do Atlântico Leste de Reservas da Biosfera onde o Governo Regional aproveitou para apresentar a candidatura da Ilha das Flores a reserva da Biosfera, galardão que a ser aprovado irá potenciar uma maior visibilidade turística e científica da Ilha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 2004 o Partido Socialista comprometeu-se em continuar a mudar as Flores para melhor. Apresentamo-nos aos eleitores com um conjunto de compromissos sistematizado em mais de cinco dezenas de medidas, nas áreas económicas e sociais.

Quatro anos volvidos, torna-se para nós inquestionável que a ilha mudou, e só quem sofra de miopia ou de amnésia política pode negar que hoje se vive

melhor nas Flores, porque a verdade, por muito que doa, é que nestes quatro anos foram levadas a cabo directamente pelo Governo Regional ou realizadas com o seu apoio e cooperação com outras entidades da ilha, como sejam as Câmaras Municipais, as Juntas de Freguesia, as Comissões Fabriqueiras e as Misericórdias, um sem número de acções visando dar resposta aos legítimos anseios e aspirações dos florentinos.

É, pois, com a satisfação do dever cumprido que fazemos o balanço desta legislatura, com a consciência da obra feita e o cumprimento dos compromissos assumidos relativamente à Ilha das Flores.

Mas não estamos acomodados.

Temos uma nova ambição para a nossa ilha, a ambição de fazer sempre mais e sempre melhor, cientes de que a satisfação de uma necessidade gera sempre um novo objectivo e uma nova ambição.

E essa ambição de fazer sempre mais e melhor constitui um tónico e um estímulo para trabalharmos ainda com mais empenho e determinação na busca de um objectivo final: **o progresso e o desenvolvimento das Flores. O bem-estar e a qualidade de vida dos florentinos.**

E porque esta é a meta que pretendemos atingir sempre, aproveito em tempo para divulgar a notícia de ontem, onde se lê que dentro de quatro meses serão conhecidos os resultados do estudo económico encomendado pelo Executivo para extensão ao Grupo Ocidental da rede de cabo de fibra óptica. Esta pretensão tão badalada e por tantas vezes adiada, pretende assegurar a melhoria das comunicações com as Ilhas das Flores e Corvo, podendo os florentinos congratularem-se com o facto de se estar perante um “projecto em marcha”.

Estamos, pois, convictos e confiantes que os florentinos sabem discernir entre os que prometem bacalhau a pataco em época de eleições e os que se apresentam a sufrágio com propostas sérias e responsáveis.

Porque os florentinos vêem a obra feita! Vêem as promessas cumpridas! Viram melhoradas as suas condições de vida!

E porque sabem que têm quem os ouve e se empenha em resolver os seus problemas! Porque sabem que para o Partido Socialista e para o Presidente Carlos César “compromisso assumido é igual a compromisso cumprido”.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, não havendo inscrições para debate, vamos suspender a nossa reunião por 30 minutos.

Até já.

Eram 18 horas.

(Após o intervalo o Sr. Presidente voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 40 minutos.

Vamos entrar na Agenda da Reunião com a **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Primeira alteração ao DLR n.º 29/2004/A, de 29 de Agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Protecção e Valorização do Património Cultural Móvel e Imóvel e terceira alteração ao DLR n.º 14/2000/A, de 23 de Maio, alterado pelo DLR n.º 11/2002/A, de 11 de Abril, republicado pelo DLR n.º 39/2002/A, de 3 de Dezembro, DLR n.º 24/2003/A, de 12 de Maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial”.**

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

*** Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta que o Governo traz a esta casa vem no seguimento de um esforço e de um cuidado muito actuante que o Governo tem colocado na protecção do património cultural.

Com esta proposta material e com esta proposta de Decreto Legislativo Regional o que se pretende é criar mecanismos que possam, no fundo, ajudar a

realizar o princípio que consta já de legislação nacional sobre essa matéria, nomeadamente na parte em que refere a responsabilidade das entidades públicas, o Estado, as Regiões Autónomas e os municípios, para salvaguardar e para agirem no sentido da salvaguarda do património cultural.

Criam-se aqui várias possibilidades de intervenção, inovadoras do ponto de vista de construção jurídica, para permitir a intervenção, da parte do Governo Regional, naquelas situações em que as autarquias locais, apenas nas situações de omissão, não actuem sobre esta matéria.

Há um conjunto de mecanismos que estão consagrados, nomeadamente na legislação nacional para precaver estas situações, para tratar destas situações e aquilo que o Governo propõe é que, usando da nossa Autonomia, criemos mecanismos que possam ajudar ainda mais a realizar esta matéria.

Refiro-me em concreto àquilo que é a proposta de alteração ao artigo 1º desta proposta de Decreto Legislativo Regional e às alterações que o mesmo propugna para o Decreto Legislativo Regional nº 29/2004/A, de 29 de Agosto.

Em relação ao segundo artigo e à alteração que consta ou que se refere ao regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, esta proposta visa também criar mecanismos que possam estabelecer sanções para as autarquias, ou municípios, que atempadamente não diligenciem no sentido de criar os planos de pormenor e de salvaguarda dos conjuntos classificados.

São estes os objectivos da proposta e são estes os termos em que a mesma é apresentada a esta câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

* **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração dos Decretos Legislativos Regionais 29/2004/A e 14/2000/A, visa atribuir competência substantiva ao Governo Regional quando as autarquias locais não procedem às obras de salvaguarda do património cultural imóvel, depois de notificadas para o efeito.

Trata-se de uma situação que fere a autonomia do poder local, criando-se um precedente relativamente à independência das autarquias.

O Poder coercivo do Governo Regional, criado por esta proposta de alteração, pode até ter o objectivo nobre da salvaguarda do património cultural edificado, pois nem todas as autarquias intervêm atempadamente na preservação do património concelhio.

Contudo, o Grupo Parlamentar do PSD entende que esta nova competência do Governo choca com a autonomia do poder local consagrada na Constituição, por isso não podemos ficar indiferentes e devemos opor-nos a esta iniciativa do Governo Regional.

Nesse sentido, o PSD vai votar contra esta alteração.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não percebemos claramente a posição que acaba de ser manifestada pela bancada do Grupo Parlamentar do PSD, já que esta iniciativa legislativa é simples, comporta apenas dois artigos e vem impor tão só a possibilidade de realização coerciva de obras em casos de salvaguarda do património cultural, desenvolvendo situações, para além daquelas que já estão previstas na Lei de Base da Política e do Regime de Protecção e de Valorização Cultural.

De forma alguma o Governo entra na esfera de competências dos municípios e das autarquias neste caso, limitando-se tão só, nas situações em que se verifique que essas obras não foram executadas, a notificar para que elas sejam efectuadas num determinado prazo e, uma vez não cumprido esse prazo por parte das autarquias, para início ou conclusão das mesmas obras, o Governo poderá executá-las, a bem da salvaguarda do património cultural, naturalmente cobrando às autarquias os custos inerentes a essa intervenção.

No que respeita à alteração ao regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, conforme foi muito bem explicado pelo Sr. Secretário Regional da Presidência, visa-se tão só, à imagem do que já sucedia noutras situações relativamente à existência de planos directores municipais eficazes, promover o cumprimento por parte do município das obrigações legais de realização de planos de salvaguarda do património e planos de pormenor, impedindo,

eventualmente aqueles que não cumpram esta regra, de poderem celebrar contratos de cooperação com a Administração Regional Autónoma.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

* **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Certamente que o Sr. Deputado António Pedro Costa não terá compreendido exactamente o que é que este decreto faz.

A acusação de que se põe em causa a autonomia do poder local é exactamente a prova de que o Sr. Deputado António Pedro Costa não percebeu do que é que estamos a falar.

Vamos a situações concretas para percebermos do que é que falamos.

O que é que acontece neste momento?

Neste momento, muito embora a um título diferente, as autarquias têm o poder de notificar um particular que tenha, por exemplo, um bem imóvel que está em vias de degradação, para proceder às obras que são necessárias.

Se o particular não fizer essas obras a autarquia tem a possibilidade de se substituir ao particular, realizar as obras de conservação que sejam necessárias e tem um direito de regresso, face ao particular, para ressarcir-se dessas despesas, ou seja, tem o direito de ser paga, pelo particular, das despesas que realize para esta conservação obrigatória.

Também no caso da protecção do património cultural, a Lei de Bases de Protecção do Património Cultural, estabelece, em concreto e em relação à protecção do património cultural, um mecanismo semelhante.

Isto é o que acontece entre as autarquias e os particulares.

A Lei de Bases do Património Cultural diz, logo nos seus primeiros artigos, que é responsabilidade, é dever, do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, proverem à protecção e à valorização do património cultural.

O que é que esta proposta de decreto faz?

Quando uma autarquia local não age para proteger o património cultural, ou seja, quando uma autarquia local não notificar um particular para fazer as obras que são necessárias para a protecção do património cultural, ou a autarquia

omitir por completo a sua acção, esta proposta não diz que o Governo faz logo as obras e cobra à autarquia. Não é isso que esta proposta faz. Se assim fosse, talvez o Sr. Deputado António Pedro Costa tivesse razão ao dizer que era uma medida drástica.

O que é que o Governo pode fazer?

Primeiro, o Governo Regional deve notificar a autarquia em causa para utilizar os mecanismos que tem à sua disposição, estabelecendo um prazo para ela iniciar e concluir as obras.

Só se a autarquia, depois de ter omitido o seu dever de por iniciativa própria fazer isso, depois de não respeitar a certificação, então é que o Governo tem o poder de fazer essas obras e, num mecanismo que me parece perfeitamente claro, ...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Então o Sr. Secretário está a explicar o *timing* do problema!

O Orador: Se o Sr. Deputado quiser falar inscreva-se.

... pode intervir e pode realizar essas obras cobrando-as depois à autarquia.

Não está aqui em causa, na perspectiva do Governo e na opinião do Governo, qualquer ofensa à autonomia do poder local. Porquê?

Primeiro: porque a própria lei comete ao Governo Regional o dever de zelar pela protecção e pela valorização do património edificado ou do património cultural.

Segundo: porque o Governo cria, por esta proposta, um mecanismo de alerta das autarquias locais para que elas possam por sua vontade desencadear os mecanismos para fazer essas obras. Só em última instância, quando a autarquia repetidamente não assumir a suas responsabilidade e cumprir o seu dever nessa matéria, então é que chegamos a esta fase de realização coerciva das obras e de cobrança à autarquia.

Portanto, não me parece que a visão catastrófica que o Sr. Deputado António Pedro Costa aqui quis traçar desta iniciativa do Governo, corresponda minimamente à realidade, isto para falarmos daquela que é a inovação, digamos assim, deste decreto.

Em relação à segunda parte, de se estabelecerem sanções para as autarquias que não se dotem dos planos de pormenor e de salvaguarda a que estiverem obrigadas por lei, isso não é nada de novo, já o mesmo acontecia em relação aos Planos Directores Municipais, com efeitos, diga-se de passagem, bastante eficazes.

Portanto, não se percebe onde é que está a afronta à autonomia do poder local. Não se percebe também, e a contrario, onde está a capacidade de utilizar os mecanismos e os poderes que a nossa autonomia regional nos garante.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Na sua aparente simplicidade de quatro artigos, esta iniciativa legislativa tem opções políticas erradas...

Deputado Francisco Coelho (PS): Na sua opinião!

O Orador: ... e tem opções legislativas de mais do que duvidosa constitucionalidade.

O Sr. Secretário Regional da Presidência, numa tentativa de explicar o percurso legal da realização coerciva das obras a que o Governo Regional quer obrigar os municípios da Região Autónoma dos Açores, acabou por afundar a credibilidade do Governo Regional nesta explicação que deu ao Parlamento.

Afundou esta credibilidade porque ficou claro, com a meticolosa explicitação dos mecanismos que o Governo Regional pretende instituir na sua relação com os municípios quanto à realização de obras para protecção do património, que a solução que o Governo Regional propõe é claramente institucional, porque viola os princípios da autonomia e do poder local e viola também o princípio da tutela administrativa consagrado no artigo 242º da Constituição.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Só se pode dizer por contradição que foi uma confusão cristalina!

O Orador: É preciso lembrar a esta câmara e aos Srs. Membros do Governo Regional, em particular ao Sr. Secretário Regional da Presidência, que a tutela administrativa é um instituto de carácter excepcional. Dizem-no todos os

professores de Direito Administrativo, a começar pelo Professor Freitas do Amaral, e neste caso é uma tutela de carácter excepcional face ao princípio da autonomia do poder local.

É preciso recordar que o artigo 242º da Constituição prevê apenas uma tutela de legalidade a exercer sobre as autarquias locais.

Não prevê, em nenhuma circunstância, a dimensão de tutela substitutiva, isto é, a entidade territorialmente de dimensão superior (neste caso o Governo Regional ou o Estado em relação à autarquia) não tem o poder de se substituir aos poderes que são atribuídos ao município para o exercício de uma determinada função, uma determinada atribuição ou de uma determinada competência.

O que o Governo Regional veio propor neste artigo 32º-A é o poder de se substituir a um município, a uma câmara municipal, na realização coerciva de uma obra, sendo aqui irrelevante se debita depois a realização da obra ou não. Isso é absolutamente irrelevante e é lateral à discussão central que aqui está.

O que é verdade é que quando a autarquia não realiza uma determinada competência na sua relação com um particular na salvaguarda do património cultural, o Governo Regional quer que lhe seja dada competência por esta proposta de Decreto Legislativo Regional que estamos aqui a discutir, para ele notificar primeiro a autarquia e, caso a autarquia persista na sua inércia, então ele realizar a obra e exercer (substituindo-se à autarquia) a competência da autarquia na relação com o particular.

Este preceito, estas três normas constantes no artigo 32º-A violam claramente os dispositivos constitucionais relativos à autonomia do poder local, à dimensão, à expressão e ao recorte constitucional da tutela das autarquias locais.

É preciso lembrar a esta câmara, aos Srs. Membros do Governo Regional e ao Sr. Secretário Regional da Presidência, que o artigo 242º, nº 1 da Constituição estabelece um princípio de tipicidade das medidas de tutela. Nessa medida não é admissível, por acto legislativo, seja este acto legislativo, seja outro qualquer, que o Governo Regional se arrogue assumir uma competência em substituição

de uma autarquia local, mesmo que a autarquia local, por inércia, não exerça essa competência. Este é o fundo da questão do ponto de vista técnico.

Nessa medida, esta iniciativa legislativa, está ferida de inconstitucionalidade material, por um lado, por violação do princípio da autonomia do poder local e da tutela das autarquias locais e, mais do que isso, está ferida de inconstitucionalidade formal, porque estamos a invadir uma esfera de competência da Assembleia da República.

Passadas estas questões jurídicas que são importantes, que são relevantes porque este é um Parlamento e estamos aqui a tratar da função legislativa, é preciso também dizer que, do ponto de vista político, esta opção não nos surpreende face à actuação comum e habitual do Governo Regional, do ponto de vista político.

Como o Partido Social Democrata aqui bem denunciou na sua declaração política, na Terça-Feira, o Partido Socialista e este Governo, que têm a tentação de se apropriarem dos Açores, que se julgam donos dos Açores e dos açorianos, que quando decidem ao abrigo da lei fazem com que os particulares que são alvo da sua decisão julguem que o Governo está a fazer um favor aos particulares, que transformam subsídios em favores, não nos surpreende que venham agora tentar apropriar-se de competências dos municípios, tentar substituir-se aos municípios, esmagando a independência e a autonomia do poder local.

Este diploma que o Governo aqui apresenta é um abuso político com o qual o Partido Social Democrata não pode concordar e em relação ao qual votará contra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

* **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fico muito satisfeito pelo Partido Social Democrata ter lido a Constituição depois da reunião da Comissão que abordou esse assunto e não antes. É, de qualquer das formas, um aspecto extremamente positivo e válido.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Pelos visto, o Governo Regional não a leu!

O Orador: Vamos por partes.

Em primeiro lugar, as opções políticas erradas!

Do que é que estamos a falar aqui?

Estamos a falar de situações em que as autarquias não cumprem a sua obrigação. Não estamos a falar de situações em que o Governo, por exemplo, nota que um edifício está degradado. É um edifício classificado, então resolve reconstruir, não querendo saber se a autarquia actua ou não. Não é esta a situação de que estamos a falar.

Estamos a falar – repito e era importante que isso ficasse perfeitamente claro em termos daquele que é o objectivo do Governo Regional – numa situação em que temos, por exemplo, um conjunto classificado, que tem imóveis que se estão a degradar. As câmaras municipais têm a possibilidade legal de intervir e de recuperar esse imóvel, seja forçando o particular ou agindo por sua iniciativa. Não o fazendo, nem dizendo ao particular para recuperar, nem sequer actua por sua conta para recuperar, só nessa situação é que se aplica este diploma.

Estamos a falar de uma opção política errada?

O que é que há de errado nesta opção política?

O facto de se colocar a tutela, a defesa e a valorização do património cultural?

É esta a opção política errada?

Segunda questão, em relação às opções políticas.

Sr. Deputado Pedro Gomes, reconhecerá, por certo, que em termos de transformar subsídios em favores, este Governo e este partido têm muito a aprender com o Partido Social Democrata.

Se há partido ou se há governo que tendo a possibilidade o fazer disciplinou na letra da lei o processo de atribuição dos subsídios, foram os Governo do Partido Socialista.

Portanto, em relação a transformar subsídios em favores estamos conversados.

Terceiro aspecto: apropriar-se de competências do poder local, outra acusação que o Sr. Deputado Pedro Gomes fez do ponto de vista político a esta proposta.

Eu acabei de explicar que é exactamente nas situações em que as autarquias não exercem as suas competências, de negligência, de omissão grave, e não é

omissão uma vez, é da omissão grave e reiterada, que este mecanismo que agora é criado entra em funcionamento.

Portanto, a acusação de que o Governo quer usurpar as competências do poder local, é a mesma coisa do que dizer que um Governo ou uma autarquia que quer tratar de saúde ou de educação está a usurpar as competências e os direitos de cada um dos cidadãos.

Não! É um disparate completo!

Portanto, não colhe, não faz qualquer sentido essa acusação, porque não é disso que nós estamos a falar.

Quanto às questões das soluções jurídicas de duvidosa constitucionalidade, o Sr. Deputado Pedro Gomes quis misturar aqui alhos com bugalhos.

Sr. Deputado, não estamos a falar de tutela administrativa.

Repare: não é posta em causa a autonomia do poder local, os direitos e os poderes do poder local, quando nós já temos mecanismos de ajudar, de levar ou de pressionar o poder local a dotar-se dos planos de pormenor.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Mas não por substituição. Esse é que é o problema!

O Orador: Em relação a esta matéria não se percebe como é que o PSD pode acusar o Decreto de ser uma apropriação de competência ou de violar a autonomia do poder local.

Neste sentido, nem do ponto de vista político, nem do ponto de vista jurídico, as críticas que o PSD teceu a este diploma colhem.

Conforme acabei de explicar, não colhem porque não é esta a situação que o PSD quer ver neste diploma que efectivamente o diploma consagra.

Resta daqui uma conclusão: para o PSD, a situação como está, está bem!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Esta peça legislativa é que está mal!

O Orador: Sr. Deputado Pedro Gomes, vamos a questões claras:

Como é que se resolve uma situação em que uma câmara municipal tem no seu município dois, três ou quatro imóveis classificados (um conjunto classificado), os imóveis estão a cair, é importante recuperar e conservar. A câmara não age. O particular não age. Como é que se resolve esta situação?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Presidência:

A sua argumentação não resiste ao seu último aspecto.

No artigo 32º-A, que é um aditamento, ao Decreto Legislativo Regional 29/2004/A, de 29 de Agosto, o Governo Regional arroga o direito de se substituir a uma autarquia local, a uma câmara municipal na realização coerciva das obras quando há inércia da autarquia.

É nesta dimensão da substituição que está o problema, aliás, como ficou claro. V. Exa. é um homem inteligente, jurista de formação, percebe bem aquilo que eu disse na primeira intervenção que aqui fiz sobre esta matéria.

Nem o fugaz político de V. Exa. consegue esconder este problema jurídico que afunda esta solução legislativa constante desta proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo Regional aqui apresenta.

Sr. Secretário Regional da Presidência, nós não estamos a discutir soluções relativas, hipotéticas e virtuais. Estamos a discutir esta iniciativa, que foi a que o Governo Regional apresentou. É esta que está sob escrutínio político, jurídico e parlamentar, é sobre esta que eu me devo pronunciar e é em relação a esta que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata exerce o seu juízo de avaliação, e não sobre outra qualquer solução possível, hipotética e futura. É sobre esta!

Esta padece dos vícios que estão aqui invocados e foram apontados pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

O que é verdade é que, se calhar em vez do Governo Regional se preocupar com a falta de realização de obras coercivas para a protecção do património por parte dos municípios, devia preocupar-se, ele próprio, em cuidar de um conjunto vasto do seu património que está explanado pela Região e que não vê obras há muito tempo. Se calhar merecia estar melhor cuidado e melhor tratado.

Se calhar o Governo Regional devia olhar para as suas próprias competências, para exercer bem as suas competências que a lei lhe comete e

que o Estatuto permite que exerça, para recuperar o seu próprio património nos Açores.

Se calhar, se o Governo Regional concedesse menos apoios através do Fundo de Socorro Social a uns e a outros, sob critérios mais do que duvidosos, ou se não tivesse feito como fez em 2006, como assinala o Tribunal de Contas no parecer sobre a Conta da Região, em que mais de 20% dos apoios concedidos não têm enquadramento legal, ou têm enquadramento legal inadequado, ou incompleto.

Quer mais exemplos do que estes? Do que a má política e a má actuação do Governo Regional em matéria de atribuição de subsídios?

Isto é apenas para situar a questão nos seus devidos termos e para não nos desviarmos para aspectos laterais da discussão central relativa a este diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

* **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Gomes:

Eu repito a questão:

Uma autarquia local que tem no seu território imóveis classificados como de património cultural, que estão a degradar-se; uma autarquia local que não age em relação ao particular dizendo que o senhor tem que fazer as obras pelo menos para evitar que o edifício caia; uma autarquia local que não faz isso em relação ao particular, nem utiliza os mecanismos com que a lei lhe permite ser ela própria a fazer as obras, como é que se resolve essa situação?

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo inscrições...

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

* **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para deixar registado para o diário das sessões o silêncio do PSD.

Aliás, não deixa de ser interessante que nesta matéria e neste último plenário, este seja um exemplo bem característico daquela que é a postura do PSD.

Vamos por partes:

Sr. Deputado Pedro Gomes, é óbvio que estamos a discutir uma proposta do Governo. É óbvio que é a proposta do Governo que está em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Gomes, sim, tem a capacidade, como deputado, de apresentar propostas de alteração.

Na Comissão!

Mas na Comissão o PSD absteve-se.

No plenário!

Mas no plenário o PSD está calado. Não apresenta soluções alternativas.

Esta postura é bem característica daquilo que o PSD faz e daquilo que o PSD quer fazer.

Perde-se em picuinhas, perde-se no acessório e esquece-se que há problemas que precisam de ser resolvidos.

Nesta matéria como em tantas outras é este Governo que apresenta soluções para estes problemas, para apenas se confrontar com a incapacidade do PSD de propor alternativas.

Mas vamos a mais questões:

Eu percebo o incómodo do PSD nesta matéria. Esse incómodo percebe-se como?

Percebe-se chamando as competências do Governo noutras coisas, percebe-se falando dos subsídios e dos relatórios do Tribunal de Contas.

Sr. Deputado Pedro Gomes, o mesmo argumento que o senhor utilizou para dizer que esta é a proposta que nós estamos a discutir, eu retribuo e digo que é esta proposta que estamos a discutir e não outros assuntos.

Mas sobre esta matéria e mais uma vez, o PSD demonstra, à semelhança do que acontece em tantas outras áreas que importam aos açorianos, uma pura, crua e fria incapacidade de dizer que não é assim que se faz, nós propomos que seja assim.

Não faz!

Duas vezes foi perguntado e o PSD não tem uma solução!

Sr. Deputado Pedro Gomes, aqui vai mais uma hipótese:

Um município que tenha um, dois, três ou quatro imóveis, classificados como de património cultural, que estão a degradar-se, e a câmara municipal desse

município nem diz ao particular para agir nem age ela própria, como é que se resolve?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Estamos num debate parlamentar, não estamos num recreio de escola em que as brincadeiras sobressaem ou são possíveis.

Ou o senhor quer discutir comigo e com a bancada do PSD isto com seriedade ou não quer.

Se quer discutir com seriedade esta matéria, discutamos com seriedade.

Se quer brincar como se estivesse num recreio escolar, então falará sozinho, porque a bancada do Partido Social Democrata não está disponível para esse tipo de exercícios de circo político.

Em segundo lugar, Sr. Secretário Regional da Presidência, eu quero dizer-lhe que a bancada do PSD não é assessora jurídica do Governo Regional dos Açores.

O Governo Regional dos Açores apresentou nesta câmara uma má iniciativa legislativa, uma iniciativa legislativa que constitui um abuso político e, como tal, está a ser escrutinada neste momento, neste debate.

Se a solução não é boa, é um problema do Governo Regional, é um problema dos autores materiais dessa iniciativa.

O Partido Social Democrata decide quando e se deve apresentar iniciativas legislativas; quando e se deve apresentar alterações às iniciativas legislativas apresentadas nesta câmara.

Não é o Governo Regional e não é V. Exa., Sr. Secretário Regional da Presidência, que decide quando é que esta bancada apresenta alterações às propostas do Governo Regional. Tenha paciência!

Eu sei que o senhor gostaria de mandar na bancada do Partido Social Democrata, mas não vai mandar.

Deputados Clélio Meneses e Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: Não manda na vontade da bancada do Partido Social Democrata.

Nós é que decidimos quando apresentamos alterações legislativas, quando exercemos o direito de apresentar essas alterações. Tenha paciência Sr. Secretário Regional da Presidência, porque V. Exa. não manda aqui, nem vai mandar nos próximos anos. Esteja descansado quanto a essa matéria.

Sr. Secretário Regional da Presidência, devolvo-lhe a pergunta:

O Governo Regional dos Açores é que é o autor desta proposta de Decreto Legislativo Regional.

Se os senhores vêem que nos Açores há um problema que querem resolver, pois muito bem, alterem a vossa proposta, dêem a mão à palmatória, porque das coisas que custa a este Governo Regional, do alto da sua arrogância, é reconhecer que errou.

V. Exas., Srs. Membros do Governo Regional e Srs. Deputados da maioria, erraram nesta iniciativa legislativa.

Reconheçam, porque a humildade democrática a isso obriga.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

* **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Arrogância, Sr. Deputado Pedro Gomes?

Mas quem é que diz “isso está mal”, “nós não sugerimos nada”, “os senhores que resolvam”?

Mas quem é que está a ser arrogante neste debate?

É o PSD!

O PSD é que está a ser arrogante neste debate.

Discutir de forma séria?

É óbvio que queremos discutir de forma séria. É isso que estamos a fazer.

Quem não quer debater é o PSD.

O Grupo Parlamentar do PSD diz que não é assessor jurídico do Governo.

Ainda bem, Sr. Deputado!

O que o Grupo Parlamentar do PSD é, legitimamente, salvo erro e não querendo atentar contra a autonomia da bancada do PSD, representante de uma parte do povo dos Açores nesta casa.

Penso que não será ousadia demais da minha parte pensar que, por esse facto, tem também a responsabilidade de contribuir para boas soluções para os Açores.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): E de facto contribuímos!

O Orador: É nessa perspectiva.

Não estamos aqui (mais uma vez é importante salientar esse aspecto) numa situação em que o Governo chegou a esta câmara e disse: Srs. Deputados, temos um problema e não sabemos como é que se resolve.

Não!

Nós estamos numa situação em que o Governo chegou aqui e disse: “Srs. Deputados, temos um problema e a solução que achamos correcta para este problema é esta”.

Qual a resposta que tivemos do outro lado?

Essa não é a solução correcta por causa dos subsídios que os senhores atribuíram, por causa das soluções jurídicas, por causa... mas nós entendemos que a solução deve ser esta!

Não, não tivemos isso!

Sr. Deputado Pedro Gomes, percebo a incapacidade do PSD de ser um contribuinte válido para essa discussão.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Está enganado!

O Orador: Agora, por mais que o senhor salte e pule no seu lugarzinho, há algo que o senhor nunca vai conseguir desmanchar.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Eu não me confundo com esse lugar.

Sei muito bem qual é o meu lugar!

O Orador: É que o Governo apresentou uma solução, o PSD criticou-a não dizendo como é que entendia que se devia fazer.

Mais uma questão, Sr. Deputado Pedro Gomes:

Deus me livre de ter o peso e o encargo de mandar neste Grupo Parlamentar do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos iniciar a votação.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com a proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 13 votos contra do PSD e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Se não houver oposição da câmara, vamos votar todos os artigos do diploma.

Parecendo haver anuência, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam na especialidade com a proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Na especialidade, a proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 13 votos contra do PSD e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 13 votos contra do PSD e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Independente.

* **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto para afirmar a boa intenção que o Governo teria certamente neste diploma e para afirmar sobretudo que este voto significa a minha convicção na autonomia do poder local e na autonomia que os vários

poderes em democracia, na relação institucional e constitucional, têm no Estado de Direito.

Quando cada um dos poderes não exerce em pleno as suas competências, não há poderes supletivos.

Quando cada um dos poderes não exerce em pleno as suas competências, é ao povo que cabe julgar e mudar aqueles que exercem esses mesmos poderes.

Não deve haver, nem pode haver regimes paternalistas em que um determinado nível de poder se substitua ao outro em democracia.

Aquilo que foi aqui durante muito tempo perguntado (como fazer quando uma câmara não faz?) é a mesma pergunta que se fará a cada uma das competências do Governo Regional: como fazer com as tantas coisas que o Governo não faz? Daí o meu voto convicto à posição que foi assumida pelo Sr. Deputado António Pedro Costa e pelo grupo Parlamentar do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista acaba de fazer aprovar uma proposta que irá certamente contribuir para a protecção do património cultural imóvel da nossa região.

Fê-lo não sozinho, mas com o conforto e com o apoio dos cinco Conselhos de Ilha desta Região que deram parecer favorável a esta iniciativa.

Fê-lo também perante o silêncio da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores que, consultada a pronunciar-se, nada disse.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Passamos ao ponto seguinte: **Proposta de Resolução – “Conta de Gerência da ALRAA, referente ao ano de 2007”**.

Como sabem, esta conta foi elaborada, submetida ao Tribunal de Contas e vem acompanhada dos relatórios que já foram distribuídos pelos Srs. Deputados.

As contas estão certas, a lei foi cumprida e o parecer da Comissão regista exactamente isso, que a lei foi cumprida. Portanto, todos os partidos com assento na comissão votaram favoravelmente.

Posto isto, está aberto o debate.

Não havendo inscrições passamos para a votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco Coelho pede a palavra para...?

Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, é para, nos termos regimentais, requerer um intervalo de 5 minutos.

Presidente: Está concedido.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 25 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 35 minutos.

O próximo ponto é a **Petição – “Reabilitação do lugar da Ponta da Fajã Grande na Ilha das Flores, apresentada pelo senhor Nelson Deodato Valadão Furtado”**.

Pedia ao relator da Comissão para fazer a apresentação do referido relatório.

Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relatório no âmbito da apreciação da Petição relativa à “Reabilitação do lugar da Ponta da Fajã Grande, na Ilha Das Flores”, que tem como primeiro subscritor o senhor Nelson Deodato Valadão Furtado

Capítulo I

Introdução

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 3 de Setembro de 2008, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a conclusão da apreciação e relato, em execução do despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre a Petição relativa à “Reabilitação do lugar da Ponta da Fajã Grande, na ilha das Flores”, que tem como primeiro subscritor o Senhor Nelson Deodato Valadão Furtado.

A mencionada petição, contendo 315 (trezentas e quinze) assinaturas, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 17 de Outubro de 2007, tendo sido enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para relato e emissão de parecer, no prazo de 60 dias.

As diversas diligências efectuadas, incluindo a deslocação da Comissão à Ilha das Flores, bem a solicitação pelo Governo Regional de um parecer técnico ao Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC), impossibilitaram o cumprimento do prazo estatuído no n.º 1 do artigo 191.º do Regimento da Assembleia Legislativa.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, exerce-se nos termos do n.º 4 do artigo 42.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto.

A apreciação da petição pela Assembleia Legislativa e a elaboração do respectivo relatório cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do respectivo Regimento.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa n.º 1-A/99/A, de 28 de Janeiro, as matérias relativas aos “ambiente” e “ordenamento do território”,

onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

Apreciação da Petição

a) Da admissibilidade

Apreciada a admissibilidade da Petição, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou, na reunião de 2 de Novembro de 2007 e por unanimidade, admiti-la, por estarem verificados todos os requisitos legais (Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto) e regimentais (artigo 189.º).

b) Objecto da Petição e caracterização da situação actual

A Petição tem por objecto a reabilitação do lugar da Ponta da Fajã Grande, na ilha das Flores, permitindo, no mínimo, o fornecimento de água, saneamento e energia eléctrica, e a execução de obras de pequenos impacto urbanístico no património já construído.

Na sequência do deslizamento da vertente sobranceira ao lugar da Ponta da Fajã, ocorrido no dia 19 de Dezembro de 1987, aquela zona foi decretada de alto risco pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/89/A, de 20 de Novembro, proibindo-se expressamente a edificação de qualquer tipo de construção, bem como habitar no imóveis existentes, sancionando-se essas acções.

Não obstante, constata-se que, actualmente, habitam, de forma permanente, o lugar da Ponta da Fajã 11 (onze) pessoas, a que se junta uma população flutuante significativa, designadamente aos fins-de-semana e nas épocas de veraneio.

c) Diligências efectuadas

Admitida a Petição e ainda na reunião de 2 de Novembro de 2007, a Comissão decidiu efectuar as seguintes diligências:

- **Audição dos peticionantes;**
- **Audição do Secretário da Habitação e Equipamentos;**
- **Audição da Secretária Regional do Ambiente e Mar;**

- **Audição do Presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores;**
- **Visita ao local objecto da petição.**

1. AUDIÇÃO DOS PETICIONANTES

Os peticionantes foram ouvidos na pessoa do Senhor Nelson Deodato Valadão Furtado, no dia 30 de Abril de 2008, no edifício dos Paços do Concelho das Lajes das Flores.

Por ele foi dito que, na sequência da derrocada de 19 de Dezembro de 1987, o Governo Regional tomou a decisão de “indemnizar apenas os residentes e não os proprietários” dos prédios da Ponta da Fajã, pelo que alguns proprietários “sentem-se no direito de reocupar as suas casas”, sendo confrontados com recusas da empresa de electricidade e do município em celebrar contratos de fornecimento de energia eléctrica e de água, face às proibições imposta pela legislação em vigor.

Face a esta situação, considera o peticionante que “as casas da Ponta da Fajã estão a ser mantidas e recuperadas, embora de forma desordenada”.

Salientou ainda o facto de o trilho pedestre “mais procurado da ilha” passar pela Ponta da Fajã.

No âmbito do debate gerado com a Comissão, o peticionante afirmou-se convicto de que existem duas zonas de risco distintas, considerando “a zona a Norte da igreja” como de “alto risco”, enquanto a restante zona, por não apresentar qualquer risco anormal, não deve continuar a ser objecto das actuais proibições.

2. AUDIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA LAJES DAS FLORES

O Presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores, Senhor João António Vieira Lourenço, ouvido pela Comissão, no dia 30 de Abril de 2008, no edifício dos Paços do Concelho daquele município, que não concorda com a revogação, pura e simples, da actual legislação, mas antes defende a sua alteração, distinguindo-se “a zona para lá da igreja da restante zona”.

3. AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA HABITAÇÃO E EQUIPAMENTOS

No dia 14 de Janeiro de 2008, na Delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa, a Comissão procedeu à audição do Secretário Regional da

Habituação e Equipamentos, o qual afirmou que o Governo Regional não dispõe de elementos técnicos que lhe permitam tomar uma posição sobre o conteúdo da petição, manifestando, contudo, a intenção de encomendar, de imediato, ao Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC), um relatório técnico sobre a estabilidade do talude sobranceiro ao lugar da Ponta da Fajã.

4. AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DO AMBIENTE E MAR

A Comissão procedeu à audição da Secretária Regional do Ambiente e Mar, no dia 14 de Janeiro de 2008, na Delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa.

A Secretária Regional do Ambiente e Mar informou a Comissão de que o mais recente elemento técnico disponível é a informação disponível no documento de “Caracterização e Diagnóstico do Plano de Ordenamento da Orla Costeira das Flores” que se baseia nas notas técnicas produzidas, em 1995 e 1998, pelo Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC).

Foi também informado pela governante a intenção do Governo Regional, através da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, encomendar ao Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC) um relatório técnico sobre a estabilidade do talude sobranceiro ao lugar da Ponta da Fajã.

5. VISITA AO LOCAL OBJECTO DA PETIÇÃO

Para além das audições supra mencionadas, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho efectuou, no dia 29 de Abril de 2008, uma visita ao local objecto da petição, concretamente ao lugar da Ponta da Fajã Grande, na ilha das Flores.

Nessa visita, a Comissão teve oportunidade de contactar com alguns populares e de apreciar, *in loco*, a zona do deslizamento ocorrido em 19 de Dezembro de 1987.

No decurso da visita ao local, a Comissão pode constatar que os acessos viários à Ponta da Fajã foram recentemente recuperados, por via da colocação de pavimento betuminoso, tendo ainda verificado que se encontrava em curso a recuperação de alguns imóveis.

Capítulo IV

Síntese das posições dos Deputados

Os *Grupos Parlamentares do PS e do PSD*, relevando a participação dos cidadãos, neste particular usando do direito de petição junto da Assembleia Legislativa, consideram que, face aos interesses em questão, nomeadamente no que respeita à segurança das pessoas e bens, a Assembleia Legislativa não se encontra devidamente habilitada a tomar uma posição sobre a matéria objecto da petição, enquanto não for disponibilizado o relatório técnico que está a ser elaborado pelo Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC).

Mais consideram os referidos Deputados que, logo que o mencionado relatório seja disponibilizado à Assembleia Legislativa, esta deverá elaborar novo relatório sobre a presente petição.

Capítulo V

Conclusões

Com base na apreciação efectuada, designadamente em resultado das audições efectuadas e da visita ao local, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu que, enquanto não for disponibilizado o relatório técnico do Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC), encomendado pelo Governo Regional, não existem condições para a emissão de quaisquer recomendações, sejam no sentido de manter a actuar situação ou de atender, total ou parcialmente, às solicitações dos peticionantes.

Considerando que a petição foi subscrita por 315 (trezentos e quinze) cidadãos, a mesma deverá ser apreciada em reunião do Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos previstos na alínea *a)* do n.º 1 e no n.º 4 do artigo 192.º do Regimento.

Ponta Delgada, 3 de Setembro de 2008

A Relatora, **em substituição**, *Mariana Matos*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

* **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Duas breves notas para deixar a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista relativamente a esta matéria.

O relatório é claro. Foi inconclusivo dada a falta dos elementos necessários para uma pronúncia cabal e consistente face à matéria em causa.

Esta questão da Ponta da Fajã já teve várias vicissitudes. Prolonga-se desde 1987.

Neste momento o lugar está por lei declarado interdito, porque a zona é considerada de alto risco.

Ao longo do tempo o Laboratório Regional da Engenharia Civil, nomeadamente manteve essa posição.

Há alguns aspectos e algumas nuances no próprio diploma e na sua génese que merecem ser analisados em profundidade.

Há duas notas finais que deixamos:

A primeira, a de relevar a iniciativa.

Quando tanto mal se fala no Parlamento, é importante assinalar que os cidadãos se dirigem ao Parlamento para verem tratados e analisados os seus problemas. Este é um registo a deixar.

A segunda nota é de que, tal como conclui o relatório, este processo não deve ser fechado, não deve ser abandonado.

Deve ser dada continuidade, devem nomeadamente ser tomadas as medidas adequadas para que o relatório do Laboratório Regional de Engenharia Civil seja apresentado e, então sim, com os dados necessários possa haver uma pronúncia cabal por parte deste Parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Maria Gonçalves.

Deputado António Maria Gonçalves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

315 Cidadãos da ilha das Flores subscreveram uma petição relativa à zona da Ponta da Fajã Grande, pedindo que o Parlamento aprecie a possibilidade de fornecimento de água, energia eléctrica e a realização de obras de pequeno impacto urbanístico no património já construído, composto maioritariamente por casas.

Este grupo de cidadãos, no exercício legítimo e democrático de um direito que os Deputados do PSD saúdam, solicitam ao Parlamento que se estude a possibilidade de rever as restrições impostas pelo Decreto Legislativo Regional nº 23/89/A, de 20 de Novembro, que declarou a Ponta da Fajã Grande como zona de alto risco e proibiu a edificação de qualquer tipo de construção, bem como a habitação nos imóveis existentes.

Quer pelo expressivo número de subscritores desta petição, quer pela natureza do problema colocado à Assembleia Legislativa, o PSD, desde a primeira hora procurou encontrar as melhores soluções que combinem a protecção e segurança da vida das pessoas com a pretensão formulada pelos peticionários, que visa garantir salubridade ao património edificado e garantir o fornecimento de água e de energia eléctrica, também em condições de segurança.

Demos parecer favorável à deliberação da Comissão dos Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho, expressa neste relatório.

Foi solicitado um estudo técnico ao Laboratório Regional de Engenharia Civil, cuja conclusão está para breve e se aguarda.

Caso esse relatório conclua pela diminuição do risco de deslizamento de terras em toda a zona ou numa parte da Ponta da Fajã Grande, o PSD afirma, desde já, a sua disponibilidade para proceder a uma alteração da legislação em vigor, permitindo a realização de obras de pequena dimensão nas casas já construídas, bem como o fornecimento de água e de energia eléctrica, ou em última análise se resultar da conclusão científica do Estudo, somos pela revogação total da proibição.

De resto, foi esta já a posição assumida publicamente pelo Presidente do PSD Açores, Dr. Carlos Costa Neves, em visita ao local no passado mês de Maio.

Considerando a importância do referido estudo, entendemos razoável que qualquer iniciativa legislativa deve ficar dependente do seu conhecimento.

Porém não é o fim desta legislatura que põe em causa as pretensões dos peticionários e daqueles que acreditam na viabilidade da habitabilidade da Ponta da Fajã.

Da nossa parte, afirmamos o compromisso público de assumirmos como prioridade política na próxima legislatura, a efectiva elaboração do estudo e a consequente alteração à legislação em causa, de acordo com os fundamentos técnicos que esperamos nos sejam disponibilizados o mais brevemente possível e com base nos pressupostos políticos que nos motivam nesta aspiração de muitos florentinos.

O que dá vida às terras são as pessoas. A Ponta da Fajã Grande na Ilha das Flores foi sempre, historicamente, terra de vida e de gente. Por isso são muitos aqueles que desejam que se possa habitar em dignidade aquela ponta de terra.

Estamos assim, com os florentinos que anseiam pela resolução desta situação, que esperamos possa ser solucionada de acordo com a vontade sentida e manifestada pelos 315 cidadãos que trouxeram à Casa Mãe da Autonomia um problema que exige a intervenção deste Parlamento.

Saúdo os peticionários.

Confirmo a nossa missão política, na valorização da sua iniciativa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Independente)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já passaram mais de 20 anos sobre a derrocada na Ponta da Fajã Grande, nas Flores.

O que se passa é que já houve outras derrocadas noutras zonas das Flores.

Por isso mesmo o CDS/PP tomou a iniciativa de propor aqui a revogação total da legislação.

Na Comissão de Política Geral, aquando da análise do diploma, fui informado de que estaria para vir um estudo do Laboratório Regional de Engenharia Civil, estudo esse já prometido pelo Governo desde Janeiro e depois reafirmado pela Sra. Secretária Regional do Ambiente, em Fevereiro.

Passaram nove meses e não há estudo.

O que acontece é que naquela zona se construíram casas, há electricidade e água ilegal, como os peticionários bem dizem, e a legislação é clara: não se pode construir, nem habitar aquela zona.

As responsabilidades não são só do Governo. A autarquia também tem responsabilidades nessa matéria.

Parece que ninguém quer resolver o assunto.

O assunto só se resolve de uma maneira drástica e abrupta. Vai-se paliando, paliando e ninguém resolve. Esperamos por um estudo e ninguém resolve.

Ninguém é irresponsável ao ponto de querer que se construa numa zona altamente de risco e que põe em causa a vida das pessoas, mas também temos outras zonas de alto risco nos Açores e apesar disso constrói-se.

O que é preciso é que se esclareça de uma vez por todas esta situação. Julgo que aqui não há louros nem dividendos para ninguém, todos nós estamos interessados em resolver o problema daquelas pessoas, sejamos do CDS/PP, do PSD ou do PS, ou de qualquer outro partido, porque realmente eles vivem numa situação que não se admite, ou seja, puxam a luz do vizinho e distribuem uns pelos outros. Aquilo não é propriamente uma comunidade cigana que ali vive. Portanto, tem direito a ter a sua água, a sua luz e a obras na sua casa.

Agora, quando se vão construindo pequenos caminhos e coloca-se um bocadinho de alcatrão aqui, outro ali e vai andando,...

Deputado José San-Bento (PS): O Sr. Deputado é de direita!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, sou de direita e muito bem. Assumo perfeitamente que sou de direita.

O problema são outras não assunções, mas isso era uma outra conversa, para um outro debate.

Lamentavelmente, o Governo não cumpriu com o estudo que ficou de apresentar de modo a resolver o problema àquela gente. Isso temos que criticar. Também queríamos dizer que na próxima legislatura o CDS/PP vai retomar politicamente esta iniciativa.

Portanto, espera-se que em Novembro o Governo já tenha o estudo pronto para fornecer e tirarmos as devidas conclusões de modo a todos resolvermos um problema que aflige aquela gente.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte: **Relatório final da Comissão Eventual – Impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

Deputado Alberto Costa: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relatório Final da Comissão Eventual – Impacto na RAA do Acordo entre Portugal e os EUA

Capítulo I

Introdução

1. Constituição da Comissão e Objecto

Através da resolução nº 16/2004 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, foi criada a Comissão Eventual denominada – “Impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo Laboral”, com o seguinte teor:

“A posição geoestratégica privilegiada dos Açores tem condicionado a nossa afirmação no tempo.

Tal realidade determinou, de resto, a instalação de forças militares na Região em 1941.

Desde o primeiro acordo internacional celebrado a respeito da Base das Lajes, em 1943, entre Portugal e a Inglaterra, até aos nossos dias, com o último acordo entre o nosso país e os Estados Unidos da América assinado em 1995, tem sido evidente a importância da existência de contingentes militares estrangeiros na Região.

Depois de ter constituído determinante fonte de financiamento do Orçamento Regional, a existência da Base das Lajes tem suscitado inúmeras posições públicas de peritos, estudiosos ou cidadãos meramente preocupados com os custos e benefícios da instalação de forças norte-americanas na ilha Terceira.

Muitas vezes condicionadas pela conjuntura internacional ou pelo próprio calendário da política regional ou nacional, as opiniões manifestadas têm tido um carácter avulso ou casuístico que não permite uma avaliação rigorosa e eficaz do real impacto da existência da Base das Lajes.

Por um lado, são manifestados riscos ao nível da segurança e do ambiente, são mencionadas queixas ao nível social e económico, são referidos constrangimentos urbanísticos e de ordenamento do território, para além das recorrentes notícias de violação de direitos dos trabalhadores portugueses naquela estrutura militar.

Por outro lado, enunciam-se os benefícios ao nível de política internacional e da aquisição de material militar que a República tem recebido e citam-se os números que a existência da Base tem introduzido na economia da Região.

Decorrendo de um acordo entre Estados, a instalação de forças militares norte-americanas na Base das Lajes não pode deixar, no entanto, de ter a permanente atenção das autoridades regionais.

Para além das disposições constitucionais e estatutárias, aos órgãos próprios da Região Autónoma dos Açores exige-se que tenham uma acção vigilante e activa sobre a vigência de um acordo que tem eficácia no seu território.

Perante tal realidade, torna-se necessário que se proceda a um estudo consistente que avalie o real impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo Laboral, percebendo-se, com propriedade, os efectivos custos e benefícios dos mesmos e permitindo que a Região tenha uma posição sustentada e credível sobre a matéria, de modo a tomar posições e ser ouvida em defesa dos interesses dos Açores.

Nessa medida, tal estudo deverá ser promovido pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, como primeiro órgão da nossa autonomia.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolve, nos termos constitucionais, estatutários e regimentais aplicáveis, aprovar o seguinte:

Artigo 1º

É constituída a Comissão Eventual para avaliação do real impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo Laboral.

Artigo 2º

A Comissão tem por objecto estudar e avaliar o efectivo impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo Laboral, designadamente aos níveis social, económico, da segurança, do ambiente, do urbanismo e ordenamento do território, das relações laborais e dos demais aspectos que o trabalho da Comissão venha a identificar.

Artigo 3º

Na prossecução dos seus objectivos, a Comissão deverá, entre outros:

- a) Fomentar o debate público e a auscultação das entidades públicas e privadas que possam contribuir para a realização dos seus objectivos;
- b) Deliberar sobre o pedido de contributos técnicos a entidades públicas e privadas de reconhecida idoneidade;
- c) Aceitar e discutir os contributos técnicos provenientes de entidades públicas ou privadas que possam colaborar na realização dos seus objectivos.

Artigo 4º

Os trabalhos da Comissão serão públicos, nos termos do artigo 110º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Artigo 5º

A Comissão é composta por onze deputados, sendo seis do Partido Socialista, quatro do Partido Social Democrata e um do Partido Popular.

2. Composição da Comissão

A Comissão é composta por onze deputados, sendo seis do Partido Socialista, Francisco Coelho, José San-Bento, Paulo Messias, Osório Silva, José Ávila e Fernanda Trindade, quatro do Partido Social Democrata, Clélio Meneses, António Ventura, Carla Bretão e Sérgio Ferreira e um do Partido Popular Artur Lima. O deputado Paulo Messias foi substituído pelo deputado Alberto Costa, e a deputada Carla Bretão foi substituída pelo deputado José Fernando Gomes, que viria a pedir a renúncia ao seu mandato, tendo sido substituído novamente pela deputada Carla Bretão.

3. Mesa da Comissão

A mesa da Comissão foi composta, inicialmente, da seguinte forma: Presidente Francisco Coelho, Relator Paulo Messias e Secretária Carla Bretão. Em 22 de Março de 2005, foi alterada a composição da mesa, passando a ser: Presidente Paulo Messias, Relator Osório Silva, mantendo-se como Secretária Carla Bretão. A 6 de Dezembro de 2005, ocorreu nova alteração da mesa, passando a ser: Presidente Osório Silva, Relator Alberto Costa que substituiu Paulo Messias e, finalmente, em 14 de Fevereiro de 2006 foi eleito Secretário António Ventura.

4. Prorrogações

Foram concedidas seis prorrogações para a concretização dos trabalhos da comissão, em 19 Outubro de 2005, 30 Junho de 2006, 23 Novembro de 2006, 24 Maio de 2007, 29 de Novembro de 2007, 17 Abril de 2008 e 19 de Junho de 2008.

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Com a chegada da II Guerra Mundial, os Açores foram considerados pelas potências marítimas de duas formas radicalmente diferentes: primeiro, como fronteira entre o “perturbador continental” e essas potências marítimas, depois, como zona de articulação entre as margens do Atlântico. Os Açores encarados como fronteira dão azo a exercícios de cenaristas de invasão pura e simples. Encarados como ponto de articulação, dão origem a complexas operações diplomáticas com Lisboa. É a história, por demais conhecida, dos planos de invasão de 1941 ao desembarque negociado dos aliados a partir de Outubro de 1943.

Winston Churchill, descreve nas suas memórias da II Guerra Mundial, o avanço da zona de segurança dos EUA no Atlântico em 1941, era Washington ainda neutral, como forma de proteger os comboios marítimos em direcção à Grã-Bretanha. A linha de segurança começou nas Caraíbas e na Bermuda, expandiu-se depois para o norte da Terra Nova e Gronelândia até à Islândia onde os ingleses estacionavam. Essas são as notícias transmitidas por Roosevelt a Churchill em Abril.

E a 18 desse mês, Roosevelt esclarece ao Primeiro-ministro Britânico qual a linha de demarcação entre o hemisfério Oriental e Ocidental em termos de fronteira marítima dos EUA:

“It included within the US sphere all British territory in or near the American continent, Greenland, and the Azores, and was soon afterwards extended eastward to include Iceland. Under this declaration US warships would patrol the waters of the Western Hemisphere... (...)

The US however remained non-belligerent and could not at this stage provide direct protection for our convoys. This remained solely a British responsibility over the whole route.”

Churchill refere ainda, no mesmo documento, que se havia fixado a fronteira do hemisfério Ocidental por forma a incluir todo o arquipélago dos Açores: o Oceano Atlântico parecia, então, mais importante do que o continente europeu. Entre Ingleses e Americanos assiste-se, então, a uma troca de posições sobre o domínio do Atlântico Norte.

Segundo afirma o inglês Vintras no seu livro “História Secreta dos Açores”: “Os Americanos foram os primeiros a apreciar a importância militar dos Açores como ponto de apoio e de escala para os seus bombardeiros e transportes aéreos por

considerarem a necessidade de rotas alternativas para o Reino Unido durante os meses de Inverno. Estava-se então em 1941”.

Quais as causas dessa nova importância estratégica dos Açores? Vejamos o testemunho do mesmo Vintras:

“Nestas áreas, por onde passavam as nossas principais rotas de comboios, existiam zonas conhecidas pela designação de *air gaps* (hiatos aéreos) — áreas situadas fora do âmbito de protecção das esquadilhas do Comando Costeiro que, nessa altura, à excepção de uma esquadilha de *Liberators*, tinham apenas autonomia de voo até uma distância de 450 milhas das suas bases em terra.

Um desses hiatos aéreos localizava-se ao largo da Gronelândia e outro a leste dos Açores, afectando os comboios provenientes de Gibraltar e da Serra Leoa, expondo-se ainda estes últimos ao fogo do inimigo ao terem de atravessar um 3º hiato, localizado nas proximidades das ilhas Canárias, onde os submarinos alemães se podiam reabastecer.

Durante o Inverno de 41-42, os comboios aliados, a fim de beneficiarem da cobertura por parte das (nossas) bases na Islândia, utilizavam geralmente a rota atlântica setentrional... o que exigia um grande esforço físico por parte da tripulação, tanto dos escoltadores como dos navios mercantes, pelas terríveis condições meteorológicas predominantes durante o Inverno entre a Terra Nova e a área do Noroeste.” A acção de reconhecimento sobre as condições estratégicas dos Açores fez-se através dos Ingleses. Curiosamente, é nas “Memórias” de Humberto Delgado que se encontra um testemunho conciso desse mecanismo:

“Pelos fins de 1941 fui convocado pelo Ministro Santos Costa, e entregaram-me um documento secreto em inglês no qual o Governo Britânico pedia informações acerca de assuntos diversos, desde a possibilidade de construção de aeródromos nos Açores até pormenorizados estudos acerca de pontes, estradas, serviços médicos, abastecimento de água e electricidade, etc. Parti para os Açores no dia 10 de Dezembro de 1941, cumpri rapidamente a minha missão, e regresssei a Lisboa no dia 8 de Janeiro de 42”.

Os conselhos de Humberto Delgado parecem ter tido importância para a localização da Base Aérea das Lajes:

“A Royal Air Force sabia muito pouco acerca dos Açores e a minha estadia de reconhecimento provou ser de considerável importância. Graças ao meu conselho acerca da frequente e forte nebulosidade sobre a área, alteraram os seus planos originais quanto à proporção de artilharia anti-aérea, ligeira e pesada, para a defesa dos aeródromos. De igual maneira, a intenção de os ingleses utilizarem hidroaviões foi modificada por completo, em função das informações que lhes dei acerca do estado do mar durante o ano e das margens escarpadas.”

Esta mudança de planos pode explicar um certo atraso na implementação das facilidades nos Açores para os Aliados, todavia muito longe de ser a causa fundamental.

Um outro factor foi bem mais importante e decisivo: os Aliados não queriam arriscar a quebra de neutralidade da Península Ibérica nem a invasão desta por tropas alemãs. Precisavam primeiro de ganhar a batalha do Norte de África. E, assim, a partir de Novembro de 1942, os Açores são encarados como ponto de articulação entre a América e a Europa.

Desta maneira, a utilização dos Açores pelos Aliados esteve subordinada à resolução das operações militares no Norte de África e à capacidade de resposta germânica na Península Ibérica. Os Açores já não são concebidos como fronteira mas como ponte. A partir daí, a utilização dos Açores pelos Aliados não se deve fazer contra Lisboa. Daí, as negociações diplomáticas de 1943.

O Governo de Sua Majestade, chegou à conclusão de que o uso de facilidades nas ilhas portuguesas do Atlântico, particularmente nos Açores, para o emprego de aviões e de navios de superfície, seria um factor decisivo na rápida derrota da campanha submarina alemã no Atlântico.

As facilidades a que o Governo de Sua Majestade se refere especialmente são as seguintes:

- a) Facilidades em S. Miguel e na Terceira para o emprego de aviões de reconhecimento;
- b) Facilidades sem restrições para o reabastecimento de combustível, tanto em S. Miguel como no Faial, para os navios de escolta.

O Governo de Sua Majestade está pronto não só a garantir a retirada das suas forças dos Açores no fim das hostilidades, mas também a dar garantias quanto à

manutenção da soberania portuguesa em todas as colónias portuguesas. O Governo da União da África do Sul associar-se-ia a estas garantias, e que há razão para esperar que garantias semelhantes serão prestadas por forças dos EUA.”

A correlação entre as facilidades dadas nos Açores às potências marítimas e a manutenção da soberania portuguesa nas colónias encontrará aliás a sua expressão mais significativa no caso do aeroporto de Sta. Maria, cuja utilização foi negociada com a contrapartida de Timor-leste, então ocupado pelos Japoneses, ser restituído a Portugal. E de facto o regresso de Timor à soberania portuguesa não se deveu a qualquer operação militar, antes resultou dessa negociação diplomática envolvendo a utilização do aeroporto de Sta. Maria por forças americanas.

Curiosamente, o Acordo de Londres no Verão de 1943, é celebrado apenas por uma troca de notas que marca o início das facilidades para 8 de Outubro de 43. No acordo técnico assinado pelo almirante Botelho de Sousa referem-se:

- “a) Facilidades sem restrições para o reabastecimento de navios no porto da Horta, utilização de Ponta Delgada como qualquer beligerante pode usar o porto de um neutro, facilidades sem restrições na Base das Lajes para aviação da Comunidade Britânica;
- b) As facilidades de reabastecimento em combustível são extensivas a navios das Nações Unidas, que operem em comboios;
- c) O conjunto da defesa dos Açores é da responsabilidade do governo português;
- d) O início das facilidades depende do compromisso da Inglaterra em manter todo o auxílio a Portugal caso haja retaliações por causa dessas facilidades;
- e) Obrigação inglesa de fornecer material de guerra e de protecção a navios mercantes portugueses;
- f) Cooperação para resolver problemas relacionados com abastecimento resultantes do bloqueio”.

Uma série de documentos do Foreign Office. demonstra que os serviços ingleses não consideram provável um ataque alemão a Portugal depois da concessão de facilidades nos Açores (ver F.O. 371-34712).

Curiosamente, no “Annual Report” de 1944 do Embaixador britânico em Lisboa usa-se o conceito de “neutralidade continental” para caracterizar a situação de Portugal.

Assim, num ofício do embaixador Campbell de 17 de Dezembro de 1943, este afirma a propósito dos receios manifestados pelas autoridades portuguesas de uma possível represália alemã:

“Sincerely the Portuguese are not in much danger!”

Podemos assim concluir, que a utilização das “facilidades” nos Açores esteve subordinada ao avanço das tropas aliadas no Norte de África e à improvável reacção alemã em território da Península Ibérica.

A “neutralidade continental” de Portugal, arrastara a neutralidade da Espanha através do Pacto Ibérico no período crítico 1941-1942. A resolução vitoriosa da campanha do Norte de África leva a coligação marítima a conceder a utilização de facilidades nos Açores sem arrastar uma invasão da Península pela Alemanha. A abertura de duas frentes para além dos Pirinéus faz da Península Ibérica um teatro secundário. Eis em grande parte explicado o êxito da política de neutralidade de Portugal na II Guerra Mundial e o atraso na utilização dos Açores.

A partir de Outubro de 1943, a situação muda:

As facilidades concedidas incluíam a utilização do aeródromo das Lajes, na ilha Terceira, o uso, em caso de emergência, do aeródromo de Santana (Rabo de Peixe), na ilha de S. Miguel, bem como a liberdade de utilização dos portos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta. As Lajes possuíam então a maior pista do mundo — 3280 m por 91,3 m — e muito embora fosse inicialmente de terra batida, os Britânicos e os Americanos cobriram-na mais tarde de malha de aço e asfalto.

Esta concessão permitia o patrulhamento duma parcela do Atlântico, até então desguarnecida, e a partir de uma base localizada em pleno centro da zona, em vez de serem obrigados a reservar a maior parte para a viagem de retorno às bases, com sucedia quando actuavam a partir de Inglaterra ou da Terra Nova.

A 28 de Novembro de 1944, foi assinado um acordo entre os governos de Portugal e dos Estados Unidos concedendo a este último autorização para construir e utilizar uma base naval e aérea na ilha de Santa Maria, no arquipélago dos Açores. Tratava-se de uma primeira presença norte-americana nos Açores, antes mesmo da sua transferência para a base das Lajes, já depois do final da segunda Guerra Mundial.

A assinatura do acordo constituiu simultaneamente um ponto de chegada e um ponto de partida:

Um ponto de chegada porque representou o culminar de longos meses de difíceis e, por vezes, arrastadas negociações entre Portugal e os Estados Unidos, desencadeadas pelas conversas tidas em Lisboa, ainda no final de 1943, um ponto de partida porque o acordo permitiu às forças militares norte-americanas o acesso ao arquipélago açoriano e a utilização de bases navais e aéreas até hoje ininterrupta. O processo negocial luso-americano que culminou na assinatura do Acordo de 1944, assinado na fase final da segunda Guerra Mundial, o Acordo Luso-americano não pode deixar de ser entendido no contexto da política externa portuguesa durante a segunda Guerra Mundial, nomeadamente da inflexão dessa mesma política no sentido de uma “neutralidade colaborante” com as potências aliadas. Recorde-se, que este acordo foi precedido de um outro, assinado em Agosto de 1943, entre os governos de Portugal e do Reino Unido, concedendo ao governo britânico autorização para criar nas Lajes uma base naval e aérea durante o período de guerra. Os Estados Unidos, sobretudo as autoridades militares norte-americanas, não ficaram satisfeitas com o teor do Acordo Luso-britânico de 1943, uma vez que este não previa a possibilidade de as forças Norte-americanas terem acesso directo à base inglesa. Esta era cedida unicamente à Inglaterra e, apesar de estar previsto o seu uso “para o reabastecimento de aviões e navios das Nações Unidas”, a “manutenção de unidades americanas em permanência” não era contemplada.

Para os americanos esta situação tinha um duplo inconveniente: por um lado, continuava a faltar uma escala fundamental no transporte das tropas americanas para os continentes europeu e africano; por outro lado, sendo a base dos Açores um estabelecimento britânico, não assegurava os direitos de longa duração que os americanos pretendiam já adquirir.

Na verdade, os Joint Chiefs of Staff (JCS) americanos tinham já elaborado vários planos para o estabelecimento a longo prazo de bases militares na chamada esfera de influência e de protecção do continente americano, bases essas que deveriam permanecer activas inclusivamente após o final do conflito. Nesses planos, as ilhas dos Açores figuraram sempre como uma das prioridades.]

Deste modo, após conhecerem o teor do Acordo Luso-britânico de 1943, os JCS declararam qualquer acordo que impedisse a utilização das facilidades nos Açores por aviões norte-americanos como “inaceitável” e preconizaram que, doravante, “as questões relativas às ilhas portuguesas” fossem “conduzidas sem intermediários, com a exclusão da Inglaterra”, devendo iniciar-se “negociações autónomas” com o Governo Português. A administração de Franklin Roosevelt foi sensível a estes argumentos e, a 14 de Outubro de 1943, o Presidente norte-americano informou Winston Churchill que os Estados Unidos iriam, de imediato, iniciar uma aproximação directa ao governo português no sentido de obter “facilidades de aviação” nos Açores e de garantir a utilização de tais facilidades por parte das forças norte-americanas envolvidas no esforço de guerra aliado.

Tratava-se de uma mudança radical no modo como até aqui os aliados tinham conduzido as suas conversações com Portugal. Os Estados Unidos dispensavam a intervenção do Reino Unido como intermediário e como interlocutor privilegiado em Lisboa e passavam a desenvolver uma diplomacia autónoma para com Portugal. Era também uma clara indicação do novo papel hegemónico que os Estados Unidos se preparavam para assumir no Ocidente e do afastamento da Inglaterra desse mesmo papel.

Os americanos inclinavam-se inicialmente para a ilha das Flores. Depois da guerra esse aeródromo, a ser construído, ficaria “com todas as suas instalações melhoramentos para o governo português”.

Mais tarde, os técnicos americanos concluíram que era “impossível” construir um aeródromo na ilha das Flores, “pela dificuldade extrema do terreno” e que pensavam agora na ilha de Santa Maria.

O principal interesse dos Estados Unidos era, por conseguinte, a construção de um novo aeródromo em Santa Maria. A 29 de Dezembro de 1943, o Governo Português, concordou com a realização de estudos preliminares e trabalhos exploratórios na ilha de Santa Maria.

Seria necessário esperar mais quatro meses para que o Governo Português autorizasse em definitivo o início dos estudos preliminares.

Na mente dos responsáveis políticos portugueses e, em especial, de Oliveira Salazar, pesava agora a questão de Timor, a única parcela do império colonial português

ocupada por tropas estrangeiras e cuja continuidade sob soberania portuguesa poderia estar em causa. Também a diplomacia americana se apercebeu, rapidamente que a questão de Timor poderia ser decisiva no desbloquear das conversações com os portugueses. Logo, a 24 de Novembro de 1943, foi introduzida a questão de Timor nas conversações com Salazar, afirmando serem os Açores “necessários” para a guerra contra o Japão, dizendo, simultaneamente, estar “informado” do pedido que o governo português tinha feito junto do governo britânico para “conversas relativas a Timor” e prometendo que não deixaria “cair” o assunto em Washington. Por outro lado, durante a elaboração dos projectos de construção, o governo português nunca se opusera a que o aeródromo de Santa Maria fosse pensado como um aeroporto não apenas para ligações insulares mas também para ligações “interoceânicas”. Esclarecida a questão com os britânicos, Salazar dedicou-se então a elaborar um projecto de acordo relativo à construção e utilização do aeródromo de Santa Maria. Esta proposta seria entregue ao embaixador dos Estados Unidos em Lisboa no dia 2 de Outubro de 1944. Juntamente com o projecto de acordo seguia uma nota que serviria de “complemento” e que continha um conjunto de garantias políticas económicas julgadas fundamentais pelo Governo Português.

O objectivo dos documentos era o de “deixar claramente expressos os compromissos que o Governo Português deseja do governo dos Estados Unidos. O projecto de acordo determinava a construção de um aeródromo em Santa Maria, sendo os trabalhos executados “por conta do governo português e pela empresa americana Pan American Airways”. O Governo Português concedia a utilização do aeródromo às forças aéreas americanas e britânicas durante a guerra e por um período de três meses após terminadas as hostilidades no Pacífico. Já o projecto de nota, anexo ao acordo, determinava que o acordo de Santa Maria completava “o acordo entre os Estados Maiores português, americano e britânico para a eventual cooperação portuguesa em operações a realizar no Pacífico, destinadas à reocupação da colónia portuguesa de Timor”.

Ambas as partes concordavam que a autoridade portuguesa efectiva sobre Timor seria “integralmente restabelecida logo que as forças portuguesas possam ocupá-lo por si ou logo e à medida que as operações conjuntas de reconquista o permitam”. Além disso, o governo dos Estados Unidos “reconhece e fará valer o direito de Portugal a

representar-se na conferência incumbida de regular a paz e os problemas do Pacífico”. Por conseguinte, só no final de 1944, com os Aliados cada vez mais perto de vencer a guerra, é que Oliveira Salazar resolveu abandonar definitivamente a sua estratégia de demora e de atraso nas negociações com os americanos. O Chefe do Governo pressentiu que a continuação da sua recusa em conceder aos americanos instalações próprias em Santa Maria, poderia pôr em risco não só a manutenção de Timor, como de todo o império colonial e, em última análise, do próprio regime. O acordo principal entre os dois governos seria assinado a 28 de Novembro de 1944 por Oliveira Salazar e pelo embaixador Henry Norweb. Os Governos Português e Americano comprometiam-se a construir na Ilha de Santa Maria um aeródromo para servir de “base aérea”, sendo que a “parte dos trabalhos” a cargo do Governo Português seria executada “por intermédio de uma empresa privada”. Todas as construções “uma vez em estado de servirem, serão consideradas propriedade do Estado Português”.

Portugal concedia aos Estados Unidos “a utilização sem restrições da base aérea de Santa Maria que ficará, tanto no que respeita a operações como a administração e controle, sob o comando da força aérea americana”. Estava também prevista a utilização da base pelas forças aéreas britânicas, “na qualidade de potência aliada dos Estados Unidos e de Portugal”. O artigo terceiro do acordo previa que a utilização da base pelos aliados terminasse seis meses após o fim das hostilidades ou a assinatura de um “armistício com as potências com as quais os Estados Unidos se encontram actualmente em guerra no Extremo Oriente”. Caso este período de seis meses não fosse suficiente para permitir o retorno do pessoal e material, o Governo Português concederia “uma prorrogação de até três meses para

O artigo quarto previa a negociação de um conjunto de acordos complementares para regular “tudo o que respeita à defesa do campo e do pessoal e à segurança das operações”, “a isenção de direitos aduaneiros a conceder pelo governo português relativamente às importações a realizar para a construção e utilização do campo”, “as condições de entrega do campo e de disposição das instalações no termo das facilidades” e ainda “o eventual uso do campo pelos aviões de guerra ou comerciais do governo português”. Por fim, o artigo quinto estipulava que o acordo

permaneceria “secreto” enquanto “um dos Governos julgar inconveniente a divulgação do seu conteúdo.

Em anexo ao acordo principal, foram trocadas duas notas diplomáticas de teor idêntico entre o Governo Português e os Governos Americano e Britânico. Através destas notas, os governos americano e britânico, “côncio [s] do legítimo desejo do governo português de pôr termo à ocupação de Timor pelos japoneses e reconhecendo que este território português se encontra compreendido num largo campo de operações empreendidas” pelos Aliados no Pacífico, “aceita [m] e concorda [m] com a participação de Portugal nas operações que eventualmente sejam conduzidas para expulsar os japoneses do Timor português a fim de ser restituído à plena soberania portuguesa”.

Ambos os governos reconheciam também que essa participação poderia ter lugar de forma directa, “pelo emprego de forças portuguesas”, ou de forma indirecta, “pela concessão ao Governo dos Estados Unidos de facilidades para construção, utilização e controle de uma base aérea na ilha de Santa Maria, destinada a facilitar a deslocação das forças americanas para o teatro de guerra no Pacífico ou deste para os Estados Unidos.

Informação Complementar

Notas Cronológicas relativas à base das Lajes nos Açores

1917 - (8 Novembro) – Instalação de uma base naval norte-americana em Ponta Delgada.

1919 - (Setembro) – Os Estados Unidos da América abandonam, conforme acordado, a base nos Açores.

1943 - (17 de Agosto) – Assinatura do Acordo de Londres.

1943- (8 de Outubro) – Meio da concessão de facilidades à Inglaterra, que se prolongaria até ao final da guerra, efectuando-se um desembarque em Angra do Heroísmo.

1944- (28 de Novembro) – Assinatura do Acordo de concessão de facilidades nos Açores aos Estados Unidos da América, até ao final da guerra.

1944- (Dezembro) – Assinatura dos Acordos complementares previstos no Acordo de 28 de Novembro, celebrado com os EUA.

1945- (27 de Março) – Início de novas negociações com os EUA, que têm como objecto o A.T.C. (Air Transport Command), para vigorar até 30 de Junho de 1946.

1946- (2 de Junho) – Data acordada para a entrega dos campos de Santa Maria e Lajes

1951 - Acordo entre os Estados Unidos da América e Portugal para a utilização da Base das Lajes.

1957- Alargamento do contrato celebrado com os Estados Unidos da América, no que respeita ao estacionamento de um destacamento permanente da Força Aérea.

1958- Os Norte-Americanos passam a designar a Base das Lajes por "Porta-Aviões Fixo".

1962 - Salazar recusa negociar a renovação do contrato de 1951, na sequência do embargo decretado pelos EUA de venda de armas a Portugal.

1970- Retoma das negociações.

1971- Assinatura do Acordo revisto, no qual os EUA se comprometem a entregar a Portugal, como contrapartida, cerca de 400 milhões de dólares, em equipamento militar e numerário. Mais tarde, o Congresso norte-americano vetou a transferência do material bélico.

1974 - Expira o acordo com os EUA.

1983 - Início das renegociações.

1988 - O Primeiro Ministro português, Prof. Cavaco Silva, desloca-se a Washington com o intuito de celebrar um Tratado de Defesa, tendo como ponto essencial o Acordo das Lajes, mas: não obteve da parte do Governo Norte-americano a receptividade esperada.

1991 - Início de novas negociações.

1993- EUA pretendem limitar o quadro de pessoal da Base das Lajes.

1994- EUA pretendem reduzir o regime de participações globais.

1995- EUA e Portugal assinam Um Acordo de Cooperação e Defesa

CAPÍTULO III

TRABALHO DESENVOLVIDO

1. Metodologia dos trabalhos

Desde a sua constituição, a Comissão Eventual - Impacto na RAA do Acordo entre Portugal e os Estados Unidos América reuniu com as seguintes entidades:

- > Senhor José Pedro Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo;
- > Dr. Rui Pestana, Representante da Comissão Laboral;
- > Dr. Fernando Gomes, Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória;
- > Dr. Nélcio Lourenço, Presidente de Gestão de Regime de Segurança Social;
- > Dr. André Bradford, Assessor do Presidente do Governo Regional dos Açores para a Cooperação Externa e Representante da Comissão Bilateral Permanente e na Comissão Técnica;
- > Sub-Intendente Fernando Gomes Prata, Comandante da PSP de Angra do Heroísmo;
- > Senhor Manuel Alberto da Silva Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores;
- > Senhor João Manuel Sousa, na qualidade de ex. Presidente de Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores;
- > Senhor José Rogério da Costa Medina, na qualidade de empresário na ilha das Flores;
- > Dr. Rui Machete, Presidente da Fundação Luso-Americana;
- > Dr. Francisco dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Beja;
- > Comissão dos Negócios Estrangeiros da Assembleia da República;
- > Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e outros Serviços de Angra do Heroísmo;
- > Senhor Paulo Ferreira, Presidente da Associação Agrícola da ilha Terceira;
- > Senhor Sandro Paim, Presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo;
- > Senhor Vítor Silva, Coordenador da União de Sindicatos de Angra do Heroísmo;
- > Engº Paulo Barcelos, Representante da Sociedade de Exploração Espeleológica “Os Montanheiros”;
- > Associação do Ambiente da GÊ-QUESTA;
- > Dr. Luís Amado, Ministro da Defesa;
- > Dr. João Gomes Cravinho, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
- > General Alfredo Cruz, Comandante da Zona Aérea dos Açores;
- > Dr. Noé Rodrigues, Secretário Regional da Agricultura e Florestas;

- > Dr. João Lima, Delegado dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras da ilha Terceira;
- > Dr. Armando Mendes que elaborou o estudo para a Comissão “Os Açores nos Cenários pós Guerra-Fria”;
- > Eurodeputado Dr. Paulo Casaca,
- > Dr. Domingos Cunha, Secretário Regional dos Assuntos Sociais;
- > Eurodeputado Dr. Duarte Nuno Ávila Martins de Freitas;
- > Alferes Paulo Vieira, Comandante da GNR de Angra do Heroísmo;
- > Senhor Alberto Carreiro, Director de Finanças de Angra do Heroísmo;
- > Núcleo de Ambiente da Universidade dos Açores;
- > D. Pedro Moya, Director de “Acción Externa” (Relações Externas) da Junta de Andaluzia do reino de Espanha;
- > Dra. Maria del Mar Moreno, Presidente do Parlamento da Andaluzia, do reino de Espanha;
- > Reunião na Câmara de Rota, em Espanha;
- > Reunião com o Sindicato dos Trabalhadores da Base de Rota em Espanha;
- > Reunião com responsáveis dos Ministérios de Assuntos Exteriores e da Defesa;
- > Dr. Mário Fortuna, na qualidade de autor de um estudo solicitado pela FLAD;
- > Foram também efectuadas diligências para se realizar uma audição com o Embaixador dos Estados Unidos em Portugal, o Cônsul nos Açores, bem como ao Comandante Norte-Americano da Base Aérea nº4, que se revelaram infrutíferas, por obstáculos de ordem diplomática.

2. Audições realizadas

A Comissão procedeu à audição de todas as personalidades e entidades, conforme previsto na metodologia aprovada. Em síntese, as posições assumidas relativamente à matéria em apreciação foram as seguintes:

AUDIÇÃO AOS PRESIDENTES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DA ILHA TERCEIRA

Os Presidentes das Câmaras Municipais da ilha Terceira, à data das audições, senhor José Pedro Cardoso – Angra do Heroísmo e Dr. José Fernando Gomes – Praia da Vitória, têm uma posição favorável comum relativamente ao papel da Base das Lajes, como empregador. Contudo, apontam alguns aspectos negativos,

nomeadamente a não recepção de qualquer tipo de imposto relativamente à circulação automóvel, devido às isenções fiscais constantes dos Acordos. Como pontos positivos, referem um maior consumo do mercado local, por parte dos norte-americanos estacionados na Base, bem como, cada vez mais, a entrega de empreitadas e construções a empresas locais.

O Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, informou que existe um acordo entre a Câmara de Angra, Câmara da Praia e os Americanos na área dos resíduos sólidos urbanos e na exploração de águas subterrâneas. Informou ainda, que foi dado apoio técnico na execução de dois furos de captação de águas. Mais afirmou que existe colaboração em outras áreas, como por exemplo, em campanhas de desratização e do escaravelho japonês.

O Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, afirmou manter a antiga pretensão da Câmara em pertencer à Comissão Bilateral do Acordo, afirmando o défice de compensação do Concelho pela presença da Base, como por exemplo, os problemas ambientais, tais como; o ruído e o problema do derramamento dos tanques de combustível e ainda a não proveniência de receitas para a Câmara.

Relativamente ao Concelho da Praia da Vitória, os Deputados levantaram diversas questões:

- A percepção da Câmara em termos de impacto no comércio local, designadamente, na mão-de-obra;
- Custo social com a criação de Bairros;
- Relacionamento dos norte-americanos com a comunidade local (por exemplo, ao nível desportivo);
- Intercâmbio em matéria científica, especialmente no caso do escaravelho, uma vez que as freguesias limítrofes são agrícolas;
- Apoios à captação de água;
- Benefícios do Programa Konver;
- Colaboração técnica entre a Câmara e a Base;
- O problema do derrame de combustível, e, por conseguinte, os problemas ambientais.

Relativamente ao impacto no comércio local, o Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, afirmou que sentiu necessidade de procurar outro tipo de mercado

que não só os americanos estacionados na Base, reafirmando, que o número de postos de trabalho é um dos aspectos positivos. Outro problema, deriva da extensão do acesso à cantina americana a funcionários públicos e a outros trabalhadores, lesando o sector da restauração e o comércio local.

A construção de habitações dentro da Base, devido à opção de manter os americanos no seu interior, prejudicou aqueles que arrendam casas. Além disso, a própria Câmara não teve conhecimento prévio dessas construções, aquando do último empreendimento.

De facto, houve e há um custo social, correspondente ao facto de as pessoas se terem deslocado de várias ilhas, alojando-se à volta da Base. O que se verifica, é que os problemas sociais se mantêm apesar da construção de casas novas. Confirmou a influência positiva dos americanos na prática desportiva, e na cultura. Acrescentou ainda que muitos atletas locais foram para os Estados Unidos. Informou que não há qualquer apoio, nem intercâmbio na área de estudos científicos e que, relativamente às explorações agrícolas, há um produtor que fornece a Base. Em relação a possíveis apoios na captação de água, o Presidente da Câmara, comunicou que estes não existem. Relativamente ao programa Konver, opinou que nada tem a ver com a Base, foram apoios atribuídos pela Comunidade Europeia. Quanto à colaboração técnica entre a Câmara e a Base, deu como exemplo a coordenação da Câmara com a Base das Lajes no Plano Municipal de Emergência, mas só no que concerne ao interior da Base. Exteriormente à Base, os americanos estão disponíveis em colaborar no que diz respeito a equipamento e mão-de-obra. Na questão do derrame dos combustíveis, da lixeira a céu aberto e de todos os problemas ambientais e de saúde pública daí adjacentes, informou que tem havido disponibilidade por parte dos responsáveis americanos em cooperar.

AUDIÇÃO AO REPRESENTANTE DA REGIÃO NA COMISSÃO LABORAL

O Dr. Rui Pestana, Representante da Região na Comissão Laboral, iniciou a sua intervenção com uma abordagem sobre o impacto social do Acordo, fornecendo, para isso, dados concretos sobre o número de trabalhadores portugueses na BA4, bem como os totais gastos em vencimentos. Estes dados são referentes ao ano fiscal americano que teve início em Outubro de 2003 e final em Setembro de 2004:

Total de Trabalhadores – 991:

714 – Pagos pelos Fundos Apropriados (18.184.708 euros)

126 – Pagos pelos Fundos Não Apropriados (3.135.157 euros)

151 – Pagos pelo BX /AAFS (3.951.128 euros)

Total pago: 25.270.988 euros

Há ainda 19 trabalhadores portugueses, contratados pela Força Aérea Portuguesa, mas ao serviço dos Estados Unidos, portanto, fora do âmbito do Acordo. Estes últimos trabalhadores receberam a quantia de 483.095 dólares.

Foi também fornecida informação sobre os militares americanos, nomeadamente:

Total de militares americanos – 978

Civis EUA (Departamento de Defesa) – 88

Civis EUA (Fundo do Governo) – 89

Foram pagos um total de 62.211.756 dólares a portugueses e americanos

Relativamente ao impacto da presença da Base Americana nas Lajes, o Dr. Rui Pestana é da opinião de que este é positivo, tendo em conta o número de trabalhadores que emprega. Além disso, a média salarial dos trabalhadores portugueses é de 1.500 euros, sendo o salário mínimo de 600 euros. São médias superiores relativamente aos vencimentos locais.

Foram levantadas diversas questões das quais se destacam as seguintes: -

-Actualizações salariais;

-Ocupação de postos de trabalho por parte de civis norte-americanos;

-Tabelas salariais diferentes para as mesmas funções;

-Reformas antecipadas;

-Quantificação de entradas e saídas de trabalhadores;

-Trabalhadores portugueses que trabalham à hora.

No que diz respeito às actualizações salariais, o Dr. Rui Pestana defende que não há violação do acordo, pois o valor encontrado pela entidade patronal americana respeita a matriz referida no Regulamento de Trabalho (Decreto nº 58/97 de 15 de Outubro de 1997). Há, de facto, tabelas salariais diferentes, o que é perfeitamente legal. De realçar, é a discrepância de vencimentos entre portugueses e americanos, ganhando estes últimos sensivelmente mais.

Quanto à contratação de civis, os americanos que estão a ocupar o lugar de portugueses, estão num regime precário de trabalho, num sistema de “part-time” e

em “Fundos não Apropriados”, ou seja, o pagamento dos seus salários não vem do Governo. O Acordo prevê a vinda de militares, civis das forças armadas americanas e de acompanhantes, que são pessoas a cargo, como é o caso de mulheres ou maridos. Na opinião do Dr. Rui Pestana estes acompanhantes não deveriam ser autorizados a trabalhar na Base, pois não reúnem as condições impostas no Acordo para tal efeito. Os trabalhadores que estão a trabalhar à hora estão perfeitamente abrangidos pelo Acordo, uma vez que este prevê no seu Regulamento de Trabalho esse tipo de categoria.

Sobre as reformas antecipadas e quantificação de entradas e saídas de trabalhadores, não foi possível a clarificação total das mesmas, devido à falta de dados concretos.

Contudo, o Dr. Rui Pestana afirmou a estabilidade de número de trabalhadores e de entradas e saídas.

AUDIÇÃO AO PRESIDENTE DA GESTÃO DE REGIMES DE SEGURANÇA SOCIAL

O Dr. Nélcio Lourenço, na qualidade de Presidente da Gestão de Regimes de Segurança Social, informou a Comissão que, a Base das Lajes é um dos maiores contribuintes da Segurança Social e com a vantagem de não se atrasar no pagamento. Para além dessas contribuições, há também receitas líquidas para a Região.

Pelos Deputados, foi solicitada informação sobre os problemas sociais da Base das Lajes e suas consequências. Em resposta, informou que não há qualquer estudo do impacto sociológico da Base, mas que seria interessante fazê-lo, nomeadamente de forma comparativa, e desde o início da sua existência.

AUDIÇÃO AO ASSESSOR DO PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES PARA A COOPERAÇÃO EXTERNA E REPRESENTANTE DA COMISSÃO BILATERAL PERMANENTE E NA COMISSÃO TÉCNICA

O Dr. André Bradford, na qualidade de Assessor do Presidente do Governo dos Açores para a Cooperação Externa e representante da Região na Comissão Bilateral Permanente e na Comissão Técnica, informou que, desde o dia 7 do mês de Dezembro de 2004, existe uma equipa designada pela Região relativamente ao Acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América:

Comissão Técnica: Dr. André Bradford
Comissão Laboral: Dr. Rui Pestana

Afirmou que em termos internos, o Governo Regional pretende formar um grupo interdepartamental, com representantes dos Secretários Regionais.

Indicou, para além da componente externa, as mais-valias do Acordo, que ainda não considera esgotadas. Há que melhorar e investir na cooperação. Neste sentido, apresentou os 10 projectos de cooperação em curso, de valor global de 1 milhão de dólares:

Epidemiologia e Leptospirose

Parceiros: Universidade dos Açores, Universidade Nova de Lisboa e Governo Regional). Ainda em estudo, não há resultados.

Cooperação em Agricultura.

Parceiros: Direcção Regional de Veterinária e Serviços de Veterinária dos EUA.
109 mil dólares.

Pesca sustentável do atum.

Parceiros: DOP e algumas Universidades dos EUA

60 mil dólares

Assistência médica.

(Maximização desses serviços nos Açores)

Parceiros: Secretaria dos Assuntos Sociais e Departamentos da Agricultura

Desenvolvimento do modelo macroeconómico dos Açores.

(Impacto da Base das Lajes na economia açoriana)

Parceiros: Comando de Defesa dos Estados Unidos da América e Universidade dos Açores

500 mil euros

Professores de Inglês/Educação Ambiental.

Estes dois projectos encontram-se bloqueados. Está previsto um orçamento de 70 mil dólares, a dividir pelos dois. O primeiro, visava melhorar o ensino de inglês nos Açores, mas foi difícil à parte norte-americana encontrar parceiros, uma vez que é um intercâmbio. No segundo projecto, entendeu-se que seria necessário uma reavaliação.

Protecção Civil.

(Combate a fogos e material na área da Protecção Civil)

Parceiros: Protecção Civil

50 mil dólares

Na última reunião em Washington, o Governo Regional propôs criar um órgão conjunto de cooperação e acompanhamento, com reuniões periódicas, com a denominação de “Subcomissão dos Açores”. O objectivo será o de se obter um grau de autonomia maior, uma vez que devido ao Direito Internacional e Interno, a região tem uma margem de trabalho muito dependente das duas reuniões da Comissão Bilateral. Porém, o facto dos EUA não terem há mais de um ano embaixador em Portugal, tem prejudicado a criação desse órgão. No entanto, há interesse dos EUA que se crie esse organismo. Foram apresentadas, ainda, outras áreas de cooperação: Turismo e investimento externo; Estruturas e equipamento; Protecção civil e cuidados de saúde; Ambiente, Protecção das produções

Em estudo, e como projecto, está também a monitorização de detecção de maremotos.

Informou ainda, que tem sido sobretudo a cooperação científica aquela que melhor tem funcionado nos Açores e no Continente. A componente Defesa também é importante para a Região, mas entende que, tem de haver um equilíbrio entre a Cooperação e a Defesa.

Findo o período de esclarecimento, seguiu-se um período de perguntas dos Deputados:

- Se entende que as posições avulsas não têm prejudicado o Acordo; - Qual a posição relativamente a um novo acordo;
- Se é possível quantificar o que fica nos Açores relativamente ao milhão de dólares provenientes do Acordo;
- No que concerne ao Acordo, quais as exigências da Região perante a República; - Qual a posição do Governo Regional quanto à reivindicação da participação do Município da Praia da Vitória nestas negociações; -Se no âmbito dos projectos em curso, haveria algum alusivo às térmitas. -Quais as soluções concretas para os problemas da Praia da Vitória, criados pela Base das Lajes;
- Quais os dados que o Governo Regional possui naquilo que é objecto de estudo da Comissão Eventual;
- Qual é o impacto económico, comércio, empreitadas e forças laborais que se regista com a presença americana nos Açores.

O Dr. André Bradford informou que o Acordo é o mesmo para ambas as partes, apesar de redigido em duas línguas. Existem só diferentes formas de interpretação das Partes, principalmente conforme a conjuntura. Relativamente à cooperação específica com a Região, defendeu que não entende como necessário uma previsão expressa plasmada no Acordo. Sendo fundamento bastante o artigo VI do Acordo, que prevê a cooperação. Quanto a um novo Acordo, o Governo Regional é da opinião que o actual tem ainda muitas potencialidades. No que respeita às exigências da Região e interesses próprios, informou que há sempre reuniões preparatórias com a República, antes da reunião da Comissão Bilateral. Por último, referiu que não há fundamento jurídico permita a participação da Câmara Municipal da Praia da Vitória na Comissão Bilateral Permanente. Salientou, no entanto, que talvez no futuro, tal pudesse vir a concretizar-se, mas certamente com o estatuto de observador. Acrescentou ainda que não há nenhuma proposta, até ao momento, da Câmara Municipal da Praia da Vitória. Relativamente às térmitas, esclareceu que não existe, mas que poderá haver um projecto conjunto após as conclusões do grupo de missão. Sobre as soluções concretas para os problemas da Praia da Vitória, criados pela Base das Lajes, informou que a abertura do Governo Regional é total para levar à Comissão Bilateral esses problemas. Para tal, é necessário que a Câmara Municipal da Vitória apresente e debata com o Governo as questões.

Em relação aos dados que o Governo Regional possui naquilo que é objecto de estudo da Comissão Eventual (o impacto económico, comércio, empreitadas e força laboral), informou que os dados mais fíáveis são os fornecidos pelo Governo norte-americano. Contudo, adiantou que houve uma diminuição da procura de produtos na Base.

AUDIÇÃO AO COMANDANTE DA PSP DE ANGRA DO HEROÍSMO

O senhor Sub-Intendente Fernando Gomes Prata, na qualidade de Comandante da PSP de Angra do Heroísmo, informou que não tem havido inconvenientes para a PSP, devido à presença norte-americana na Ilha. Informou ainda, existir cooperação entre ambos, designadamente no campo da investigação criminal. No que concerne ao excesso e abuso de álcool, o Comandante comunicou que não há problemas a registar.

Foi também solicitada informação sobre se existe cooperação na área do terrorismo, ao que foi respondido que não há qualquer tipo de cooperação neste sentido. Na eventualidade da existência de um crime que envolva cidadãos portugueses é comunicado ao Comando Aéreo que, por sua vez, o transmite à PSP.

Foi ainda solicitada informação ao Comandante da PSP, relativamente aos acidentes de viação. Este informou que são identificados os infractores. Acrescentou ainda, que para um melhor eficiência processual, seria necessário uma maior celeridade no que concerne à parte burocrática. (Documento entregue à Comissão - Anexo I)

AUDIÇÃO AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DAS FLORES

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, senhor Manuel Alberto da Silva Pereira iniciou a sua intervenção opinando que a presença dos militares franceses na Ilha trouxe aspectos positivos, como é o caso das infra-estruturas, como o aeroporto, a antiga messe e o actual hotel Serviflor.

No seu entender, todo o comércio beneficiou com a sua presença, embora houvesse um avião mensal com produtos franceses. Foram criados 40 postos de trabalho (sendo um número considerável para a Ilha), com uma média salarial relativamente alta.

Com o fim da estação Francesa na Ilha, houve uma redução de cerca de 200 pessoas, provocando um forte impacto negativo no comércio. Em consequência, foram abandonadas as instalações militares, o que provocou prejuízos a nível ambiental.

Acresce que os trabalhadores mais velhos, tiveram uma indemnização que lhes permitiu ir para a reforma, e relativamente aos mais novos, com indemnizações mais pequenas, adoptaram outras profissões.

Aquando da presença Francesa, existia uma escola própria para alunos filhos dos militares, que faziam um convívio de Natal com os alunos das escolas das Flores.

Lembrou que foram implementadas um conjunto de infra-estruturas, nomeadamente, participação na Central Eléctrica, Aeroporto, Centro de Saúde (exemplo Bloco Operatório), estrada entre Cedros e P. Delgada (para aceder a pontos de trabalho técnico).

Foi questionado pelos deputados, sobre os riscos sociais à volta da base.

Respondeu que nunca se geraram bairros de lata em torno da Base. Os aspectos ambientais após a fase de abandono das infra-estruturas passaram para o Ministério da Defesa.

A saída dos franceses ocorreu há já 12 anos.

AUDIÇÃO AO SENHOR JOÃO MANUEL SOUSA (EX-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DAS FLORES)

O senhor João Manuel Sousa (ex-Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores), iniciou as suas declarações, dizendo que a presença dos franceses foi importante porque permitiu um salto qualitativo à Ilha, como foi o caso do Aeroporto, da estrada até Ponta Delgada e da Central hidroeléctrica. Só estes três aspectos positivos compensaram a vinda e estadia destes na Ilha.

Foi questionado pelos deputados, sobre qual o balanço da presença francesa, bem como todos os efeitos e impacto.

Respondeu, que foi participada a ampliação do Centro de Saúde, e com a existência de um cirurgião português e enfermeiro, obteve-se à época um dos melhores serviços de saúde da Região.

Como a construção do aeroporto de 800 metros ocorrido em 1967, e cuja pista foi ampliada após ter ocorrido um acidente entre dois aviões franceses.

Os franceses instalaram-se na Ilha entre 1965/66 até 1994, cerca de 30 anos.

Em conclusão, os florentinos sentiram os benefícios da permanência da Base Francesa, para além do convívio que estabeleceram.

AUDIÇÃO AO EMPRESÁRIO JOSÉ ROGÉRIO DA COSTA MEDINA

O senhor José Rogério da Costa Medina, empresário, informou que relativamente à presença Francesa na ilha das Flores, considera terem existido muitos aspectos positivos. A Base criou 40 postos de trabalho, o que equivalia a 100 pessoas a viver à conta dos franceses, bem como o trabalho doméstico que era efectuado por florentinas nas casas das famílias francesas.

A nível da saúde chegou a haver cirurgias na Ilha e partos, uma vez que existia duas enfermeiras parteiras.

O pagamento de ordenados (era em escudos) e a gestão do próprio pessoal era feito pelo Comandante do Porto.

A saída trouxe transtornos à Ilha, e ao Concelho em especial.

Os Franceses, tinham uma população de cerca de trinta casais com filhos, e também seis a sete solteiros.

Nas negociações de encerramento da Base Francesa, foi possível obter 32.000 mil contos de compensações, tendo tido os seguintes intervenientes no processo: o Ministro da República para os Açores, o Jurista Francisco Coelho, e Dr. Rui Pestana (membro da Inspeção de Trabalho em Angra do Heroísmo).

AUDIÇÃO AO PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO

O Presidente da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), Dr. Rui Machete, iniciou a sua intervenção, fazendo referência ao Acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, dizendo que o mesmo não é ratificado no Congresso Norte-Americano, mas sim renovado todos os anos. Salientou o facto de que nestes casos a política externa dos E.U.A., é de não fazerem acordos entre Estados.

Na sua opinião, os E.U.A., não fazem mais acordos como fizeram no passado. Partem do princípio que é mais vantajoso para Portugal ter a Base americana nos Açores, do que não a ter.

Proseguiu dizendo que a Fundação foi criada pelo Governo Português, estando previstas contrapartidas através de uma intervenção social e cultural em Portugal ou com instituições portuguesas sediadas nos Estados Unidos.

Em 1992, foram entregues para esta Instituição 112,3 mil dólares, sendo posteriormente transferidos para os Açores o valor de 300 mil dólares.

Informou ainda, que o Embaixador Norte-Americano é membro efectivo da Fundação, e que no seu entender, existe todo o interesse em manter boas relações com os E.U.A.

A FLAD participa, de forma não oficial, na Comissão Bilateral como observadora, somente no que diz respeito a questões de ordem militar e problemas relacionados com os Açores, como a Base e as contrapartidas. Nesta Comissão, no período de discussão de questões de ordem civil, a FLAD dá conta do trabalho desta no âmbito das suas actividades em parceria com diversas instituições, tais como a Universidade dos Açores.

Afirmou que entende ser útil estudar como os americanos têm desenvolvido a sua estratégia política, fazendo referência que este trabalho tem vindo a ser concretizado por especialistas nacionais, reforçando o interesse dos Norte-Americanos em manter um “porta-aviões” fixo nos Açores.

Informou que se tem mantido uma política intensa, de forma a preservar a cultura portuguesa nos Estados Unidos, através das Comunidades.

Neste capítulo, verifica-se actualmente uma situação inversa em relação ao passado, ou seja, a emigração está a diminuir drasticamente em Portugal e nos Açores. Os emigrantes da primeira geração estão envelhecendo, e isto leva a pensar que tem de se manter os laços com as Comunidades. De um modo geral, os filhos dos nossos emigrantes estão menos interessados do que os netos na sua terra de origem, afirmando que existem muitos deles, que vivem nos E.U.A, e não pretendem voltar a Portugal.

Muitos emigrantes não têm nacionalidade americana, o que impossibilita o direito de voto. Esta realidade tem levado à concretização de campanhas junto dos cidadãos portugueses, sensibilizando-os para se nacionalizarem como cidadãos dos Estados Unidos da América, mantendo a nacionalidade Portuguesa e podendo, desse modo, exercer uma participação Estatal, Municipal e Federal. Estas iniciativas foram iniciadas há oito anos atrás.

Entende que é necessário conseguir uma maior importância a nível da participação social. A Língua portuguesa é a terceira Língua nos E.U.A, não tendo uma importância singular como o Francês, Língua esta leccionada nas universidades. Constatada a inferioridade da Língua portuguesa, a FLAD desenvolveu uma campanha para o seu ensino.

Neste momento, doze mil jovens aprendem a Língua portuguesa, estando esta incluída nos testes do secundário a nível superior.

A Fundação dá bolsas para doutoramentos e estágios nos Estados Unidos. Mais afirmou que é fundamental a cooperação com a Universidade dos Açores, como por exemplo, com o Departamento de Oceanografia e Pescas, que tem realizado estudos de grande interesse a nível nacional. No que se refere às bolsas, os interessados têm que ficar sujeitos a um empréstimo, para desse modo, assumirem responsabilidades (pagamento de juros a 3%). Também existe, por parte da Fundação, uma cooperação

com os países lusófonos e africanos, através da colaboração na Conferência sobre o Oceano.

A existência da base americana nos Açores, que muitos consideram ser a única razão que originou a criação da FLAD, levou à seguinte questão:

- Quais são as perspectivas que a FLAD tem nos seus campos de acção para que exista a possibilidade de uma relação de proximidade com o Município e laboratório marítimo da Praia da Vitória?

O Presidente da FLAD respondeu que a Fundação tem que se remeter aos estatutos e que os mesmos não fazem referência aos Açores em particular. Continuou dizendo que a Fundação defende os interesses de Portugal, tendo uma relação autónoma e transparente, podendo esta instituição oferecer a sua rede de contactos.

Dentro dos apoios a prestar, e atendendo a que os meios de investimento nas Ciências do Mar são reduzidos foi decidido apoiar, em particular, o Departamento de Oceanografia e Pescas da cidade da Horta, estando cientes da sua importância para Portugal. Além deste departamento, informou existir apoios na área do Departamento de Desenvolvimento Agrário.

Informou ainda, que o Comandante Militar Americano tem demonstrado que os Estados Unidos estão dispostos a apoiar um estudo sobre um modelo para o desenvolvimento dos Açores, sendo financiado em 150 mil euros. Este projecto será liderado pelo Prof. Mário Fortuna. Concluiu dizendo que, a FLAD está disposta a financiar projectos em outras áreas.

AUDIÇÃO AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BEJA

O Presidente da Câmara Municipal de Beja, Dr. Francisco dos Santos, iniciou a sua intervenção dizendo que a Base Aérea de Beja era conhecida como a Base Alemã, realçando o facto de ter existido uma grande especulação em torno da mesma aquando da sua vinda para Beja. Na altura afirmava-se que a mesma iria trazer milhares de pessoas, além de uma fábrica de material de aviação, que foi construída, mas na prática nunca funcionou. Foi construído um bairro de habitações, que ainda existe, onde estavam instalados os militares. A Base empregava cerca de 150 civis portugueses. No que se refere ao consumo local, os militares compravam muito pouco, uma vez que eram abastecidos por material vindo da Alemanha. Atendendo à sua cultura não se davam muito com a população local, compravam muitas flores no

mercado e eram poucos os que frequentavam os restaurantes. No verão tinham o hábito de se levantarem cedo para irem à praia, estas mesmas deslocações eram efectuadas em veículos militares.

Relativamente aos 150 trabalhadores civis, tinham alojamento no bairro. Na altura do encerramento da base foi conseguido um acordo, em que foi dado um mês e meio de indemnização aos trabalhadores por cada ano de trabalho.

Uma vez que os civis teriam que abandonar as casas do bairro, a Câmara assinou um protocolo com o Instituto Nacional de Habitação (INH) para a construção de 42 fogos de venda apoiada, tendo este apoio a seguinte distribuição, 50% seria pago pelo INH, 25% pela Câmara Municipal e os restantes 25% pelo comprador.

A saída dos Alemães de Beja não teve um impacto muito negativo, uma vez que a sua vinda e permanência, fez com que o nível de vida encarecesse devido aos altos ordenados, inflacionando o mercado local. Como já afirmado atrás, os militares alemães não compravam nas lojas, não consumiam combustível nem vestuário no mercado local. Podendo-se assim concluir que a sua saída não trouxe impacto nem social, nem económico.

Na realidade, o impacto da presença na actualidade, com os militares portugueses, é muito maior.

Concluiu, dizendo que chegaram a estar na Base de Beja, cerca de 600 militares alemães, que mais tarde se deslocaram para o Canadá.

AUDIÇÃO À COMISSÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente da Comissão José Luís Arnaut, fez a apresentação e disponibilizou para a colaboração e audição da Comissão Eventual.

Informou que não existe um conhecimento suficiente dos elementos técnicos e dados sobre a situação, e solicitou informação sobre qual a pretensão desta Comissão dos Açores, pelo que solicitou uma apresentação dos elementos.

Passou a palavra ao Deputado Joaquim Ponte (PSD – Açores), que informou que os Deputados da Assembleia da República têm uma especial atenção a este assunto e ao impacto deste Acordo na Região Autónoma dos Açores, onde aproveitou para fazer uma apresentação de um Requerimento que este Deputado Joaquim Ponte e o

Deputado Mota Amaral (PSD – Açores), apresentaram nesta Assembleia há cerca de um mês.

Objectivo – Defender e Obter melhorias em relação ao sistema actual.

Foi dada a palavra ao Deputado Vera Jardim (PS), que mostrou a sua preocupação sobre o impacto Laboral na ilha Terceira, e a sua admiração sobre a falta de ratificação do Acordo Bilateral, pelo que irá insistir junto do Governo para a respectiva revisão, tendo solicitado maiores esclarecimentos e uma exposição sobre a situação actual, uma vez que a desconhece.

No entanto, prevê que não serão possíveis melhorias substanciais, mas encontram-se os membros da Comissão disponíveis para se empenharem neste sentido, designadamente ao nível do reconhecimento do Acordo Laboral.

De seguida, pediu que fosse dada a palavra ao Deputado Renato Leal, que demonstrou igualmente a sua preocupação quanto à situação actual, referindo o facto de poder ser aproveitado este Acordo, uma vez que não sendo renegociado deverá ser melhor potenciado.

Relativamente à FLAD, entende que esta deveria ter uma atenção maior aos aspectos relacionados com os Açores, devendo haver um maior acompanhamento efectivo, nomeadamente a criação de uma Delegação nos Açores.

Solicitou a palavra a Deputada Helena Pinto (Bloco de Esquerda), declarando que as questões fundamentais são;

-A necessidade que os E.U.A. respeitem este Acordo, como sendo um Acordo entre dois Estados;

-Que o Acordo Laboral, deveria respeitar as Leis Laborais Portuguesas;

-Que a questão da substituição dos trabalhadores portugueses por americanos (nomeadamente pelos familiares dos militares), deverá ser objecto de análise.

O Deputado Ricardo Rodrigues (PS), declarou que se trata de um assunto de importância nacional.

O Presidente da Comissão, passou a palavra aos Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

O Deputado Clélio Menezes, afirmou que deve existir uma Coordenação e concentração de esforços para uma melhor solução. Informou que o objectivo é

avaliar o que existe, e não para já exigir um novo Acordo, porque o essencial do Acordo é a Base, e os seus postos de trabalho.

Afirmou que é também importante para os E.U.A. pela posição estratégica no Atlântico (porta-aviões), e entendendo que Portugal também tem benefícios da existência da Base nos Açores, nomeadamente ao nível do seu posicionamento no mundo ocidental.

Referiu ainda o facto do Acordo não ser rectificado pelo Congresso Americano, solicitando que a República tomasse um maior conhecimento de toda a situação, concluiu, afirmando a necessidade de uma posição séria e responsável, forte de ambas as Assembleias.

O Deputado Francisco Coelho informou que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista viabilizou a existência desta Comissão proposta pelo PSD com o objectivo de conhecer melhor este Acordo. É necessário aprofundar a cooperação técnica e logística com os E.U.A. e valorizar a importância de postos de trabalho, aplicando a Lei portuguesa, nas actualizações Salariais previstas no Acordo.

Que é necessário verificar o impacto ao nível Económico e Social, junto de outras entidades públicas locais (ex: para a Câmara Municipal da Praia da Vitória), atendendo a que existe uma quebra de receita – Imposto Municipal de Circulação, que não é cobrado aos americanos.

Concluiu afirmando que a Região Autónoma dos Açores considera importante este Acordo.

O Presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros, na Assembleia da República mostrou a disposição da Comissão em colaborar institucionalmente, e servir de elo de ligação junto dos órgãos da república, afirmando terem ficado mais sensibilizados em relação a esta matéria, e que irão proceder a diligências junto do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

AUDIÇÃO AO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DOS TRANSPORTES, TURISMO E OUTROS SERVIÇOS DE ANGRA DO HEROÍSMO

O senhor Paulo Borges, dirigente do Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e outros serviços de Angra do Heroísmo, informou que as lutas laborais relativas à Base das Lajes já têm mais de três décadas, e que ao longo dos anos impuseram-se regras, de onde surgiram regulamentos e acordos passando a existir

um novo tipo de relacionamento entre patronato e trabalhadores. Relativamente aos tribunais portugueses entende ser necessário que os Norte – americanos acatem as suas decisões, designadamente no que concerne ao artigo 13º do Acordo Laboral, que faz referência à revisão salarial.

Atendendo à possibilidade de revisão do Acordo, afirmou que o Sindicato tinha uma proposta, que por sua vez foi entregue à Comissão Bilateral. Este documento é uma tentativa de se alterar uma série de situações. Sendo a questão do acesso aos tribunais e a revisão salarial os problemas mais importantes, não deixou de referir que existem outras questões que estão relacionadas com a ocupação de postos de trabalho por civis Norte-americanos, concluindo que este facto é uma realidade que os preocupa e faz parte das preocupações do Sindicato.

Relacionado com o Acordo, no que concerne aos direitos concedidos aos trabalhadores de se reformarem com o bónus de 10 anos de segurança social, informou que foram propostas medidas para resolver esta situação como a Lei 32/96, que prevê a reforma aos 35 anos de serviço. Esta Lei está em vigor, mas os Norte-americanos continuam a querer afastar trabalhadores dos seus postos de trabalho. No seu entender, a alteração desta situação passa pela alteração do acordo. No entender do Sindicato, se terminar a legislação em vigor, ficam os trabalhadores numa situação bem pior. Mas esta legislação só deve ser usada em último caso. A legislação em vigor não pode desaparecer sem alternativas, e a questão de fundo passa pela revisão do acordo.

Foi perguntado se os americanos se preparam para despedir mais trabalhadores, e se o sindicato tem disso conhecimento. Respondeu que sim, que há trabalhadores que estão a ser convidados a sair.

Concluiu, afirmando que as principais questões dizem respeito à revisão do Acordo, ao cumprimento do artigo 13º, dada à sua reiterada violação na revisão salarial, trazendo prejuízos directos para os trabalhadores. A actual situação leva ao pagamento de mais reformas antecipadas ficando o Estado português prejudicado.

No que se refere aos tribunais, não há capacidade para fazer cumprir as suas decisões, existindo duas sentenças do Tribunal da Praia que não foram acatadas.

(Diversos documentos entregues - Anexos II)

O senhor Paulo Ferreira, na qualidade de Presidente da Associação Agrícola da ilha Terceira, fez um historial retrospectivo da presença americana na ilha Terceira, informando que nas décadas de 70/80, os americanos abasteciam-se na Unicol, adquirindo cerca de 3.500 litros de leite, fornecendo as embalagens para o acondicionamento do mesmo, além de outros produtos na área dos lacticínios. A partir da década de 90, derivado a exigências de certificação e qualidade, começaram a importar estes produtos da Alemanha.

Mais informou que, na actualidade, as empresas da Ilha possuem condições e certificação suficiente para proceder ao fornecimento destes produtos, como também de carne. Contudo, não existe por parte das Forças Armadas Americanas a manifestação dessa intenção, nem as Associações têm feito essa aproximação. Concluída a apresentação, foi posta à consideração dos deputados a possibilidade de apresentarem algumas questões.

Por alguns deputados foi considerado que não devem ser só as associações a tentar vender os seus produtos, cabendo também ao Governo Regional essa promoção. A Comissão informou que as Forças Armadas Americanas fazem aquisições globais para distribuição por todas as bases na Europa, não tendo, num passado ainda recente, os produtos locais os padrões higio-sanitários.

Informou ainda que a Associação Agrícola dos Açores, no ano de 2003, reuniu com o conselheiro americano para a agricultura na Europa, estando presentes entidades portuguesas e o Cônsul Americano, com o objectivo de propor que a aquisição de carne e lacticínios ocorresse no mercado local, atendendo a que actualmente os produtos respeitam as normas higio-sanitárias, de acordo com as ISO Internacionais, e que no caso da carne, com a entrada em funcionamento da sala de desmancha do novo matadouro, estavam criadas as condições micro-biológicas para a venda deste produto.

AUDIÇÃO AO PRESIDENTE DA CÂMARA DO COMÉRCIO DE ANGRA DO HEROÍSMO

O Presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, senhor Sandro Paim, iniciou a sua intervenção referindo que a presença americana repercute-se num impacto directo de 950 postos de trabalho e indirecto de 2900, o que representa cerca de 81.000 milhões de dólares.

Referiu, que no caso dos empreiteiros, as normas americanas são dissonantes das europeias, e que os americanos contratam fora da Ilha algumas empreitadas, com prejuízo dos locais.

De seguida, os deputados puseram algumas questões:

-Se estava na agenda a captação de novas escalas técnicas para o aeroporto e em que se baseavam os estudos actuais;

-Quais as oportunidades de negócio que têm sido suscitadas e qual o esforço da CCAH para a venda de produtos.

Tendo sido a Comissão informada que os americanos alteraram o seu modo de trabalho, concessionando serviços, e os empresários portugueses têm nova atitude, não existindo contactos para fornecimento de materiais. Relativamente às escalas técnicas, os números apresentados baseiam-se num estudo com seis anos, concluindo que, atendendo à isenção de impostos, prevista no Acordo, devia a Região ser ressarcida destes montantes.

Defendeu que os empresários da região devem ser os principais fornecedores do destacamento norte-americano da Base Aérea das Lajes.

Existe uma série de problemas e normas que são extremamente rígidas por parte da legislação americana e que tem a ver com a questão da qualidade alimentar, saúde e segurança. Nesta área, assegurou que a Câmara do Comércio e Indústria vai, por isso, informar e formar os empresários açorianos para poderem mais competitivos e ganharem mais concursos junto das Feusaçores. A instituição está preparada para dar formação, se tal for necessário, aos agentes económicos locais que estejam interessados em vender aos militares um conjunto de produtos das Ilhas.

AUDIÇÃO AO COORDENADOR DA UNIÃO DOS SINDICATOS DE ANGRA DO HEROÍSMO

O Coordenador da União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo, senhor Vítor Silva, iniciou as suas declarações dizendo que um dos maiores problemas do Acordo consiste na constatação de que o processo de resolução dos conflitos é moroso, pouco eficaz e não defende os trabalhadores e que os processos disciplinares acabam normalmente em despedimentos, existindo processos com 18 anos nos tribunais. Que continua a verificar-se a contratação de civis norte americanos e esposas de militares,

que ocupam postos de trabalho de civis portugueses, o que é proibido pelo artigo 5º do Acordo e pelo artigo 25º do código de trabalho, mas que a Inspeção de Trabalho não tem poder nenhum.

Por outro lado, lamentou o facto do grupo de trabalho recentemente criado pelo Governo Regional não ter qualquer representante da área laboral. Lembrou ainda que as aquisições de todos os produtos não pagam IVA nem IRC, e que o problema laboral das Lajes só pode ser resolvido através de uma solução política, e que o actual Acordo da Base das Lajes foi efectuado sem participação dos representantes dos trabalhadores. Afirmou ainda que a FLAD só adquire obras de arte e imóveis e não beneficia os Açores e que 73 milhões de dólares das contrapartidas do Acordo, foram para reequipamento das forças armadas.

Tendo de seguida os deputados posto algumas questões:

- Níveis de responsabilidade do acordo;
- Substituição de trabalhadores;
- Trabalhadores e condições;
- Quantos postos de trabalho são ocupados pelos americanos;
- Qual a percentagem do aumento dos salários;
- Se existe actualmente Comissão de Trabalhadores.

Foi respondido que, nas cantinas (BX's) existem familiares dos americanos a ocupar lugares que eram ocupados pelos portugueses. Não é possível quantificar os postos de trabalho ocupados. A actualização salarial foi cerca de 2,5% de aumento, e que de momento não existe comissão de trabalhadores.

AUDIÇÃO AO COMANDANTE DA GNR DE ANGRA DO HEROÍSMO

O Representante do Comandante da GNR de Angra do Heroísmo, Alferes Paulo Vieira, iniciou as suas declarações referindo que a verificação de documentos de entrada de mercadorias naquela base militar é sempre feita em coordenação com as autoridades americanas.

Relativamente ao controlo de entrada de droga ou outros produtos no país, atendendo a que as Lajes são uma porta de entrada para a Europa, os procedimentos são também coordenados com as Autoridades militares

Informou ainda que, a força aérea procede a missões de controlo no âmbito da protecção civil, busca e salvamento, verificando-se prontidão na resposta.

Mais informou que, no seu entender, deveriam ser verificados os contentores de carga, para controlo da eventual passagem de estupefacientes.

Passou-se de seguida a palavra aos deputados membros da Comissão para solicitarem esclarecimentos;

-se a Brigada Fiscal promove a fiscalização das mercadorias;

-Qual a periodicidade das fiscalizações;

-Se é fiscalizada toda a mercadoria que desembarca;

-Se os americanos colocam dificuldades aos trabalhos inspectivos;

-Se os estupefacientes podem passar nos contentores;

Tendo sido respondido: que é realizada uma fiscalização às mercadorias, com verificação documental. Que as fiscalizações realizam-se quinzenalmente. Que os americanos colaboram normalmente ao nível documental e que a mercadoria é verificada em conjunto com a alfândega; relativamente aos estupefacientes, poderem passar nos contentores, afirmou que não lhe parece provável.

AUDIÇÃO AO DIRECTOR DE FINANÇAS DE ANGRA DO HEROÍSMO

O Director de Finanças de Angra do Heroísmo, senhor Alberto Carreiro, afirmou que o Acordo de 95, só alterou o imposto de transacção para IVA, e que existe uma perda de receitas, derivadas do acordo da Base das Lajes, provenientes das isenções fiscais, e que não se conhece a quantificação do impacto em termos de receita, atendendo a que o processo declarativo tal não esclarece. Estas isenções, são ao nível do IVA, nas exportações, nos impostos sobre o rendimento, tendo a mesma configuração do tratamento fiscal com a Nato. A dificuldade de quantificação reside no facto dos serviços prestados à BA4 serem a nível nacional, misturando-se as isenções com as ocorridas ao abrigo da Nato. Assim, não se consegue identificar as receitas cobradas, nem os operadores económicos que interagem com aquela Base Americana, ficando a administração fiscal sem a possibilidade de tratar esses elementos isoladamente.

Mais informou que os operadores económicos com mais peso situam-se na área da construção civil e prestação de serviços.

De seguida, foi dada a possibilidade aos deputados da Comissão colocarem questões para esclarecimento:

- Qual a legislação que controla estas situações;
- Quando se fala em perda de receitas, refere-se às isenções fiscais;
- Porque é que as empresas não pagam impostos;

Respondeu que, da mesma maneira que os cidadãos americanos não pagam impostos, como por exemplo o imposto municipal de veículos; lembrou ainda que não existem licenciamentos nas obras dentro da Base das Lajes, o que promove uma diminuição na receita.

As isenções fiscais traduzem-se em isenções económicas. Lembrou contudo, que existe um conjunto de trabalhadores que geram receitas por via dos vencimentos. Que estas isenções estão ao abrigo do acordo, podendo parecer estas receitas pouco importantes ao nível nacional, mas são importantes para a Região. E que é muito difícil quantificar a perda de receitas, mas que estas estão conforme o acordo de 1995, tendo só sido alterado o imposto de transacção para IVA.

AUDIÇÃO AO PRESIDENTE DO NÚCLEO DE AMBIENTE DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES

O Núcleo de Ambiente da Universidade dos Açores, representado pelos Senhores, Miguel Pontes e Paulo Silveira, declararam que os americanos produzem detritos e lixos, com custos ambientais para a região. Lembraram que o aterro controlado da ilha Terceira, tem um tempo limitado de vida útil. Informaram que não sabem se o Acordo tem alguma parte relativa dos resíduos produzidos. Deram a conhecer a existência de um projecto-piloto de resíduos bio-degradáveis que preconiza a compostagem dos mesmos. Que pretendem proceder a um estudo sobre resíduos agrícolas. Lembraram ainda que o problema da introdução de asbestos na Ilha pelos norte-americanos, dizendo desconhecer se existe tratamento para os mesmos, ou se simplesmente são exportados. Disseram ainda que a base tem uma forte componente de poluição atmosférica e poluição sonora. Referiram que gostariam de saber de quem é a responsabilidade do desmantelamento dos tanques de combustível abandonados e inutilizados. Afirmaram que estão sendo contaminados os lençóis

freáticos, e que é necessário proceder ao controlo da emissão do ruído provocado pelas aeronaves no aeroporto das Lajes.

AUDIÇÃO AO PRESIDENTE DA DIRECÇÃO DA SOCIEDADE ESPELEOLÓGICA “OS MONTANHEIROS”

O Presidente da Direcção da Sociedade de Exploração Espeleológica “Os Montanheiros”, Eng. Paulo Barcelos iniciou as suas declarações afirmando que a presença americana nas Lajes tinha contribuído para a entrada de asbestos na Ilha, assim como a entrada de pragas e insectos, não existindo fiscalização, nem estudos sobre espécies introduzidas na área da floricultura dentro do espaço da base, e não sendo obrigatórias inspecções, assim como para a produção de resíduos, o que entende ser uma falha do Acordo.

Referiu, ainda, que a sociedade apresentou uma candidatura no sentido de envolver a força americana na aquisição da colecção espeleológica, o que não foi aceite.

Concluiu referindo que existe um deficit de cooperação e de relacionamento com a comunidade local, sendo, nessa medida, importante haver uma entidade interlocutora para efeitos de promover contrapartidas do Acordo para entidades locais.

Concluída a apresentação, passou-se a palavra aos deputados presentes para porem questões:

-Se existem mapas de poluição sonora, assim como de quantidades de óleos e químicos e como são tratados;

Respondeu que não sabe se existe uma carta de som nem mapa de óleos, nem sabe se os resíduos são tratados e exportados.

AUDIÇÃO À ASSOCIAÇÃO DO AMBIENTE GÊ-QUESTA

A Associação do Ambiente GÊ-QUESTA, representada pelo Engº Hugo Silva e Senhor Paulo Lobão, informou que, do ponto de vista de impactos ambientais, que decorrem da presença americana na ilha Terceira, teceu as seguintes considerações:

-A ocupação de terrenos, para fins próprios do Acordo, alguns dos mais férteis da Ilha;

-Os despejos de lixo na caldeira a céu aberto;

-As drenagens de efluentes residuais, em linhas de água;

-A rotura de uma das linhas de combustível entre o aeroporto e a pista, estando a chegar ao lençol freático;

- O derrame de combustíveis, visível na zona do Paul;
- Que a importação de madeiras deve ser fiscalizada, atendendo ao problema das térmitas;
- Que a importação de plantas dos EUA que serviram para a cimeira da Base das Lajes, não foram destruídas após o uso, podendo ser elemento de contaminação de novas pragas;
- Que a aterragem nocturna, provoca ruído nas imediações do aeroporto, prejudicando a tranquilidade e descanso dos residentes;
- Que a abertura de furos de água, necessitam de acompanhamento/controlo, para prevenir a intrusão salina no lençol de água;
- A introdução de pragas, alterando a vida dos residentes na Ilha, opinando que deveria existir controle, atendendo a que em consequência tem existido um impacto negativo económico na agricultura (v.g. escaravelho japonês);
- A necessidade de avaliação dos impactos ambientais, e se a desactivação de paióis no interior da ilha, foi objecto de avaliação da possível presença de materiais radioactivos.

AUDIÇÃO AO MINISTRO DA DEFESA

O Ministro de Defesa, Dr. Luís Amado, e os membros do seu gabinete – General Luís Araújo – Director Geral da Política de Defesa Nacional, Dr. Paulo Lourenço assessor diplomático do Ministério da Defesa, Dr. Bernardo Calheiros da Comissão Bilateral do Acordo de Defesa e Dr. Ricardo Gomes do Acordo Laboral, deram as boas vindas à Comissão, convidando os presentes a apresentarem as questões. O deputado Dr. Francisco Coelho, apresentou uma retrospectiva histórica do acordo da Base das Lajes, acentuando algumas das questões mais sensíveis do processo, tais como a questão laboral, atendendo a que se trata de um dos maiores empregadores da ilha Terceira. Lembrou que existe um conjunto de questões nesta área que foram identificadas em audições anteriores com diversas entidades que merecem uma atenção do ponto de vista do Acordo.

O Ministro da Defesa, respondeu dizendo que tinha muito gosto em receber a Comissão, mas que as questões referidas, devem ser tratadas com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Referiu que relativamente á Defesa, que em breve se iria dotar a base aérea nº 4 com novo equipamento, substituindo o aviocar e os helicópteros, dando assim melhores condições operacionais ao trabalho ali desenvolvido, nomeadamente nas missões de “busca e salvamento”.

AUDIÇÃO AO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Dr. João Gomes Cravinho, declarou que não conhecia bem a temática relacionada com os concretos impactos locais decorrentes do Acordo das Lajes, mas que aproveitaria a oportunidade para também se inteirar melhor das questões, fazendo-se acompanhar pelos Drs. Ricardo Pracana e Diogo Franco. Pelo deputado Dr. Francisco Coelho, foi feita uma intervenção inicial do ponto da situação, lembrando, por exemplo, que os militares Norte-americanos no concelho da Praia da Vitória estão isentos do pagamento do imposto municipal automóvel, e que tal resulta num tratamento desigual para o respectivo município. Das questões de relevo, referiu a questão ligada á matéria laboral, principalmente no que se refere ao cumprimento da actualização salarial, as questões relacionadas com o singular acesso dos trabalhadores portugueses à Justiça Portuguesa, e a ocupação de postos de trabalho na base das Lajes por dependentes dos militares americanos.

Lembrou que decorre da existência desta Base Militar na ilha Terceira, particulares questões ligadas à segurança, e referiu a necessidade da FLAD ter um comportamento mais pró-activo em relação à Região Autónoma dos Açores.

O Dr. José Fernando Gomes questionou sobre, quais as contrapartidas que o Estado Português obtém pela utilização da Base das Lajes, solicitou informação sobre as isenções fiscais concedidas aos norte-americanos e referiu-se à poluição sonora proveniente da utilização do Aeroporto sobre a cidade da Praia da Vitória.

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros agradeceu e pediu ao Dr. Ricardo Pracana, para proceder aos esclarecimentos. Este informou que no espírito do Acordo não existem contrapartidas pela utilização da Base das Lajes, mas sim programas de cooperação, com regulamentação específica para os Açores.

Lembrou ainda que, alguma da cooperação decorrente do Acordo, tem a ver com o Estado, como o caso dos aviões F16, que servem para a defesa de todo o território nacional.

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros solicitou que quando o relatório com as conclusões desta Comissão estiver pronto lhe seja remetido para avaliação das possíveis recomendações.

Lembrou ainda que na reunião da Comissão Bilateral estão em análise, entre outros, programas de cooperação com os Açores, tais como: formação de quadros, protecção civil, emergência médica, formação leiteira, criação de um museu aeronáutico e alargamento da placa de estacionamento de aviões no aeroporto civil das Lajes.

AUDIÇÃO AO COMANDANTE DA ZONA AÉREA DOS AÇORES

O Comandante da Zona Aérea dos Açores, General Alfredo Cruz, iniciou a sua intervenção informando a Comissão que fez parte da Comissão Técnica, que elaborou o Acordo da Base das Lajes em vigor.

Na sua opinião, foi conseguido um bom Acordo no que respeita à parte técnica para as duas Partes. Relativamente ao Acordo Laboral, verificou-se maiores dificuldades na consensualidade.

No seu entender, a presença dos EUA nos Açores, tem aspectos importantes, contribuindo para as boas relações existentes entre os EUA e Portugal. Lembrando a importância das Lajes durante a Guerra-fria, afirmou que, na actualidade as ameaças são outras e crê que nos próximos anos não existirá alternativa às Lajes, pelo que os Americanos estão para ficar porque em resposta ao cenário do terrorismo internacional, continuando a ser essencial a posição dos Açores. Esta posição é reforçada, no combate ao narcotráfico, armamento e emigração clandestina, que passam necessariamente ao dos Açores, não se devendo ver isto numa perspectiva isolada de Portugal, mas em face das alianças, em que a plataforma das Lajes exige uma nova postura, atendendo a que os americanos tem abandonado o conceito de grandes bases, mantendo a maioria de “presença”, mas concentrando os dispositivos na plataforma continental. Aqui o que importa é o transporte aéreo, África e Médio Oriente, atendendo a que hoje é possível aos aviões chegarem ao Médio Oriente sem passar pelos Açores, mas necessitando sempre de se reabastecer, servindo as Lajes também de apoio ao tráfego civil em emergência durante 24 horas. Informou que a Base Área das Lajes emprega cerca de 950 pessoas, e que se realizaram no último ano obras no valor de 22 milhões de dólares, repercutindo-se destes cerca de 12 milhões de dólares de impacto na economia local. Mais informou que o

destacamento norte-americano da Base das Lajes gastou, no último ano, 14,5 milhões de euros na aquisição de serviços e mercadorias no comércio da ilha Terceira, mais 1,3 milhões de euros do que em 2004, verificando-se que este aumento corresponde ao volume de compras de mobiliário e aquisição de materiais de construção civil com as obras que estão em curso na base militar. O investimento, até ao momento de 16,3 milhões de euros na reconstrução de um quebra-mar no porto americano, destruído pelo mau tempo em 2000, e a construção de um novo centro de prontidão militar, orçado em 715 mil euros, são as principais obras em curso.

A construção e reparação de habitações e a construção de um novo centro de combate a insectos e outras pragas, orçado em 560 mil euros, têm aumentado as despesas americanas na área da construção civil.

Para além da construção civil, que absorveu 9,1 milhões de euros do total gasto pelos norte-americanos, os serviços e comércio renderam aos empresários locais negócios no valor de 3 milhões de euros.

Serviços de limpeza, jardinagem e estiva renderam 2,8 milhões de euros, enquanto que a venda de águas, frutas, ovos, vegetais, peixe, flores, plantas e pão garantiu um negócio de 200 mil euros.

As restantes verbas foram gastas na aquisição de mobiliário, material de escritório e informático.

Os norte-americanos não adquirem no mercado local produtos lácteos. Para isso, as empresas de lacticínios precisam pedir uma visita sanitária às suas instalações, de forma a garantir os padrões que norte-americanos exigem para aquisição daqueles produtos.

Segundo os Norte-americanos a preferência para o mercado local traduz-se no facto de, em 2004, ter sido gasto 45,9% do orçamento da Base em produtos americanos, valor esse que baixou, em favor do mercado local, para 43,6%.

Volta a falar-se da importância geoestratégica dos Açores, a propósito da pretensão norte-americana de instalar uma plataforma de treino de aviões de combate e armamento de última geração.

Portugal é outra vez solicitado para uma especial colaboração com os Estados Unidos da América.

Um centro de treino militar nos termos referidos tem incidências políticas, aeronáuticas e até ambientais, que exigem atenta ponderação.

Na Base Aérea das Lajes estão colocados 2.200 militares e civis ao serviço das forças portuguesas e norte-americanas.

Informou ainda que está previsto o re-asfaltamento de todas as pistas. Relativamente ao tráfego total, informou que nas Lajes se registaram – 19.000 movimentos/ 9000 aviões, sendo americanos cerca de 12% e os restantes civis (sata-tap são os grandes operadores).

Concluiu dizendo que, actualmente, em 48 horas é possível duplicar o pessoal da Base.

De seguida os deputados puseram algumas questões:

-Se dispensar a Base das Lajes, tornaria para os EUA a operação mais cara, sendo a nova estratégia americana junto dos aliados, não manter grandes contingentes, mas sim, ter locais preparados para em caso de necessidades serem usados;

-Relativamente ao acordo laboral, este tem vindo a revelar-se fonte de grandes problemas, existindo actualmente 900 trabalhadores, tendo já sido 1500, sendo os problemas na área da actualização salarial, aplicação da Lei portuguesa e das decisões dos tribunais assim como a ocupação de postos de trabalhos por trabalhadores dependentes. O acordo de 1995 introduziu alterações importantes, criando as Comissões Bilateral, Técnica e Laboral. Se as alterações ao Acordo têm funcionado, e se as reclamações dos trabalhadores têm sido atendidas;

-Se os americanos não poderiam ajudar mais no campo da formação médica e busca e salvamento;

-Se a ameaça do terrorismo vai fazer com que a Base das Lajes continue a ser necessária;

-Relativamente à Comissão de Trabalhadores, se não há necessidade da sua existência, ou se eles “têm medo”;

-Qual o interesse de Portugal na Base das Lajes, se não existisse o actual Acordo.

A estas questões, respondeu o General Alfredo Cruz que o inquérito salarial é sempre uma parte crítica, à excepção de 92/93, ficando nos restantes anos sempre dentro do intervalo da média, e respeitando a legislação norte-americana segundo a

qual os americanos não podem proceder a aumentos superiores no estrangeiro do que os efectuados para a sua função pública.

Referiu ainda, a falta que, no seu entender, faz a não existência de uma comissão de trabalhadores, porque assim não existe um interlocutor para as negociações, levando a que o Comando Português se constitua como defensor dos trabalhadores por falta da comissão.

Admitiu a existência de problemas jurídicos, sendo as questões apresentadas discutidas na Comissão Bilateral Permanente, e quando não existe acordo passam para os Tribunais.

Relativamente aos cônjuges dependentes a trabalhar, não aceita que ocupem os lugares dos Portugueses, e afirmou que tem sido comunicado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros as situações conhecidas.

Declarou ainda que está sendo avaliado o Acordo Laboral, o que considera muito importante.

Relativamente ao serviço de busca e salvamento (SAR), a partir de Setembro/Outubro fica dotado com um dos melhores equipamentos que existe a nível mundo, podendo assim corresponder a qualquer situação na zona exclusiva até cerca de 350 milhas.

Relativamente à Comissão de Trabalhadores, não existe e não se constitui porque não querem. Relativamente à importância de Base das Lajes para Portugal, compete aos políticos dar essa resposta.

AUDIÇÃO AO SECRETÁRIO REGIONAL DA AGRICULTURA E FLORESTAS

O Secretário da Agricultura e Florestas, Dr. Noé Rodrigues, iniciou a sua apresentação cumprimentando os presentes, fazendo de seguida uma explanação da situação do sector na ilha Terceira. Informou ainda que muitos dos produtores de lacticínios da ilha Terceira não tinham condições para abastecer a Base das Lajes, não existindo por parte dos Americanos contactos visando a aquisição destes produtos. Mais informou que o projecto de combate à Leptospirose tem sido participado pelos Americanos.

Concluída a apresentação, foi posta á consideração dos deputados a possibilidade de porém algumas questões.

-Qual o ponto de situação do combate a pragas como o escaravelho japonês;

- Qual a cooperação através do acordo, para programas de formação dos recursos humanos na área da agricultura;
- Se dentro dos acordos de cooperação, existe algo sobre o combate à brucelose, e organização de workshops sobre temas como a Leptospirose.
- Se no âmbito agrícola, a Região precisa de cooperação na procura de novos mercados e se a Secretaria da Agricultura e Florestas tem apresentado projectos de cooperação no âmbito da cinegética e técnica no campo da agricultura e sanidade;
- Se relativamente à Leptospirose, em que é que se tem traduzido a cooperação entre os EUA e Portugal, e quais as razões para a não aquisição de produtos hortícolas no mercado, atendendo a que particularmente o fazem;
- Qual o ponto de situação do combate à praga do escaravelho japonês, e quais as portarias que estão em vigor, e se estão analisados os problemas económicos que causa à Terceira.

O Secretário da Agricultura e Florestas declarou, que a insatisfação das organizações produtoras é antiga, atendendo a que a Base das Lajes não é cliente dos produtos agrícolas da Ilha. Relativamente ao escaravelho japonês, decorre da abertura da Ilha ao Mundo, e num processo de globalização, não existindo cooperação por parte dos Americanos. Informou ainda, que a formação dos agricultores está prevista no Acordo. Mais Informou que, em matéria de cooperação, no caso do combate à brucelose têm existido avanços positivos, referindo que foi financiado um estudo, através do Acordo da Base das Lajes. Quanto ao abastecimento de factores de produção, há operadoras que estão no mercado dentro das regras da União Europeia, e sobre os produtos autorizados informou não conhecer a estratégia de venda por parte dos operadores do mercado local. Afirmou ainda que a cooperação americana ao nível da sanidade animal traduz-se numa importante cooperação técnica e científica.

AUDIÇÃO AO DELEGADO DOS SERVIÇOS DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS DA TERCEIRA

Pelo Presidente da Comissão, foram dadas as boas vindas e apresentado o âmbito destas audições.

O Dr. João Lima, Delegado dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras da ilha Terceira, iniciou a sua apresentação cumprimentando os presentes, fazendo uma

apreciação do serviço que o organismo que tutela executa e referindo que genericamente se situa no âmbito das entradas e saídas dos estrangeiros, concedendo vistos e autorizações de permanência a cidadãos estrangeiros.

Mais informou que para os serviços não existe um quadro definido, mas que no momento são sete inspectores-adjuntos e um inspector principal. Referiu que no controle e fiscalização que efectuam, tem existido diálogo com os americanos, deslocando-se grupos ao terminal norte-americano para controlo. Adiantou ainda que, no âmbito do Acordo, as relações são através do Comandante da Zona Aérea dos Açores, seguindo-se as normas do Acordo de Schengen nos restantes casos. Relativamente aos níveis de alerta, estes processam-se de acordo com o sistema informático adoptado, sendo verificados caso a caso. No que concerne às marinas, afirmou não existir uma preocupação especial, tendo em conta a falta de pessoal, com que o serviço se debate, e porque existem na região outras entradas marítimas, como Horta, Ponta Delgada e, na Terceira, as de Angra e Praia da Vitória.

AUDIÇÃO AO DR. ARMANDO MENDES AUTOR DO ESTUDO “OS AÇORES NOS CENÁRIOS PÓS GUERRA-FRIA”

O Dr. Armando Mendes, Mestre em Relações Internacionais, realizou um estudo para a Comissão Eventual – Impacto na RAA do Acordo entre Portugal e os EUA, denominado “Os Açores nos cenários pós Guerra-fria”, que se anexa. (Anexo III). Nas suas conclusões afirma: “Portugal, pelo menos na época contemporânea, vai buscar aos sistemas internacionais os recursos materiais e imateriais de que necessita para a prossecução de políticas, estratégias e modos de vida próprios que não poderiam ser levados a cabo doutra forma. Essa captação de recursos parece estar acima das capacidades que seriam normais para um pequeno poder.

Trata-se de uma disfunção peculiar que conta com múltiplos agentes. No caso que mais nos importa, a posição geoestratégica dos Açores, sintetizada nas funções desempenhadas pela Base das Lajes, é o agente essencial através do qual Portugal se relaciona com a única potência global saída da Guerra-fria. No âmbito dessa relação, Portugal acede a recursos materiais e imateriais que doutra forma não estariam ao seu alcance.

A análise dos discursos produzidos à volta da negociação do Acordo de Cooperação e Defesa, também conhecido por Acordo das Lajes, assinado entre Portugal e os EUA

em 1995 e que começou a ser negociado em 1991, permite concluir que Portugal pode usufruir da disfunção como que por inércia do sistema. Portugal, no período das negociações, nunca percebeu a importância da Base das Lajes para a estratégia norte-americana pós Guerra-fria. Mesmo assim, os EUA acabaram por conceder a Portugal contrapartidas materiais (cedência de material militar sem custos de aquisição e formação de quadros militares) e imateriais (participação de Portugal em momentos importantes de decisão sobre a condução dos destinos globais) importantes para a prossecução de objectivos nacionais, como sejam o reequipamento e a formação das forças armadas e a visibilidade da diplomacia portuguesa. O Acordo das Lajes, que deveria ter sido revisto em 2000, mas entrou nesse ano em prorrogação anual automática, continua a render a Portugal vantagens de alto significado, mesmo fora do que ficou acordado em 1995, como sejam, para citar apenas as de maior significado, a cedência de fragatas para a Marinha ou a participação de empresas portuguesas na reconstrução do Iraque. Ao nível interno, Portugal optou por privilegiar sobretudo a Defesa — isto porque as contrapartidas imateriais são difíceis de quantificar, embora se afigurem decisivas quando Portugal necessita de se afirmar no sistema internacional -, excluindo os Açores das contrapartidas norte-americanas, apesar de a Constituição portuguesa garantir às regiões autónomas a participação nos benefícios resultantes dos acordos internacionais que lhes digam respeito, como é o caso do Acordo de Cooperação e Defesa/Acordo das Lajes de 1995. O descontentamento açoriano, primeiro virado para os EUA, tem vindo a virar-se para Lisboa, sendo real o risco de eclodir um conflito político importante entre os Açores e Lisboa.

A análise prospectiva dos interesses norte-americanos, que ligamos ao acesso ao petróleo enquanto recurso essencial às democracias industrializadas, cruzada com as estratégias em definição e os meios militares previsivelmente disponíveis, que concedem à Base das lajes um importante papel como base de rota, permitem concluir que a posição geoestratégica dos Açores continuará a desempenhar um papel essencial enquanto recurso da disfunção nacional capaz de potenciar a aproximação entre Portugal e a única potência global e de, por essa via, promover a captação no sistema internacional de recursos, que Portugal venha a considerar importantes para a prossecução dos seus objectivos.

No caso específico do Acordo Laboral, os interesses dos trabalhadores, pelo menos aqueles que se consideram inalienáveis num Estado de Direito — entre eles o acesso à Justiça — foram sacrificados em troca da promoção de outros interesses portugueses, entre eles e em destaque, o acesso a material norte-americano sem custos de aquisição. A indefinição sobre o grau de imunidade de um Estado perante a justiça de outro Estado foi a pedra de toque que permitiu construir um acordo híbrido, com laivos de surrealismo e que não protege suficientemente os direitos mínimos que o Estado português reconhece aos céus cidadãos, nem garante de forma satisfatória a continuidade de uma força laboral significativa portuguesa nas Lajes.

A distinção, aceite já, de forma inequívoca, na jurisprudência portuguesa entre funções de soberania e funções de gestão permite perspectivar uma correcção ao Acordo Laboral que não só resolva o grave problema do acesso à justiça por parte dos trabalhadores, como, através de um acordo entre partes de valor jurídico igual, ultrapasse o problema, muito sério, da existência de um documento com valores diferentes para os dois países”.

Ouvido pela Comissão, fez uma apresentação do trabalho que produziu, referindo a importância dos Açores no contexto nacional, e falou sobre o acordo com os EUA de 1995, opinando que a importância desta Base se mantém. Falou sobre a questão laboral, e, no seu entender, não está acautelado no Acordo, a obrigação dos Americanos respeitarem as decisões da Justiça Portuguesa, e que estes, na prática, não reconhecem o Acordo, pois não foi ratificado pelo Congresso. Que o Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os EUA devia ter sido revisto em 2000, mas não foi. E ninguém sabe ao certo o que trouxe ou traz a Portugal: recebemos armas (no valor de 173 milhões de euros, mais que o acordado, dizem) e 950 empregos nos Açores (menos que antes).

Mas os EUA mantêm acesso privilegiado a um inestimável porta-aviões no meio do Atlântico.

Washington designa-o de “Acordo das Lajes”, pois sem a «65th Air Base Wing» (para nós Base Aérea nº 4) o Acordo não existiria. Para nós o Acordo tem estatuto de Tratado Internacional, obrigando o Estado mal foi ratificado pela AR, em 1995. Mas os EUA distinguem entre Tratados, ratificados pelo Senado e vinculativos, e 'acordos

executivos' entre governos. O Senador, Joe Biden, Presidente da Comissão de Relações Externas do Senado, confirmou-me que o Acordo "não tem força de lei americana em carta de que dei conhecimento ao Governo".

O Acordo das Lajes é, pois, apenas um “acordo executivo”: Washington só cumpre o que lhe convém. Não respeita, por exemplo, o previsto na componente Acordo Laboral sobre aumentos salariais. Isto apesar do Acordo estipular os direitos e deveres dos portugueses empregados na Base das Lajes, que não usufruem assim da lei nacional. O Acordo proíbe até a filiação sindical e, mais escandaloso ainda, estabelece um complexo – e inconstitucional – processo para impedir o recurso aos tribunais portugueses na resolução de disputas laborais.

O arbítrio instila precariedade e medo entre os trabalhadores da Base, como se viu recentemente a propósito de interrogatórios conduzidos pelo OSI (Office of Special Investigations da Força Aérea Americana), entendidos como meio de intimidação (para quem se dispusesse a falar sobre problemas laborais ou transferências de prisioneiros).

No Acordo de 1995 os Açores nada ganharam, além dos empregos na Base. Armando Mendes no artigo «A Acta escondida do Acordo das Lajes» (publicado no "Diário Insular" em 25.2.2007) nota que a promessa dos EUA de acabar com a praga do escaravelho japonês (introduzida pelos próprios americanos) não foi cumprida; a promoção do fornecimento de bens e serviços açorianos ao contingente americano na Terceira e da exportação de produtos açorianos para os EUA está por fazer; a dragagem de portos e o reboque de barcos foi levada a cabo apesar dos EUA, ao contrário do especificado no Acordo. Quanto à acção da FLAD, financiada por transferências do anterior Acordo (1983), são poucos os benefícios contabilizados pelos Açores; só recentemente um açoriano, Mário Mesquita, penetrou na direcção da FLAD.

É inaceitável a passividade face ao desequilíbrio, com prejuízo nosso. Precisamos de rever o Acordo e de saber defender os nossos interesses na renegociação. Importa ter o Governo Regional dos Açores à mesa. E obter contrapartidas direccionadas também para desenvolver o potencial científico, económico e outro dos Açores, no quadro das estratégias portuguesa e europeia para o Mar. Importa estudar os acordos que os EUA têm com Espanha, Itália, Turquia, etc. E, interiorizar que os desafios geo-

estratégicos que hoje se enfrentam, incluindo a actuação do terrorismo em África, tornam cada dia mais relevante – para os EUA e para a UE - o gigantesco porta-aviões das Lajes; como confirmam, de resto, vultuosos investimentos que Washington tem em curso na Base. Renegociar implica fazer lobby no Congresso, onde sopram ventos que deveríamos aproveitar para exigir que o Acordo seja ratificado pelo Senado. Não se trata de nos queixarmos dos EUA, que cuidam de defender os seus interesses. Cabe a Portugal defender os seus. E, para isso, é preciso que os nossos governantes, diplomatas e militares deixem de confundir lealdade para com o aliado americano com subserviência e falta de ambição.

AUDIÇÕES AOS EURODEPUTADOS (PAULO CASACA E DUARTE FREITAS)

Foram promovidas audições aos Eurodeputados, Dr. Paulo Casaca e Dr. Duarte Freitas.

Das intervenções proferidas, regista-se uma apreciação da importância geoestratégica da Base das Lajes, e da sua utilização em vários conflitos internacionais pelos EUA, sendo consensual a sua importância como grande empregador na ilha Terceira, e gerador de mais valias económicas.

AUDIÇÃO AO SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

O Secretário Regional dos Assuntos Sociais, Dr. Domingos Cunha, fez uma apresentação das relações do sector com a Base das Lajes.

Informou que na área da saúde o Hospital de Santo Espírito em Angra do Heroísmo, deu assistência a cidadãos e militares norte-americanos num montante que, no ano passado, atingiu os 70 mil euros. Os serviços hospitalares mais utilizados foram os de traumatologia, obstetrícia e ginecologia.

Por outro lado, informou que os descontos para a Segurança Social dos portugueses ao serviço do destacamento militar norte-americano na Base das Lajes, somaram 21,6 milhões de euros nos últimos quatro anos. No último ano, os descontos para a Segurança Social situaram-se nos 5,3 milhões de euros, menos 200 mil euros de que no ano anterior.

Relativamente à possibilidade de vir a ser possível uma cooperação para a assistência a cidadãos portugueses em unidades de saúde dos Estados Unidos, afirmou ser difícil atendendo a que os sistemas de saúde são muito diferentes.

AUDIÇÃO AO PROFESSOR MÁRIO FORTUNA

O professor Mário Fortuna, foi autor de um estudo encomendado pela FLAD sobre o impacto económico da presença norte-americana nos Açores, pelo que se julgou importante, no âmbito do presente trabalho, proceder à sua audição.

O Professor Fortuna afirmou que o destacamento militar norte-americano na base das Lajes tem um impacto de cerca de 1% por cento do Produto Interno Bruto (PIB) dos Açores, o que representa uma injeção na economia regional de 30 milhões de euros; Que promove cerca de 900 postos de trabalho na Base das Lajes e uma presença de três mil Norte-americanos em permanência que, em comparação às receitas do Turismo na ilha Terceira, que rondaram cerca de oito milhões de euros no último ano, só os vencimentos dos trabalhadores portugueses na Base das Lajes rondam os 20 milhões de euros, pelo que a presença militar dos EUA tem um impacto significativo na economia açoriana e, em particular, na ilha Terceira.

Mais afirmou que o orçamento dos EUA para custear o seu estacionamento na Base das Lajes ultrapassa os cem milhões de euros, mas nem todo o valor deste montante é aplicado directamente na economia dos Açores.

Informou ainda que, de acordo com a extrapolação que fez, estima que apenas uma parte dos salários dos americanos são gastos na economia açoriana. Concluiu afirmando que seria possível aumentar a importância da presença dos EUA no PIB regional se os americanos consumissem mais fora da base e houvesse mais despesas que tivessem mais valor acrescentado nos Açores. (Documento entregue à Comissão – Anexo IV).

CONTACTOS REALIZADOS EM ESPANHA

Uma sub-comissão deslocou-se a Espanha, com o objectivo de estabelecer contactos com a realidade regional/autárquica e nacional da presença americana em solo espanhol.

Os contactos realizados em Espanha foram importantes no sentido da percepção de que existem problemas laborais e de atitude similares, e que os norte-americanos, estão investindo numa maior autonomia futura dos meios militares, podendo vir a prescindir de bases de abastecimento intermédias.

Existem, porém, algumas diferenças peculiares, que importa registar. Os trabalhadores espanhóis que trabalham nas bases americanas são funcionários do

Ministério da Defesa de Espanha, tendo uma relação directa com o seu Governo e não com os EUA. É importante referir que existe contestação à presença americana em Espanha, o que não se verifica nas Lajes.

Os autarcas Espanhóis, entendem que não têm que reivindicar nada dos EUA, porque o Acordo de concessão foi feito pelo Governo Espanhol. Em consequência, entendem que cabe a este compensar as autarquias pela ocupação do território municipal e da circulação das viaturas estrangeiras.

Ao nível de compensações económicas, a situação é igual à de Portugal, sendo efectivadas contrapartidas, ao nível militar, e de programas diversos como por exemplo intercâmbios universitários, bolsas de estudo, etc.

CAPÍTULO IV

VALIDADE DO ACORDO

No ano de 1995, o Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco Silva e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Manuel Durão Barroso, assinaram um acordo entre Portugal e os EUA, que permitiu a renovação da permissão de estacionamento de uma força norte-americana na Base Aérea das Lajes, de reconhecida importância estratégica para Washington, comprovada pelo uso intenso ao longo de décadas. Durão Barroso, proclamou o sucesso das negociações que tinham resultado num acordo tido como favorável aos interesses de ambos os países: «Entramos numa nova fase do relacionamento entre os Estados Unidos e Portugal», porque as verbas pagas pelos americanos deixam de reverter para as FAs portuguesas e passam a ser aplicadas nos Açores, em projectos sociais, educacionais e científicos. O Acordo de 1995 vigorou até 2000, altura em que, a pedido dos EUA, o Governo de António Guterres aceitou que fosse estendido por mais um ano. O Acordo tem sido tacitamente renovado até à presente data.

Evolução do número de Trabalhadores Portugueses na Base das Lajes de acordo Com os dados fornecidos ao abrigo do Art. 4 do Regulamento do Trabalho

Mês	Ano	Fundos Apropriados	Fundos não Variáveis	Número Apropriados	Número Total
31 de Marco	1990	980	493	1473	

31 de Março	1991	939	451	1390	-83
31 de Março	1992	891	315	1206	-184
31 de Março	1993	827	252	1079	-127
31 de Março	1994	762	237	999	-80
1 de Julho	1995	690	198	888	-111

31 de Outubro	1996	644	221	865	-23
31 de Outubro	1997	667	233	900	35
31 de Outubro	1998	688	204	892	-8
31 de Outubro	1999	687	207	894	2
31 de Outubro	2000	672	259	931	37
31 de Outubro	2001	644	269	913	-18
31 de Outubro	2002	684	253	937	24
31 de Outubro	2003	677	256	933	-4
1 de Outubro	2004	714	210	924	-9
01-Out	2005	662	254	916	-8
1 de Out	2006	640	244	884	-32

Valores dispendidos em salários (amostra)

Ano	Funcionários	Quadro	Contratados	Total (milhões USD)	Variáveis
2004	714	15.153,92	210	6.388,33	21542,249
2005	662	15.004,14	254	5.197,33	20201,471
					-1340,778
2006	640	17.737,41	244	5.795,64	23533,053
					3331,582

Valores pagos pelo 65th ABW para contribuições Segurança Social

	Totais anuais
2002	3.428.907,28 €
2003	4.668.199,37 €
2004	4.536.574,52 €
2005	4.334.705,90 €
	16.968.387,07 €

Aquisições no mercado local

Ano	Valores globais (milhões USD)	Variações
2004	47.421,26	
2005	71.359,14	23.937,88
2006	74.541,60	3.182,46

POR SECTOR

Construção

2004	35.783,62	
2005	60.288,97	24.505,35
2006	59.161,74	-1.127,23

Serviços

2004	5.369,70	
2005	5.508,53	138,83
2006	8.483,75	2.975,22

Materiais e equipamentos

2004	6.267,95	
2005	5.561,64	-706,30
2006	6896,119	1.334,48

Nos quadros acima apresentados podemos verificar a evolução do número de trabalhadores desde 1990 até 2006, bem como o total de verbas pagas como salários nos últimos três anos. Montantes pagos à Segurança Social Portuguesa de 2002 a 2005, que também contam para o

impacto económico da Base, bem como números relativos à aquisição de bens e serviços no mercado local, nos últimos três anos.

Somando tudo e adicionando o valor global dos projectos de cooperação em curso (1,2 milhões de dólares), fica-se com uma ideia do montante que os americanos introduzem anualmente na economia açoriana (cerca de 90 milhões de dólares).

Quanto ao número de militares americanos, os dados que se recolheu são de pouca confiança e díspares entre si, mas apontam para um número entre 850 e 1000, com tendência a diminuir. Se juntarmos os familiares, então estaremos a falar de cerca de 1500 pessoas.

Em relação às perspectivas de renegociação do Acordo Bilateral, não existe qualquer processo, oficioso ou muito menos oficial, de pré-renegociação em curso. O Governo Regional tem dito publicamente que ainda existe uma margem para melhorias na aplicação do actual Acordo de Cooperação e Defesa, mas que, no que respeita ao Acordo Laboral, em particular, reconhece existirem normas e procedimentos lesivos dos interesses dos trabalhadores portugueses (por exemplo, o sistema de resolução de conflitos laborais, o sistema de apuramento dos aumentos salariais e o sistema de efectivação de sentenças judiciais) e, como tal, merecedores de revisão em próxima oportunidade.

Para quando? A posição do Governo Regional, é de que: É preciso ter consciência de que numa renegociação tudo está em aberto, nada é garantido e corre-se o risco de se perder algo de essencial para se ganhar apenas algo de acessório. Além disso, há todo o contexto legislativo nacional, a nível laboral, que dá hoje muito menos garantias aos trabalhadores do que dava em 1995. Acresce ainda que o contexto geopolítico e internacional actual é caracterizado por uma permanente instabilidade e imprevisibilidade, o que confere a o estatuto uma mais-valia, atendendo às relações que têm um carácter estável como é o caso das relações bilaterais, entre Portugal e os Estados Unidos, que não convém colocar em causa.

Segundo informação recolhida, o destacamento norte-americano da Base das Lajes gastou, no ano de 2006, 16,7 milhões de euros na aquisição de serviços, mercadorias e construção civil ao comércio local, mais 2,2 milhões de euros do que em 2005. A justificação para o aumento no volume de serviços e compras, tem a ver com a disponibilização de vários materiais com elevada qualidade.

Neste contexto, o comando Norte-americano fez 76,1 por cento das suas aquisições de serviços, mercadorias e construção civil no mercado local, contra 23,9 por cento nos EUA. Estes dados foram revelados no VI Encontro Comercial promovido pelo destacamento norte-americano da Base das Lajes, ilha Terceira, que recebeu 42 empresários locais para debaterem as oportunidades de negócio. Estes números apontam, para que, no global, os americanos gastaram mais de 77 milhões de euros, incluindo os ordenados dos trabalhadores portugueses ao seu serviço. Acresce que a remodelação do parque habitacional Norte-americano está a ser realizado por uma firma local por 10,2 milhões de euros. Para além destas, as despesas mais significativas destinaram-se à Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), 1,4 milhões de euros, à reparação de um edifício do comando, 817 mil euros, e ao sector da lavandaria com 177 mil euros. Os seguros para acidentes de trabalho (574 mil euros), uma estufa de pintura (327 mil euros), o serviço de estiva (137 mil euros) e as viagens em companhias de aviação portuguesas (135 mil euros) foram, também, significativos nos gastos dos Norte-americanos. O sector da Marinha, onde prosseguem as obras de reconstrução do molhe do porto americano, gastou 13,2 milhões de euros, e o sector alimentar 73 mil euros.

Os gastos dos Norte-americanos abrangem os serviços de limpeza, jardinagem e estiva, aquisição de águas minerais, frutas, ovos, vegetais, peixe, flores, plantas e pão, bem como mobiliário, material de escritório e informático.

Relativamente a um aumento da compra dos bens alimentares, o comandando norte-americano destacou que o problema já não se situa no patamar da qualidade, mas nos critérios de qualidade que são diferentes entre a Europa e os EUA.

CAPÍTULO VI

SITUAÇÃO ACTUAL

Para os norte-americanos, a infra-estrutura da ilha Terceira constitui um aliado fundamental nas missões militares dos Estados Unidos. A posição estratégica das Lajes garante os reabastecimentos e mudanças de esquadras de caças no quadro de um conflito, mas também, em tempo de paz faz da base portuguesa um aliado fundamental. Perante isso, vão continuar os investimentos que os Estados Unidos estão a efectuar nas instalações para melhorar a capacidade operacional da Base. De acordo com as estatísticas dos militares norte-

americanos, em 2004 foram assistidos 16 mil aviões nas Lajes, que continua a ser a primeira, entre as bases norte-americanas, em matéria de eficiência e bem-estar.

Constitui hoje em dia quase um lugar comum, quer se trate de abordagens académicas quer se considere as mais diversas análises políticas, dizer que a adesão de Portugal às Comunidades Europeias em 1986 e o fim da Guerra-fria, com o conseqüente simbolismo da queda do Muro de Berlim motivaram um recentramento das relações bilaterais luso-americanas em torno dos aspectos ligados ao desenvolvimento económico, social e cultural. Embora os EUA tenham sempre constituído um dos mais importantes parceiros económicos de Portugal, a dinâmica da integração europeia, na qual Portugal participa activamente, tem tido, entre outras conseqüências, a crescente importância do comércio com os nossos parceiros comunitários, a par de algum abrandamento da importância relativa das transacções comerciais com o continente Norte-americano, o que não obstou à concretização de alguns avultados investimentos no sector produtivo. Ao mesmo tempo que tal recentramento de política externa do nosso país ocorria ou, quiçá, por força dessa mesma ocorrência, Portugal e os EUA fizeram entre ambos vigorar, em 1984, um Acordo Técnico de Execução do Acordo de Defesa de 1951, ao qual se sucedeu um novo Acordo de Cooperação e Defesa em Junho de 1995, actualmente em vigor.

O Acordo de Cooperação e Defesa celebrado entre Portugal e os EUA em 1 de Junho de 1995 reflecte esta nova perspectiva das relações bilaterais euro-atlânticas. Podemos encontrar a demonstração disto na interpretação dos Artigos I e VII do referido Acordo, o qual, não obstante exibir importantes incidências no domínio militar e de defesa, constitui um instrumento convencional internacional do tipo acordo de cooperação bilateral geral.

Uma das conseqüências mais inovatórias desse relacionamento foi a criação pelo Estado português, em 1985, de uma instituição privada de utilidade pública que corporizou novas fórmulas de cooperação para o desenvolvimento no quadro do aprofundamento das relações bilaterais entre Portugal e os EUA: a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD).

A Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento é uma instituição portuguesa, privada e financeiramente autónoma. Pretende contribuir para o desenvolvimento de Portugal, através do apoio financeiro e estratégico a projectos inovadores e através do incentivo à cooperação entre a sociedade civil portuguesa e a americana.

CAPÍTULO VII

SITUAÇÃO LABORAL

Os sindicatos e organizações de trabalhadores têm alertado as autoridades portuguesas e a sociedade em geral para a situação laboral da Base das Lajes, denunciando a ocupação de postos de trabalho de trabalhadores portugueses por dependentes de civis ou militares norte-americanos a exercer funções na Base das Lajes, a não aplicação do inquérito salarial ou a dificuldade por parte dos trabalhadores portugueses de recorrerem aos tribunais. No seu entender, os Estados Unidos da América (EUA) tem violado de forma reiterada o Acordo Laboral. Situações de incumprimento, como por exemplo, a não aplicação do inquérito salarial já vem a suceder desde 1999, o que viola os nºs 1 e 4 do artigo 13º do Regulamento de Trabalho. Outro exemplo é a contratação de civis norte americanos na situação de pessoas a cargo ou dependentes colocando-os em posições tradicionalmente ocupadas por portugueses, o que viola o artigo 5º do Acordo Laboral. Quanto às reacções e tomadas de posição, que cada entidade deve assumir, continuam a persistir ano após ano os problemas laborais na Base das Lajes. Existem queixas, nomeadamente da última Comissão Representativa dos Trabalhadores Portugueses ao Serviço das FEUSAÇORES (CRT), datadas de 11 Junho e Dezembro de 2002 referentes a aumentos salariais sem qualquer resposta.

Várias dezenas de trabalhadores, individualmente, tem apresentado queixa sobre os aumentos salariais, esperando que se tomem medidas para que essas queixas não fiquem esquecidas, permitindo aos trabalhadores portugueses da Base das Lajes recorrer aos tribunais, defendendo os seus direitos.

O anunciado aumento de 1,7 por cento nos salários dos trabalhadores portugueses da base militar norte-americana das Lajes, gerou desilusão e contestação entre a força laboral.

Em causa está o facto deste aumento poder dizer unicamente respeito ao anunciado este ano para a função pública dos Estados Unidos da América, quando o Inquérito Salarial da Base das Lajes contempla seis médias ponderadas, devendo o aumento que devia ser aplicado em relação aos trabalhadores portugueses da Base das Lajes resultado desse inquérito salarial que, desde 1999, não tem sido aplicado.

CAPÍTULO VIII

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- ◆ As relações, históricas e consolidadas, entre Portugal e os EUA, têm no actual Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, o seu principal instrumento jurídico-institucional.
- ◆ Tal Acordo, como é bom de ver, tem a sua expressão mais real no conjunto de facilidades e no estacionamento de uma Força Militar Norte-Americana (Feusaçores), na B.A. 4, nos Açores.
- ◆ Dessa presença, com mais de cinquenta anos, decorrem consequências práticas e obrigações recíprocas, de que se destaca um forte impacto local, designadamente ao nível económico, sócio-laboral, ambiental e político-institucional.
- ◆ Efectivamente, e de acordo com um estudo do Prof. Mário Fortuna (Anexo IV), estima-se que o impacto económico anual dessa presença seja de 30 milhões de euros anuais, de forma directa, ou seja cerca de 1% do PIB Regional.
- ◆ Para além disso, as Feusaçores ainda são o maior empregador da ilha Terceira, pese embora a significativa redução de postos de trabalho directos ocorrida nos últimos anos, empregando actualmente segundo os últimos dados disponíveis 856 trabalhadores portugueses.
- ◆ Segundo o Acordo Laboral, estes trabalhadores das Feusaçores só podem recorrer, em caso de litígio, aos tribunais em assuntos relacionados com as respectivas vicissitudes contratuais, após esgotarem o recurso a um conjunto de comissões mistas, previstas no próprio Acordo e, em caso de sentença judicial que lhes seja favorável, a eficácia da mesma depende sempre da aceitação, ao nível político-diplomático, da parte Norte-Americana.
- ◆ Tradicionalmente, estão identificadas as principais fragilidades ou “aspectos problemáticos” do Acordo Laboral, sob o ponto de vista dos trabalhadores portugueses e das suas organizações representativas, a saber:
 - a) A dúvida, em caso de lacuna, que o Direito Laboral Português seja supletivamente aplicado a estas relações laborais, o que não tem sido aceite pela parte norte-americana;
 - b) A concreta aplicação, ao nível das actualizações salariais, do estipulado no Acordo Laboral, que prevê a realização de um Inquérito Salarial na ilha Terceira, e cujos resultados a Parte Norte-Americana, sobretudo nos últimos anos, se tem recusado aplicar, invocando legislação interna segundo a qual, e neste tipo de situações, não podem aplicar aumentos

salariais superiores aos ocorridos, no mesmo ano, para a função pública Norte-Americana ou Portuguesa;

c) A excessiva morosidade do processo de resolução de conflitos laborais, decorrente do estipulado no Acordo Laboral de 1995, bem como a dificuldade processual e não imediata de, em caso de litígio, se recorrer aos tribunais; e ainda que se obtenha uma sentença favorável, a mesma não ser de aplicação imediata nem vinculativa;

d) A alegada ocupação, por parte de cidadãos norte-americanos estacionados nas Lajes, sobretudo os chamados “dependentes”, de postos de trabalho que, pela sua natureza e face ao Acordo Laboral, estão reservados a cidadãos portugueses, do mesmo modo que se constata uma progressiva diminuição da ocupação de postos de trabalho de cidadãos portugueses.

e) Para além disso, segundo o Acordo Técnico e à semelhança do previsto no Acordo NATO/SOFA, às Feusaçores foram concedidas isenções fiscais e aduaneiras, quer na importação de materiais e bens de consumo, quer ao nível do Imposto de Circulação Automóvel que, como receita municipal que é, prejudica sobretudo o Município da Praia da Vitória;

f) Constata-se ainda que, da já longa presença Norte-Americana nas Lajes, e face à sua natureza, decorram ou tenham ocorrido diversos impactos negativos ao nível ambiental, seja ao nível da poluição sonora, seja ao nível do uso em infra-estruturas de determinado tipo de materiais, como o amianto, seja ainda na decorrência das enormes quantidades de combustível armazenados na ilha Terceira, designadamente a eventual contaminação de lençóis freáticos, seja ainda ao nível da desactivação de algumas infra-estruturas;

◆ Por outro lado, e conforme supra-discutido, do actual Acordo tem resultado, quer para o Estado Português, quer para a Região Autónoma dos Açores, um conjunto de apoios previstos a título de cooperação, seja ao nível militar, seja ao nível científico, da formação profissional, da agricultura, etc, que se têm traduzido em protocolos concretos.

◆ Aliás, e dentro do espírito de Aliança e Cooperação entre os dois países, foi criada a Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento (FLAD), com sede em Lisboa, que conta com financiamento norte-americano e é um instrumento dessa cooperação, embora de forma ainda pouco significativa no que concerne à Região Autónoma dos Açores.

Face ao exposto, é entendimento desta Comissão que, no âmbito das suas competências políticas e executivas, devem as Autoridades Executivas Portuguesas diligenciar no sentido de:

- ◆ Priorizar, no âmbito das Comissões previstas nos Acordos em referência, face à sua relevância e impacto sociais, a resolução rápida duma interpretação uniforme do Acordo Laboral, bem como dos litígios concretos que lhe sejam presentes;
- ◆ Diligenciar uma solução que dê aplicação concreta e mutuamente aceite ao Acordo Laboral em matéria de actualização salarial dos trabalhadores portugueses ao serviço das Feusaçores;
- ◆ Monitorizar em permanência a correcta aplicação, na sua letra e no seu espírito, das disposições do Acordo Laboral que consagram a preferência, em matéria laboral, ao recurso a mão-de-obra de cidadãos portugueses;
- ◆ Continuar a promover a aquisição pela Força Militar Norte-americana, de produtos locais, designadamente os que resultam da actividade agro-pecuária;
- ◆ Diligenciar no sentido da instalação nos Açores, preferencialmente na Ilha Terceira, uma delegação da Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento (FLAD), no sentido de potenciar na Região, a prossecução dos objectivos da Fundação;
- ◆ Acompanhar e identificar exhaustivamente, levando a cabo as diligências técnicas e políticas que se mostrem necessárias, todos os impactos negativos que possam resultar da aplicação do Acordo e do estacionamento dos meios, equipamentos e cidadãos Norte-Americanos nas Lajes e nos Açores, designadamente ao nível ambiental, fazendo, se e quando necessário, accionar os dispositivos reintegratórios e indemnizatórios previstos no Acordo. Ao nível ambiental dever-se-á priorizar a avaliação e monitorização dos impactos ao nível dos solos das águas e do ar;
- ◆ Providenciar, ao nível legislativo e/ou administrativo, a tomada de decisões ou medidas em que, independentemente do direito de regresso convencionalmente previsto, o Estado Português, como Parte e responsável no Acordo, assuma, perante as pessoas singulares ou colectivas, públicas ou privadas, que reconhece e sujeita à sua jurisdição, e em primeira linha, a correspondente responsabilidade, reintegratória ou indemnizatória, derivada da aplicação, lícita ou ilícita, dos Acordos que subscreveu e mantém vigentes;
- ◆ Devem ainda as Autoridades Portuguesas competentes acautelar, em futura revisão do

Acordo:

1. A adopção de soluções técnico-jurídicas claras que assegurem uma regulamentação uniforme, tendencialmente exaustiva e mutuamente aceite das relações laborais entre os cidadãos portugueses e a Parte Norte-Americana, designadamente ao nível das actualizações salariais, dos mecanismos de resolução de litígios e do princípio da preferência do recurso a mão-de-obra de cidadãos portugueses;
2. A consagração de soluções, eventualmente com a intermediação expressa do Estado Português, que garantam, em caso de crise ou cessação das concretas relações laborais, o recurso aos tribunais portugueses, o carácter vinculativo das respectivas sentenças e, quando for caso disso, a garantia do direito à reintegração no posto de trabalho, ou noutro equivalente ao nível do desempenho de funções, retribuição e demais direitos;
3. A consagração clara duma responsabilidade objectiva, isto é independentemente da culpa dos seus decisores, responsáveis e agentes, a cargo da parte Norte-Americana, pelos danos ambientais causados em território português na decorrência e por causa da execução do Acordo, bem como o correlativo dever de os reintegrar ou indemnizar, na totalidade;
- 4 Sem prejuízo do ponto anterior, devem as infra-estruturas e equipamentos instalados pelas Feusaçores obedecer sempre aos padrões técnicos mais exigentes, em termos de segurança e qualidade, de acordo com o estado da técnica ou arte em cada caso relevante;
5. Devem ser expressamente previstos e concretizados o tipo de benefícios e de cooperação que, ao abrigo do Acordo, se destinam à Região Autónoma dos Açores.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade, com excepção das conclusões e recomendações que mereceram a abstenção de Ires deputados do PSD.

Horta, 9 de Setembro de 2008.

O Relator. Alberto Costa

O Presidente da Comissão, Osório Silva

(Os anexos constantes no presente relatório encontram-se arquivados no respectivo processo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos.

Continuamos amanhã às 15 horas.

Boa noite. Até amanhã.

Eram 20 horas.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Partido Social Democrata (PSD)

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Jaime António da Silveira Jorge

Jorge Alberto da Costa Pereira

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Fernanda Correia Garcia Trindade

José Gaspar Rosa de Lima

Manuel Soares da Silveira

Partido Social Democrata (PSD)

Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins

Jorge Manuel de Almada Macedo

Lisa Marie Garcia Furtado

* Texto não revisto pelo orador

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Sendo esta a última oportunidade que tenho de me dirigir a esta Assembleia, gostaria de intervir para referir o quanto me honrou o facto de alguém me ter dado a oportunidade de poder fazer parte da lista do PS, na qualidade de independente, às eleições regionais para o período de 2004/2008, privilégio que julgo imerecido tendo em conta a minha ausência de participação efectiva na vida político-partidária até àquela data, e de ter obtido, por parte dos meus concidadãos eleitores, um voto de plena confiança, o que muito agradeço. Foi com imenso esforço que desempenhei as minhas funções de deputada. No entanto, fi-lo também com gosto, e sempre empenhada em ajudar a resolver problemas que pareciam pequenos mas eram fundamentais, muitas vezes, para a vida dos cidadãos. A noção de que, uma vez eleita pelo povo, era meu dever estar atenta às suas necessidades, obrigava-me a isso.

Apercebi-me, logo de início, que o cargo de deputado deve ser exercido desinteressadamente e com uma visão alargada do que é viável fazer-se, ao mesmo tempo com constante atenção aos problemas do seu círculo eleitoral. E não só.

Não posso, no entanto, deixar de salientar também que foi para mim uma mais valia. A aprendizagem que me foi permitido obter e a possibilidade de exercer o meu direito e dever de cidadania, não só me honraram muito, como são privilégios dados a poucos.

Aqui, nesta Assembleia, representativa de todo o Povo Açoriano, percebi e tomei consciência do quanto foi feito na Região Autónoma dos Açores e dos passos gigantescos que nela foram dados nestes últimos anos. Já não é possível reconhecer os Açores de há uma década atrás. Recuar é impossível.

Governar as nossas 9 ilhas exige estratégias pensadas e repensadas, engenho, capacidade e exigência. Por isso exigir muito mais a quem governa, sem o empenhamento de todos, não será tarefa fácil.

Não sei, porém, se ajudará tanto quanto se pensa o desenvolvimento dos Açores, o bairrismo que, por vezes, vi manifestado, directa ou indirectamente, por alguns dos meus prezados colegas neste parlamento.

O deputado não é modelo de virtude, mas eleito pelo povo, tem obrigação de estar sempre e só ao serviço desse mesmo povo, assim como a de o informar e formar, levando-o a reflectir na indispensabilidade do seu contributo para a melhoria da vida de todos e cada concidadão que vivem nesta região autónoma.

As minhas últimas palavras vão, sem dúvida, para os meus ilustres colegas e para o digníssimo presidente desta Assembleia:

Para os ilustres colegas: um sincero Muito Obrigada, pelo exemplo de convívio e tolerância democráticos e pela desinteressada colaboração que me prestaram.

Para o digníssimo Presidente, como lídimo representante de todo o Povo Açoriano: uma palavra de respeitoso apreço e muita gratidão pelo exemplo que me deu de isenção, no respeito, embora, pela liberdade de cada deputado e de cada grupo parlamentar.

E, se me permitem, como ponto final um voto: o ardente e cordial voto de que esta Assembleia seja cada vez mais representativa do Povo Açoriano, e cada vez mais eficaz nas suas múltiplas competências legislativas e de fiscalização.

A Deputada, *Fernanda Trindade*

Horta, 2008.09.09

**PARECER DA COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL SOBRE A PROPOSTA DE LEI
“ALTERAÇÃO AO DECRETO – LEI N.º 241/2007, DE 21 DE JUNHO, QUE
DEFINE O REGIME JURÍDICO APLICÁVEL AOS BOMBEIROS
PORTUGUESES”**

A Comissão de Política Geral, reuniu no dia 08 de Setembro de 2008, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta e por solicitação de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

apreciou e emitiu parecer sobre a Proposta de Lei “Alteração ao Decreto – Lei n.º 241/2007, de 21 de Junho, que define o regime jurídico aplicável aos Bombeiros portugueses”.

CAPITULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apreciação e emissão de parecer da presente Proposta de Lei exerce-se nos termos do n.º 2, do artigo 229.º, da Constituição da República Portuguesa (CRP), em conjugação com o que dispõe a alínea i), do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e com que estipula a alínea e) do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO III

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

Analisado o Diploma na generalidade e na especialidade a Comissão deliberou, por unanimidade, nada ter a opor ao mesmo.

Horta, 08 de Setembro de 2008

O Relator, *Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *José Manuel Bolieiro*

PARECER DA COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL SOBRE O PROJECTO DE PROPOSTA DE LEI QUE “TRANSPÕE PARA A ORDEM JURIDICA INTERNA A DIRECTIVA N.º 2005/36/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, DE 7 DE SETEMBRO DE 2005, RELATIVA AO RECONHECIMENTO DAS QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS E A DIRECTIVA N.º 2006/100/CE DO CONSELHO, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2006, QUE ADAPTA DETERMINADAS DIRECTIVAS NO DOMINIO DA LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS, EM

VIRTUDE DA ADESÃO DA BULGÁRIA E DA ROMÉLIA”

A Comissão de Política Geral, reuniu no dia 08 de Setembro de 2008, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta e por solicitação de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, apreciou e emitiu parecer sobre o Projecto de Proposta de Lei que “Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais e a Directiva n.º 2006/100/CE do Conselho, de 20 de Novembro de 2006, que adapta determinadas directivas no domínio da livre circulação de pessoas, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia”.

CAPITULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apreciação e emissão de parecer do presente Projecto de Proposta de Lei exerce-se nos termos do n.º 2, do artigo 229.º, da Constituição da República Portuguesa (CRP), em conjugação com o que dispõe a alínea i), do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e com que estipula a alínea e) do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO III

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

Analisado o Diploma na generalidade e na especialidade a Comissão deliberou, por unanimidade, nada ter a opor ao mesmo.

Horta, 08 de Setembro de 2008

O Relator, *Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *José Manuel Bolieiro*

PARECER DA COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL SOBRE O PROJECTO DE DECRETO- LEI QUE “APROVA O CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, QUE ESTABELECE A DISCIPLINA APLICÁVEL À CONTRATAÇÃO PÚBLICA E O REGIME SUBSTANTIVO DOS CONTRATOS PÚBLICOS QUE REVISTAM A NATUREZA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO - MOPTC”

A Comissão de Política Geral, reuniu no dia 08 de Setembro de 2008, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta e por solicitação de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, apreciou e emitiu parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo - MOPTC”.

CAPITULO I
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apreciação e emissão de parecer do presente Projecto de Decreto-Lei exerce-se nos termos do n.º 2, do artigo 229.º, da Constituição da República Portuguesa (CRP), em conjugação com o que dispõe a alínea i), do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e com que estipula a alínea e) do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO III
APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

Analisado o Diploma na generalidade e na especialidade a Comissão deliberou, por unanimidade, nada ter a opor ao mesmo.

Horta, 08 de Setembro de 2008

O Relator, *Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *José Manuel Bolieiro*

—

PARECER DA COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL SOBRE O PROJECTO DE DECRETO- LEI QUE “ESTABELECE O REGIME JURÍDICO APLICÁVEL À CONSTITUIÇÃO, ESTRUTURA ORGÂNICA E FUNCIONAMENTO DAS CENTRAIS DE COMPRAS”

A Comissão de Política Geral, reuniu no dia 08 de Setembro de 2008, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta e por solicitação de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, apreciou e emitiu parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “Estabelece o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras”.

CAPITULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apreciação e emissão de parecer do presente Projecto de Decreto-Lei exerce-se nos termos do n.º 2, do artigo 229.º, da Constituição da República Portuguesa (CRP), em conjugação com o que dispõe a alínea i), do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e com que estipula a alínea e) do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO III

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

Analisado o Diploma na generalidade e na especialidade a Comissão deliberou, por unanimidade, nada ter a opor ao mesmo.

Horta, 08 de Setembro de 2008

O Relator, *Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *José Manuel Bolieiro*

PARECER DA COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL SOBRE O PROJECTO DE DECRETO-LEI QUE “ESTABELECE O REGIME JURÍCO DA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS”

A Comissão de Política Geral, reuniu no dia 08 de Setembro de 2008, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta e por solicitação de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, apreciou e emitiu parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios”.

CAPITULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apreciação e emissão de parecer do presente Projecto de Decreto-Lei exerce-se nos termos do n.º 2, do artigo 229.º, da Constituição da República Portuguesa (CRP), em conjugação com o que dispõe a alínea i), do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e com que estipula a alínea e) do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO III

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

Analisado o Diploma na generalidade a Comissão deliberou, por unanimidade, emitir

parecer favorável.

Na especialidade a Comissão deliberou propor as seguintes alterações:

Artigo 35.º

Propõe-se o aditamento da seguinte alínea:

...) Um representante de cada um dos Governos Regionais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Artigo 37.º

Regiões Autónomas

1 – A aplicação do presente Decreto-Lei às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira faz-se sem prejuízo das competências cometidas aos respectivos órgãos de governo próprio.

2 – O produto das taxas e das coimas cobradas às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira constitui receita própria destas.

Horta, 08 de Setembro de 2008

O Relator, *Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *José Manuel Bolieiro*

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco